



# Demonstrações Financeiras **2016**



# Custos com a Administração de Recursos

## Dezembro de 2016

### I - Composição dos Recursos da Entidade

Alocação %	Dezembro/2016		Dezembro/2015	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
RENDA FIXA	69.492.097.462,94	41,47	63.894.285.984,64	41,59
RENDA VARIÁVEL	79.892.782.862,79	47,67	72.077.724.901,70	46,91
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	918.217.953,62	0,55	804.380.354,50	0,52
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	122.707.885,82	0,07	133.529.294,72	0,09
IMÓVEIS	10.355.056.392,88	6,18	10.162.602.243,53	6,61
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6.812.020.357,74	4,06	6.576.857.737,45	4,28
<b>Recursos da Entidade *</b>	<b>167.592.882.915,79</b>	<b>100,00</b>	<b>153.649.380.516,54</b>	<b>100,00</b>

\* Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos

### II - Composição dos Recursos dos Planos de Benefícios

Plano de Benefício Segmento	Dezembro/2016		Dezembro/2015	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
<b>Plano 1</b>	<b>157.158.429.955,45</b>	<b>100,00</b>	<b>145.967.103.387,84</b>	<b>100,00</b>
RENDA FIXA	63.389.657.187,48	40,33	59.408.044.466,95	40,70
RENDA VARIÁVEL	77.138.696.392,88	49,08	70.195.908.203,66	48,09
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	818.503.211,79	0,53	723.563.277,20	0,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	110.437.097,27	0,07	120.176.365,26	0,08
IMÓVEIS	9.959.674.161,39	6,34	9.782.813.202,02	6,70
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.741.461.904,64	3,65	5.736.597.872,75	3,93
<b>Plano PREVI Futuro</b>	<b>9.260.455.641,84</b>	<b>100,00</b>	<b>6.671.202.785,78</b>	<b>100,00</b>
RENDA FIXA	5.088.621.362,46	54,95	3.596.495.429,05	53,91
RENDA VARIÁVEL	2.593.908.064,41	28,01	1.760.488.443,76	26,39

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	99.714.741,83	1,08	80.817.077,30	1,21
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	12.270.788,55	0,13	13.352.929,46	0,20
IMÓVEIS	395.382.231,49	4,27	379.789.041,51	5,69
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.070.558.453,10	11,56	840.259.864,70	12,60
<b>Plano CAPEC</b>	<b>278.700.228,80</b>	<b>100,00</b>	<b>225.133.605,26</b>	<b>100,00</b>
RENDA FIXA	278.700.228,80	100,00	225.133.605,26	100,00
<b>Plano PGA</b>	<b>895.297.089,70</b>	<b>100,00</b>	<b>785.940.737,66</b>	<b>100,00</b>
RENDA FIXA	735.118.684,20	82,11	664.612.483,38	84,56
RENDA VARIÁVEL	160.178.405,50	17,89	121.328.254,28	15,44

## III - Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação

Plano de Benefício Segmento	Política de Investimentos Ano 2016		Limites Resolução 3792	Alocação
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	(%)	(%)
<b>Plano 1</b>				
RENDA FIXA	32,20	40,20	100,00	40,33
RENDA VARIÁVEL	47,90	55,90	70,00	49,08
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	1,60	20,00	0,53
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,50	10,00	0,07
IMÓVEIS	5,00	7,80	8,00	6,34
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,70	5,70	15,00	3,65
<b>Plano PREVI Futuro</b>				
RENDA FIXA	21,00	95,00	100,00	54,95
RENDA VARIÁVEL	0,00	60,00	70,00	28,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	20,00	1,08
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	1,00	10,00	0,13
IMÓVEIS	0,00	8,00	8,00	4,27
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5,00	15,00	15,00	11,56
<b>Plano CAPEC</b>				
RENDA FIXA	0,00	100,00	100,00	100,00
<b>Plano PGA</b>				
RENDA FIXA	65,00	100,00	100,00	82,11
RENDA VARIÁVEL	0,00	35,00	70,00	17,89

## IV - Rentabilidade dos Planos de Benefícios (% no ano)

Plano de Benefício	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Política de Investimentos	
	(%)	(%)	Benchmarks	(%)
<b>Plano 1</b>	<b>15,03</b>	<b>14,91</b>	<b>INPC + 5% a.a.</b>	<b>11,91</b>
RENDA FIXA	15,51	15,38	INPC + 5,5% a.a.	12,44
RENDA VARIÁVEL	17,16	17,03	Superar o IBrX	36,70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	9,72	9,60	IPCA + 8% a.a.	14,79
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-15,52	-15,62	MSCI World Index + Variação Cambial	-12,10
IMÓVEIS	7,98	7,86	INPC + 8% a.a.	15,11
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14,26	14,26	Superar a meta atuarial do Plano (INPC+5% a.a.)	11,91
<b>Plano PREVI Futuro</b>	<b>22,52</b>	<b>22,38</b>	<b>INPC + 5% a.a.</b>	<b>11,91</b>
RENDA FIXA	18,66	18,55	INPC + 5,5% a.a.	12,44
RENDA VARIÁVEL	36,98	36,84	Superar o IBrX	36,70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	16,30	16,20	IPCA + 8% a.a.	14,79
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-15,52	-15,59	MSCI World Index + Variação Cambial	-12,10
IMÓVEIS	5,00	4,91	INPC + 8% a.a.	15,11
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13,94	13,94	Superar o índice de referência do Plano (INPC+5% a.a.)	11,91
<b>Plano CAPEC</b>	<b>15,37</b>	<b>15,22</b>	<b>TMS (Taxa Média Selic)</b>	<b>14,02</b>
RENDA FIXA	15,44	15,29	TMS (Taxa Média Selic)	14,02
<b>Plano PGA</b>	<b>19,41</b>	<b>19,41</b>	<b>TMS (Taxa Média Selic)</b>	<b>14,02</b>
RENDA FIXA	16,16	16,16	INPC + 5,5% a.a.	12,44
RENDA VARIÁVEL	37,45	37,45	Superar o IBrX	36,70

## V - Custos com a Administração de Recursos (R\$ no ano)

Plano de Benefício Itens de Custo	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
<b>Plano 1</b>	<b>188.703.437,57</b>	<b>54.521.391,95</b>	<b>243.224.829,52</b>
Administração/Gestão	125.459.258,17	40.437.387,43	165.896.645,60
Taxa de Performance	-	1.926.722,82	1.926.722,82
Custódia	1.969.938,32	7.320.659,88	9.290.598,20
Corretagem	1.438.551,19	314.121,92	1.752.673,11
Consultoria	9.396.549,60	1.267.829,91	10.664.379,51
Honorários Advocatícios	6.580.249,72	1.066.550,34	7.646.800,06
Auditoria	315.006,46	339.795,66	654.802,12
Viagens e Transporte	931.987,15	-	931.987,15
Despesas Gerais	24.599.969,57	-	24.599.969,57
Aluguel da Sede	9.676.258,15	-	9.676.258,15
Despesas Judiciais	2.596.457,33	-	2.596.457,33
Depreciações/Amortizações	5.728.529,23	-	5.728.529,23
Outras	10.682,68	1.848.324,00	1.859.006,68
<b>Plano PREVI Futuro</b>	<b>12.892.091,14</b>	<b>5.081.018,01</b>	<b>17.973.109,15</b>
Administração/Gestão	6.762.733,36	3.771.331,11	10.534.064,47
Taxa de Performance	-	214.080,31	214.080,31
Custódia	42.269,74	497.239,41	539.509,15
Corretagem	739.477,02	37.782,30	777.259,32
Consultoria	503.264,61	171.221,83	674.486,44
Honorários Advocatícios	312.945,87	121.378,95	434.324,82
Auditoria	16.778,66	35.183,00	51.961,66
Viagens e Transporte	50.091,96	-	50.091,96
Despesas Gerais	1.492.570,63	-	1.492.570,63
Aluguel da Sede	2.328.452,94	-	2.328.452,94
Despesas Judiciais	330.875,09	-	330.875,09
Depreciações/Amortizações	312.081,21	-	312.081,21
Outras	550,05	232.801,11	233.351,16
<b>Plano CAPEC</b>	<b>892.878,82</b>	<b>146.358,31</b>	<b>1.039.237,13</b>
Administração/Gestão	245.116,67	57.416,88	302.533,55
Custódia	-	37.900,87	37.900,87
Consultoria	17.960,92	-	17.960,92

» CONTINUAÇÃO

Honorários Advocáticos	9.657,44	-	9.657,44
Auditoria	598,47	5.071,02	5.669,49
Viagens e Transporte	1.777,52	-	1.777,52
Despesas Gerais	51.535,20	-	51.535,20
Aluguel da Sede	471.928,91	-	471.928,91
Despesas Judiciais	83.202,01	-	83.202,01
Depreciações/Amortizações	11.081,42	-	11.081,42
Outras	20,26	45.969,54	45.989,80
<b>Plano PGA</b>	<b>10.614,86</b>	<b>380.137,53</b>	<b>390.752,39</b>
Administração/Gestão	-	226.882,60	226.882,60
Custódia	4.779,77	86.607,10	91.386,87
Corretagem	5.835,09	-	5.835,09
Auditoria	-	5.140,52	5.140,52
Aluguel da Sede	-	-	-
Outras	-	61.507,31	61.507,31

## VI - Distribuição dos Investimentos - Gestão Terceirizada

Gestor	R\$	(%)
<b>Plano 1</b>		
2BCAPITAL S.A.	18.348.193,19	0,01
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	129.945.321,63	0,08
BANCO FATOR S.A.	2.177.345,69	0,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	90.325.133.673,43	57,48
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	41.402.044,72	0,03
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	69.232.894,15	0,04
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA *	-	0,00
BRKB DTVM S.A.	57.505.895,95	0,04
(PROVISÃO - PANAMBY)	-52.641.471,45	-0,03
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	241.259.974,52	0,16
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	91.196.189,39	0,06
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	102.894.680,38	0,07
(PROVISÃO - SONDAS)	-14.011,19	0,00

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	6.940.996,66	0,00
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	12.629.579,01	0,01
FIR CAPITAL PARTNERS LTDA.	3.839.699,93	0,00
ITAU UNIBANCO S.A.	65.391.575,52	0,04
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	38.299.016,70	0,02
LEBLON EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	17.935.864,51	0,01
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	91.035.491,25	0,06
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	27.064.387,98	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	52.220.704,02	0,03
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.	7.434.946,58	0,00
TCG GESTOR LTDA.	113.066.843,58	0,07
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	12.860.349,06	0,01
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	76.526.994,43	0,05
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	66.169.542,62	0,04
<b>Total Gestão Terceirizada</b>	<b>91.617.856.722,26</b>	<b>58,30</b>
<b>Total dos Recursos do Plano</b>	<b>157.158.429.955,45</b>	<b>100,00</b>
<b>Plano PREVI Futuro</b>		
2BCAPITAL S.A.	7.863.511,41	0,08
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	3.898.173.500,14	42,10
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	2.773.735,43	0,03
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	7.692.543,79	0,08
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA *	-	0,00
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	15.114.675,53	0,16
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	8.979.643,89	0,10
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	25.723.670,09	0,28
(PROVISÃO - SONDAS)	(3.502,80)	0,00
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	4.627.331,11	0,05
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	2.191.223,21	0,02
ITAU UNIBANCO S.A.	7.265.730,61	0,08
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	12.766.338,90	0,14
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	5.239.613,29	0,06
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	3.007.154,21	0,03
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	7.448.379,20	0,08
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA.	23.265,95	0,00
TCG GESTOR LTDA.	12.727.910,45	0,14

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	3.215.087,26	0,03
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	19.131.770,70	0,21
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	7.352.171,39	0,08
<b>Total Gestão Terceirizada</b>	<b>4.051.313.753,76</b>	<b>43,75</b>
<b>Total dos Recursos do Plano</b>	<b>9.260.455.641,84</b>	<b>100,00</b>
<b>Plano CAPEC</b>		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	183.032.463,64	65,67
<b>Total Gestão Terceirizada</b>	<b>183.032.463,64</b>	<b>65,67</b>
<b>Total dos Recursos do Plano</b>	<b>278.700.228,80</b>	<b>100,00</b>
<b>Plano PGA</b>		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	530.817.985,22	59,29
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	6.377.227,34	0,71
<b>Total Gestão Terceirizada</b>	<b>537.195.212,56</b>	<b>60,00</b>
<b>Total dos Recursos do Plano</b>	<b>895.297.089,70</b>	<b>100,00</b>

\*Ao longo do ano, foram efetuadas provisões para perdas no valor total do FIP BRASIL EQUITY PROPERTIES.



# Desenquadramentos e Justificativas

## Dezembro de 2016

### IV - Rentabilidade dos Planos de Benefícios (% no ano)

#### PLANO 1

##### Limites de Alocação por Emissor

→ As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM, não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b)

VALE S.A. (Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	15,53%
--	--------

#### ENTIDADE

##### Limites de Concentração por Emissor

→ O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% (Artigo 42)	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
CPFL Energia S.A.	29,45%	29,45%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	49,01%	49,01%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,03%	26,03%

→ No caso da Carteira de Fundos de Investimento Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea b)

FUNDO INVEST IMOBILIARIO PANAMBY	31,29%
----------------------------------	--------

→ No caso da Carteira de Fundo de Investimento no Exterior, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea c)

BB-MM SCHRODER INV. NO EXTERIOR	30,67%
---------------------------------	--------

#### JUSTIFICATIVAS

A PREVI era detentora de um Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1, aprovado pelo voto do Banco Central do Brasil - BCB nº 258, de 15.09.2004, e pelo voto CMN nº 105, de 24/11/2004, com vencimento em 31.12.14. Em conformidade com o Art. 17 da Instrução PREVIC nº 2, de 18.05.2010, e com o Art. 56 da Resolução CMN 3.792, foram apresentados 22 Relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1 da Previ.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN Nº 3.792, de 24.09.2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a PREVIC.

EVENTO SUBSEQUENTE: Em 23.1.2017, a PREVI alienou 201.198.330 ações, representativas de 19,77% da totalidade das ações de emissão da CPFL energia S.A. para a State Grid Brazil Power Participações Ltda, reduzindo sua participação de 29,45115% para 9,68541%.

Neste ano, ocorreu um desenquadramento passivo no fundo BB MM SCHRODER INVEST NO EXTERIOR FI, decorrente de resgate de um determinado cotista, que reduziu o patrimônio líquido do fundo, ficando a PREVI com um percentual superior ao limite regulatório. De acordo com a legislação, em caso de desenquadramento passivo, existe um prazo de 720 dias para regularização da situação. A Diretoria de Investimentos é responsável pela gestão da carteira, e pela escolha do melhor momento e forma de adequação.

EVENTO SUBSEQUENTE: No dia 03.01.17 a PREVI solicitou resgate parcial dos investimentos no referido fundo, ficando com percentual dentro do limite regulatório, ou seja, investimento enquadrado.

(\*) Não existe desenquadramento nessa participação.



# Demonstrativo de Investimentos – Plano de Benefícios 1 Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
<b>RECURSOS</b>		<b>157.158.429.955,45</b>	<b>100,00</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)</b>		<b>91.617.856.722,26</b>	<b>58,30</b>
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES</b>	<b>726,0000</b>	<b>11.204.848,64</b>	<b>0,01</b>
FUNDOTEC II - FMIEE INOV.	600,0000	3.839.699,93	
RB NORDESTE II - FMIEE	126,0000	7.365.148,71	
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO</b>	<b>237.289,0000</b>	<b>4.864.424,50</b>	<b>0,00</b>
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY (PROVISÃO - PANAMBY)	237.289,0000	57.505.895,95 -52.641.471,45	
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO</b>	<b>258.607.921,9323</b>	<b>749.778.456,01</b>	<b>0,48</b>
BOZANO EDUCACIONAL II	14.257,7063	11.094.941,71	
BRASIL AGRONEGOCIO	108.668,3730	73.491.535,66	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	732,2244	0,00	
BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA	103.852,5492	30.307.103,01	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	74.903,7600	51.326.540,98	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	66.093,3177	61.740.302,60	
BRASIL ÓLEO E GÁS	27.232,0000	12.860.349,06	
BRASIL PETRÓLEO 1	31.282,8425	20.958.453,27	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	27.682,8000	22.912.138,86	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	44.534.210,0000	35.890.516,19	
CAIXA AMBIENTAL	35.640,0000	7.913.267,91	
CAIXA BARCELONA	57.942,4000	102.880.669,19	
CRP EMPREENDEDOR	7.812.014,4000	6.940.996,66	
DGF FIPAC 2	10.756,0000	8.764.892,87	
INFRABRASIL	8.615,2898	62.163.770,07	
INVEST. INSTITUCIONAIS	182.244,6353	8.098.962,64	
INVEST. INSTITUCIONAIS III	26.204,2188	10.665.833,60	

> CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
KINEA PRIVATE EQUITY II	52.001,8842	38.299.016,70	
LOGÍSTICA BRASIL	6.000,0000	108.965.783,81	
NEO CAPITAL MEZANINO	49.915.025,9077	40.368.936,93	
NEO CAPITAL MEZANINO III	11.510.720,5600	11.851.767,09	
NORDESTE III	1.297,5000	69.797,87	
SONDAS	143.999.999,6000	14.011,19	
(PROVISÃO - SONDAS)		-14.011,19	
TERRA VIVA	339,4078	3.864.686,14	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	204,5556	18.348.193,19	
<b>FUNDO DE RENDA FIXA</b>	<b>9.965.656.588,8651</b>	<b>57.536.846.761,99</b>	<b>36,61</b>
BB RENDA FIXA IV	1.709.595.324,9924	44.557.698.823,56	
BB RENDA FIXA LIQUIDEZ	8.192.905.765,3383	12.851.322.999,23	
BTG PACTUAL	39.407.329,0000	22.056.211,10	
FATOR SINERGIA	23.614,0000	2.177.345,69	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	23.201.563,5992	27.064.387,98	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	522.991,9352	76.526.994,43	
<b>FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL</b>	<b>1.126.090.683,1640</b>	<b>33.204.504.628,37</b>	<b>21,13</b>
ANGRA PARTNERS VOLT	123.179.592,3810	111.180.525,39	
BB CARTEIRA ATIVA	871.753.750,8316	27.451.620.634,84	
BB CARTEIRA LIVRE I	130.163.541,0986	5.293.573.022,59	
LEBLON EQUITY PARTNERS IV	677.838,1013	17.935.864,51	
BB SML 1	63.582,3466	64.744.676,28	
SML 2	63.100,7522	69.139.978,29	
SML 4	63.135,8689	65.391.575,52	
SML 5	63.141,7838	61.685.456,80	
SML 7	63.000,0000	69.232.894,15	
<b>FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>	<b>68.656.626,8196</b>	<b>110.657.602,75</b>	<b>0,07</b>
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	36.627.863,7804	60.882.911,32	
BB MM JP MORGAN INVEST. EXTERIOR	11.932.587,1723	20.242.032,91	
BB MM NORDEA INVEST. EXTERIOR	3.919.880,7046	4.349.344,13	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	12.867.789,2738	20.699.228,57	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	3.308.505,8885	4.484.085,82	
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>		<b>65.540.573.233,28</b>	<b>41,70</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>32.276.461,64</b>	<b>0,02</b>
<b>RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>30.033,0000</b>	<b>89.533.418,51</b>	<b>0,06</b>
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	33,0000	278.055,65	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE B	30.000,0000	89.255.362,86	
<b>RENDA FIXA DEBÊNTURE</b>	<b>29.077.098,0000</b>	<b>1.883.733.483,60</b>	<b>1,20</b>

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%	
AES TIETÊ S.A.	22.284,0000	22.705.717,50		
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	1.970,0000	27.006.970,88		
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	7.965,0000	71.577.513,79		
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	175.949,0000	256.053.809,72		
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	10.995,0000	110.250.968,57		
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662,0000	16.620.000,00		
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	18.242,0000	18.201.172,12		
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	2.586,0000	27.632.204,37		
COMPANHIA SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	7.132,0000	74.901.244,03		
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	120.000,0000	143.231.957,64		
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	55.000,0000	122.261.848,97		
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA S.A.	10.000,0000	102.831.341,14		
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	4.662,0000	60.836.353,87		
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	4.000,0000	34.692.830,07		
FLEURY S.A.	3.482,0000	23.506.763,84		
HOPI HARI S.A.	6.000,0000	937.905,03		
(PROVISÃO - HOPI HARI S.A.)		-937.905,03		
JSL S.A.	50.233,0000	62.358.757,94		
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	4.885,0000	50.051.480,61		
LOJAS AMERICANAS S.A.	5.796,0000	69.078.176,86		
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	20.000,0000	10.225.135,02		
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	21.000,0000	202.918.736,58		
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	3.311,0000	33.462.371,26		
SUL AMÉRICA S.A.	2.160,0000	26.714.732,74		
TERMOPERNAMBUCO S.A.	1.940,0000	21.491.447,44		
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	75.995,0000	91.719.714,90		
VALE S.A.	28.427.849,0000	184.781.018,50		
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	12.000,0000	18.621.215,24		
<b>RENTA FIXA LETRA FINANCEIRA</b>	<b>3.991.508.265,47</b>	<b>3.077,0000</b>	<b>3.991.508.265,47</b>	<b>2,54</b>
BCO. BRADESCO S.A.	400,0000	430.777.624,80		
BCO. BRASIL S.A.	2.170,0000	2.851.816.625,43		
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20,0000	27.893.272,81		
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	20,0000	20.976.556,93		
BCO. SAFRA S.A.	127,0000	139.854.701,74		
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	70,0000	78.314.038,19		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20,0000	27.854.425,16		
ITAU UNIBANCO S.A.	250,0000	414.021.020,41		
<b>RENTA FIXA - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
<b>RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES</b>	<b>50.726.010</b>	<b>765.519.513,99</b>	<b>0,49</b>
AMBEV S.A., ON	182.025	2.985.210,00	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	682.399	21.761.704,11	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	48.862.804	726.589.895,48	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	998.782	14.182.704,40	
<b>RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA</b>	<b>13.249.291.615,0000</b>	<b>42.845.594.222,42</b>	<b>27,26</b>
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A., ON	331.780,0000	2.028.163,17	
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A., PNA	99.440,0000	607.874,33	
AFLUENTE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A., ON	1.445.606,0000	3.558.602,03	
AMBEV S.A., ON	294.460.700,0000	4.829.155.480,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., ON	10.997.200,0000	311.220.760,00	
BCO. BRADESCO S.A., ON	34.005.477,0000	990.919.599,78	
BCO. BRADESCO S.A., PN	35.501.107,0000	1.029.532.103,00	
BCO. BRASIL S.A., ON	278.210.845,0000	7.814.942.636,05	
BICICLETAS MONARK S.A., ON	41.059,0000	11.823.760,23	
BOMBRIL S.A., PN	6.077.000,0000	12.336.310,00	
BRF BRASIL S.A., ON	84.735.803,0000	4.088.502.494,75	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA, ON	3.317.800,0000	126.997.318,42	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA, PNA	994.400,0000	38.063.214,61	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN, ON	1.854.848,0000	18.804.632,65	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN, PNA	359.031,0000	3.639.891,82	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN, PNB	382.135,0000	3.874.122,46	
CPFL ENERGIA S.A., ON	299.282.239,0000	7.686.806.626,70	
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., ON	30.361.499,0000	370.410.287,80	
DALETH PARTICIPAÇÕES S.A., ON	3.463.589,0000	114.658,65	
EMBRAER S.A., ON	33.754.703,0000	540.075.248,00	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	2.583.814,0000	82.397.828,46	
FORJAS TAURUS S.A., ON	216.800,0000	349.048,00	
FRAS-LE S.A., ON	28.123.498,0000	121.493.511,36	
INVITEL LEGACY S.A., ON	317.311.938,0000	89.164,65	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., PN	96.412.869,0000	3.263.575.615,65	
ITAUSA - INVEST. ITAU S.A., PN	142.196.860,0000	1.177.390.000,80	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A., ON	5.071.323,0000	124.115.726,45	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A., PN	12.686.904,0000	93.756.220,56	
KEPLER WEBER S.A., ON	4.598.648,0000	82.775.664,00	
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A., ON	22,0000	2.397,97	
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A., PNA	146,0000	15.913,84	
NEOENERGIA S.A., ON	1.301.396.231,0000	3.116.476.979,50	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A., ON	382.709.514,0000	2.206.320,34	
PARANAPANEMA S.A., ON	76.468.727,0000	116.232.465,04	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, ON	7.291.432,0000	123.516.858,08	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	296.758.711,0000	4.412.802.032,57	
RANDON S.A. - IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES, ON	10.308.300,0000	25.667.667,00	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL, ON	6.017.188,0000	36.945.534,32	
SAUIPE S.A., ON	12.324.938,0000	47.341.380,97	
SAUIPE S.A., PN	24.650.064,0000	94.683.484,08	
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A., ON	9.339.700.539,0000	1.307.558,07	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	2.284.480,0000	32.439.616,00	
TELEFÔNICA BRASIL S.A., PN	665.990,0000	29.356.839,20	
TUPY S.A., ON	37.536.454,0000	450.812.812,54	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., ON	22.299.900,0000	1.526.428.155,00	
VALE S.A., ON	64,0000	1.643,52	
<b>RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>231.271.801,62</b>	<b>0,15</b>
<b>IMÓVEIS</b>		<b>9.955.544.576,03</b>	<b>6,33</b>
ALAMEDA MAMORÉ, 989	CRYSTAL TOWER	BARUERI - SP	136.641.035,59
RUA LEOPOLDO PEREIRA, 45	APTO 203 - ED. SILVIO ANTONIO	BELO HORIZONTE - MG	204.037,57
AVENIDA VIA ÁPIA, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	BRASILIA - DF	335.949.176,18
CONDOMÍNIO SCS B, QUADRA 9, BLOCO A, 1	PARQUE CIDADE CORP - TORRE C	BRASILIA - DF	302.546.608,92
CONDOMÍNIO SETOR COMERCIAL SUL, 9	PARQUE CIDADE CORP - TORRE A	BRASILIA - DF	302.987.472,41
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CONDOMINIO JORDANESIA PARK	CAJAMAR - SP	287.516.543,47
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CAJAMAR INDUSTRIAL PARK	CAJAMAR - SP	180.625.276,59
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	175.342.350,00
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	COMPLEXO SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	7.207.578,10
AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 800	HIPERMERCADO	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	60.679.871,30
AVENIDA CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE, 1540	RIBEIRÃO SHOPPING	RIBEIRAO PRETO - SP	119.263.291,67
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 5000	NEWYORKCITYCENTER	RIO DE JANEIRO - RJ	112.383.419,73
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 4666	BARRASHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	492.166.508,81
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 700	BLOCOS 4 E 5	RIO DE JANEIRO - RJ	123.630.369,29
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1601 A 1606	RIO DE JANEIRO - RJ	23.005.210,46
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1501 A 1506	RIO DE JANEIRO - RJ	23.068.206,98
AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 500	PAVS. 16 A 25	RIO DE JANEIRO - RJ	118.969.013,96

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
AVENIDA RIO BRANCO, 1	PAVS. 9 A 12	RIO DE JANEIRO - RJ	94.394.133,33	
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	211.967.681,90	
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	309.763.848,53	
PRAÇA PIO X, 54	MARQUES DOS REIS	RIO DE JANEIRO - RJ	107.841.280,58	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAV. 2	RIO DE JANEIRO - RJ	73.618.436,63	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 7 E 8, LJS E HEALTH CLUB	RIO DE JANEIRO - RJ	128.913.104,21	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 3 E 4	RIO DE JANEIRO - RJ	156.758.047,32	
PRAIA DO FLAMENGO, 154	PAVS. 3 A 9	RIO DE JANEIRO - RJ	90.061.265,44	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	PAVS. 18 A 22	RIO DE JANEIRO - RJ	63.661.270,34	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	29.222.875,70	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	27.048.505,94	
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFICIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	1.453.677,00	
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFICIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	2.228.971,23	
RUA DAS LARANJEIRAS, 475	LOJA	RIO DE JANEIRO - RJ	3.456.000,00	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	118.936.893,05	
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	555.218.868,69	
AVENIDA CHUCRI ZAIDAN, 80	PRÉDIO	SAO PAULO - SP	35.959.158,87	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 12995	PLAZA CENTENÁRIO	SAO PAULO - SP	345.448.853,96	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS, PAVS. 9 A 21	SAO PAULO - SP	156.703.015,56	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS E PAVS. 1/7 E 23/26	SAO PAULO - SP	165.382.342,33	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7815	WTORRE NAÇÕES UNIDAS	SAO PAULO - SP	453.979.051,42	
AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376	ECO BERRINI	SAO PAULO - SP	769.044.800,34	
AVENIDA ENGENHEIRO OSCAR AMERICANO, 840	HOSPITAL SÃO LUIZ	SAO PAULO - SP	183.479.977,88	
AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO, 1400	ÁGUA BRANCA	SAO PAULO - SP	335.000.000,00	
AVENIDA MAJOR SYLVIO DE MAG. PADILHA, 5200	EDS. ATLANTA E PHILADELPHIA	SAO PAULO - SP	113.216.666,68	
AVENIDA PAULISTA, 1230	CENTRO EMPRESARIAL	SAO PAULO - SP	440.930.533,32	
AVENIDA PAULISTA, 2163	PRÉDIO	SAO PAULO - SP	152.362.355,26	
AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1830	BLOCO III	SAO PAULO - SP	35.335.346,70	
AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1830	BLOCO 1- PAVS. 10 A 14	SAO PAULO - SP	29.446.042,75	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 1089	SHOPPING MORUMBI	SAO PAULO - SP	276.623.766,63	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	PAVS. 8,9,10	SAO PAULO - SP	35.915.311,21	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	LOJA, PAVS. 3, 11 A 16	SAO PAULO - SP	88.133.709,61	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SAO PAULO - SP	442.632.824,88	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	298.731.066,44	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	387.673.541,89	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SAO PAULO - SP	628.930,55	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SAO PAULO - SP	612.000,00	
RUA FLORIDA, 1970	TERREO, RDC, PAVS. 1 A 4	SAO PAULO - SP	64.785.027,01	
AVENIDA IZORAIDA MARQUES PERES, 401	SHOPPING ESPLANADA	SOROCABA - SP	136.578.863,89	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITORIA - ES	107.972.245,43	
AVENIDA GISELE CONSTANTINO, S/N	SHOPPING IGUATEMI ESPLANADA	VOTORANTIM - SP	122.238.312,50	
<b>IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR</b>			<b>4.129.585,36</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			<b>5.773.074.727,44</b>	<b>3,67</b>
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			3.498.717.635,69	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			-2.412.278.893,30	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			4.711.644.856,00	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			-25.008.870,95	
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR</b>			<b>-31.612.822,80</b>	<b>-0,02</b>



# Demonstrativo de Investimentos – Plano de Benefícios PREVI FUTURO

## Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
<b>RECURSOS</b>		<b>9.260.455.641,84</b>	<b>100,00</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)</b>		<b>4.051.317.256,56</b>	<b>43,75</b>
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO</b>	<b>56.076.312,6305</b>	<b>99.711.239,03</b>	<b>1,08</b>
BOZANO EDUCACIONAL II	3.564,4266	2.773.735,43	
BRASIL AGRONEGOCIO	6.915,6270	4.676.982,21	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	81,9138	0,00	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	8.322,6400	5.702.948,99	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	7.520,2581	7.024.961,46	
BRASIL ÓLEO E GÁS	6.808,0000	3.215.087,26	
BRASIL PETRÓLEO 1	7.820,7106	5.239.613,29	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	6.416,2000	5.310.476,73	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	6.362.030,0000	5.127.216,59	
CAIXA BARCELONA	14.485,6000	25.720.167,29	
CRP EMPREENDEDOR	5.208.009,6000	4.627.331,11	
DGF FIPAC 2	2.689,0000	2.191.223,21	
KINEA PRIVATE EQUITY II	17.333,9614	12.766.338,90	
NEO CAPITAL MEZANINO	5.546.113,9864	4.485.437,43	
NEO CAPITAL MEZANINO III	2.877.680,1400	2.962.941,77	
NORDESTE III	432,5000	23.265,95	
SONDAS	36.000.000,4000	3.502,80	
(PROVISÃO - SONDAS)		-3.502,80	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	87,6666	7.863.511,41	
<b>FUNDO DE RENDA FIXA</b>	<b>1.260.016.133,4563</b>	<b>3.902.618.938,80</b>	<b>42,14</b>
BB MAXI	134.586.690,0316	2.141.416.850,48	

> CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
BB MAXI LIQUIDEZ	1.120.402.665,7789	1.737.765.739,33	
BTG PACTUAL	2.318.078,0000	1.297.424,08	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	2.577.951,5110	3.007.154,21	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	130.748,1348	19.131.770,70	
<b>FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL</b>	<b>35.106,7501</b>	<b>36.688.286,77</b>	<b>0,40</b>
BB SML 1	7.064,7052	7.193.852,92	
SML 2	7.011,1947	7.682.219,81	
SML 4	7.015,0965	7.265.730,61	
SML 5	7.015,7537	6.853.939,64	
SML 7	7.000,0000	7.692.543,79	
<b>FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>	<b>7.628.514,0910</b>	<b>12.295.289,16</b>	<b>0,13</b>
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	4.069.762,6423	6.764.767,92	
BB MM JP MORGAN INVEST. EXTERIOR	1.325.843,0191	2.249.114,76	
BB MM NORDEA INVEST. EXTERIOR	435.542,3005	483.260,45	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	1.429.754,3637	2.299.914,28	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	367.611,7654	498.231,75	
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>		<b>5.209.138.385,28</b>	<b>56,25</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>5.404,22</b>	<b>0,00</b>
<b>RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RENDA FIXA DEBÊNTURE</b>	<b>186.388,0000</b>	<b>523.647.118,13</b>	<b>5,65</b>
AES TIETÊ S.A.	14.856,0000	15.137.145,00	
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	990,0000	13.572.031,05	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	1.490,0000	13.389.892,72	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	5.448,0000	8.189.036,54	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	440,0000	6.393.368,29	
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	8.253,0000	8.970.031,32	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	22.775,0000	47.760.541,25	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662,0000	16.620.000,00	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	15.636,0000	15.601.004,67	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	2.586,0000	27.632.204,37	
COMPANHIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	1.335,0000	16.958.894,10	
COMPANHIA SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	3.461,0000	35.324.315,74	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	60.000,0000	71.597.539,85	
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	11.000,0000	24.452.369,79	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	836,0000	10.515.570,08	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.	2.000,0000	20.566.268,22	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	2.331,0000	30.418.176,93	
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	1.000,0000	8.673.207,51	
FLEURY S.A.	700,0000	4.725.656,14	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.	215,0000	2.441.916,00	
JSL S.A.	13.979,0000	17.212.578,94	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.910,0000	19.340.619,10	
LOJAS AMERICANAS S.A.	1.940,0000	21.485.305,45	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2.800,0000	27.055.831,54	
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	700,0000	7.074.497,09	
SUL AMÉRICA S.A.	1.080,0000	13.357.366,37	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	970,0000	10.745.723,72	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	2.995,0000	3.780.722,54	
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	3.000,0000	4.655.303,81	
<b>RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA</b>	<b>597,0000</b>	<b>661.413.651,82</b>	<b>7,14</b>
BCO. BRADESCO S.A.	275,0000	300.753.870,23	
BCO. BRASIL S.A.	120,0000	129.602.110,72	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20,0000	27.893.272,81	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	20,0000	20.976.556,93	
BCO. SAFRA S.A.	77,0000	81.678.447,65	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	65,0000	72.654.968,32	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20,0000	27.854.425,16	
<b>RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>-890.130,06</b>	<b>-0,01</b>
<b>RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES</b>	<b>3.922.808</b>	<b>56.483.891,73</b>	<b>0,61</b>
AMBEV S.A., ON	60.318	989.215,20	
CCR S.A., ON	559.594	8.931.120,24	
JBS S.A., ON	314.553	3.585.904,20	
KROTON EDUCACIONAL S.A., ON	947.408	12.628.948,64	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	2.040.935	30.348.703,45	
<b>RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA</b>	<b>3.363.331</b>	<b>66.823.188,50</b>	<b>0,72</b>
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,	414.600	5.804.400,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,	828.650	24.470.034,50	
KLABIN S.A.,	1.019.300	18.061.996,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
SUL AMÉRICA S.A.,	600.781	10.814.058,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,	230.000	4.770.200,00	
VIA VAREJO S.A.,	270.000	2.902.500,00	
<b>RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA</b>	<b>120.190.502</b>	<b>2.416.760.208,79</b>	<b>26,11</b>
ALPARGATAS S.A., PN	336.600	3.369.366,00	
AMBEV S.A., ON	8.845.362	145.063.936,80	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.554.850	44.002.255,00	
BCO. BRADESCO S.A., ON	1.664.201	48.494.817,14	
BCO. BRADESCO S.A., PN	6.336.329	183.753.541,00	
BCO. BRASIL S.A., ON	2.821.659	79.260.401,31	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A., PNB	369.104	3.809.153,28	
BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS, ON	4.126.058	68.079.957,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.456.092	17.400.299,40	
BRADESPAR S.A., PN	510.700	7.583.895,00	
BRASKEM S.A., PNA	565.800	19.378.650,00	
BRF BRASIL S.A., ON	1.780.675	85.917.568,75	
CCR S.A., ON	1.742.949	27.817.466,04	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS, ON	613.192	13.986.909,52	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS, PNB	541.708	14.024.820,12	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO, PNB	415.878	5.610.194,22	
CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS, ON	593.714	26.479.644,40	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG, PN	1.962.105	15.127.829,55	
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL, PNB	217.900	5.961.744,00	
CIA. SIDERURGICA NACIONAL, ON	1.382.860	15.004.031,00	
CIELO S.A., ON	1.489.178	41.533.174,42	
COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO, PN	361.456	19.789.716,00	
COMPANHIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SAO PAULO - SABESP, ON	794.588	22.876.188,52	
COSAN S.A. IND.COM., ON	477.666	18.222.957,90	
CPFL ENERGIA S.A., ON	460.389	11.824.695,07	
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., ON	1.598.721	19.504.396,20	
CTEEP CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, PN	234.000	15.179.580,00	
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A., ON	286.670	6.794.079,00	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES, ON	210.300	2.159.781,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A., ON	400.000	3.296.000,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A., ON	516.585	6.922.239,00	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A., PN	253.717	2.864.464,93	
EMBRAER S.A., ON	1.671.940	26.751.040,00	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A., ON	431.889	15.116.115,00	
EQUATORIAL ENERGIA S.A., ON	467.000	25.404.800,00	
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A., ON	638.450	10.087.510,00	
EZ TEC EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A., ON	176.700	2.765.355,00	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	856.500	27.313.785,00	
FLEURY S.A., ON	348.847	12.436.395,55	
GERDAU S.A., PN	2.301.237	24.853.359,60	
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A., PN	391.500	1.808.730,00	
HYPERMARCAS S.A., ON	1.242.250	32.459.992,50	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A., ON	195.100	5.203.317,00	
IOCHPE MAXION S.A., ON	212.900	2.482.414,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., PN	8.034.583	271.970.634,55	
ITAUSA INVEST. ITAU S.A., PN	8.722.503	72.222.324,84	
JBS S.A., ON	3.840.817	43.785.313,80	
KROTON EDUCACIONAL S.A., ON	2.247.420	29.958.108,60	
LIGHT S.A., ON	224.200	3.892.112,00	
LOCALIZA RENT A CAR S.A., ON	341.567	11.688.422,74	
LOJAS AMERICANAS S.A., ON	446.980	5.573.840,60	
LOJAS AMERICANAS S.A., PN	1.185.826	20.159.042,00	
LOJAS RENNER S.A., ON	1.503.300	34.831.461,00	
M DIAS BRANCO S.A. IND. COM. ALIMENTOS, ON	55.100	6.337.051,00	
MAHLE METAL LEVE S.A., ON	84.200	1.747.992,00	
MARCOPOLO S.A., PN	1.272.620	3.486.978,80	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A, ON	588.400	3.889.324,00	
METALURGICA GERDAU S.A., PN	1.377.491	6.611.956,80	
MINERVA S.A., ON	830.000	10.084.500,00	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A., ON	661.200	7.233.528,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., ON	229.511	13.628.363,18	
NATURA COSMÉTICOS S.A., ON	165	3.798,30	
ODONTOPREV S.A., ON	29.900	376.740,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, ON	7.060.403	119.603.226,82	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	8.332.045	123.897.509,15	
QUALICORP S.A., ON	393.070	7.566.597,50	
RAIA DROGASIL S.A., ON	687.351	42.059.007,69	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES, PN	426.392	1.471.052,40	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL, ON	1.828.163	11.224.920,82	
SÃO MARTINHO S.A., ON	300.900	5.867.550,00	
SER EDUCACIONAL S.A., ON	83.000	1.549.610,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	1.625.000	23.075.000,00	
TELEFÔNICA BRASIL S.A., PN	844.823	37.239.797,84	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.100.000	8.613.000,00	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.155.692	79.107.117,40	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS, PNA	1.151.600	4.721.560,00	
VALE S.A., PNA	8.308.061	193.910.143,74	
VALID SOLUÇÕES SERVIÇOS SEGURANÇA MEIOS PAGAMENTO IDENTIFICAÇÕES S.A., ON	51.600	1.270.908,00	
WEG S.A., ON	1.311.300	20.325.150,00	
<b>RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>18.957.870,44</b>	<b>0,20</b>
<b>IMÓVEIS</b>		<b>395.444.061,20</b>	<b>4,27</b>
AVENIDA DOM HELDER CÂMARA, 5474 NORTE SHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	136.557.205,00	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992 SHOP. BARRA EXPANSÃO	SALVADOR - BA	598.299,55	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992 SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	2.851.700,45	
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42 SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	48.317.078,82	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782 TORRE PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	43.074.838,04	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782 SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	33.192.340,77	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91 SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SAO PAULO - SP	44.252.598,57	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200 SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES	86.600.000,00	
<b>IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>-61.829,71</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>		<b>1.077.801.069,36</b>	<b>11,64</b>
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO		75.331.683,14	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)		-223.881,86	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL		1.009.705.413,55	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)		-7.012.145,47	
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>-7.242.616,26</b>	<b>-0,08</b>

# Demonstrativo de Investimentos – Plano CAPEC Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
<b>RECURSOS</b>		<b>278.700.228,80</b>	<b>100,00</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)</b>		<b>183.032.463,64</b>	<b>65,67</b>
<b>FUNDO DE RENDA FIXA</b>	<b>36.434.226,8629</b>	<b>183.032.463,64</b>	<b>65,67</b>
BB CAPEC	36.434.226,8629	183.032.463,64	
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>		<b>95.667.765,16</b>	<b>34,33</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>60.438,99</b>	<b>0,02</b>
<b>RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>1.000</b>	<b>1.048.276,24</b>	<b>0,38</b>
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE F	1.000	1.048.276,24	
<b>RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA</b>	<b>84</b>	<b>94.599.539,12</b>	<b>33,94</b>
BCO. BRADESCO S.A.	41	44.821.309,47	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	4	5.578.654,56	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	5	5.244.139,23	
BCO. SAFRA S.A.	20	22.167.848,88	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	10	11.216.701,95	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	4	5.570.885,03	
<b>RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>-40.489,19</b>	<b>-0,01</b>

# Demonstrativo de Investimentos – Plano PGA Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
<b>RECURSOS</b>		<b>895.297.089,70</b>	<b>100,00</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)</b>		<b>537.195.212,56</b>	<b>60,00</b>
<b>FUNDO DE RENDA FIXA</b>	<b>236.228.007,5050</b>	<b>537.195.212,56</b>	<b>60,00</b>
BB PGA RF	236.184.424,9954	530.817.985,22	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	43.582,5096	6.377.227,34	
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>		<b>358.101.877,14</b>	<b>40,00</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>4.246,95</b>	<b>0,00</b>
<b>RENDA FIXA DEBÊNTURE</b>	<b>14.491</b>	<b>35.742.906,21</b>	<b>4,00</b>
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	490	6.717.469,91	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	495	4.448.320,06	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	9.800	12.512.615,99	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA COELBA	2.606	2.600.167,44	
FLEURY SA	400	2.700.374,93	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	700	6.763.957,88	
<b>RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA</b>	<b>142</b>	<b>162.263.751,01</b>	<b>18,13</b>
BCO. BRADESCO S.A.	84	89.050.898,53	
BCO. BRASIL S.A.	10	17.492.964,96	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	6	8.367.981,84	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	5	5.244.139,23	
BCO. SAFRA S.A.	26	28.193.806,81	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	5.557.632,09	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6	8.356.327,55	
<b>RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>-87.432,46</b>	<b>-0,01</b>

> CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
<b>RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA</b>	<b>220.842</b>	<b>4.428.634,20</b>	<b>0,49</b>
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,	26.525	371.350,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,	57.740	1.705.062,20	
KLABIN S.A.,	64.600	1.144.712,00	
SUL AMERICA S.A.,	35.577	640.386,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,	17.600	365.024,00	
VIA VAREJO S.A.,	18.800	202.100,00	
<b>RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA</b>	<b>7.871.506</b>	<b>154.571.086,76</b>	<b>17,26</b>
ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.,ON	11.570	167.186,50	
ALPARGATAS S.A.,PN	21.100	211.211,00	
AMBEV S.A,ON	637.945	10.462.298,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	98.800	2.796.040,00	
BCO. BRADESCO S.A., ON	106.060	3.090.588,40	
BCO. BRADESCO S.A., PN	388.726	11.273.054,00	
BCO. BRASIL S.A., ON	177.210	4.977.828,90	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A., PNB	25.296	261.054,72	
BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS,ON	259.700	4.285.050,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	86.737	1.036.507,15	
BR PROPERTIES S.A.,ON	11.200	84.000,00	
BRADESPAR S.A., PN	32.700	485.595,00	
BRASKEM S.A., PN	38.700	1.325.475,00	
BRF BRASIL S.A., ON	112.274	5.417.220,50	
B2W CIA DIGITAL,ON	17.200	175.440,00	
CCR S.A., ON	125.637	2.005.166,52	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	38.008	866.962,48	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	33.192	859.340,88	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SAO PAULO,PN	26.922	363.177,78	
CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS,ON	37.286	1.662.955,60	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	120.742	930.920,82	
CIA. HERING,ON	18.446	278.903,52	
CIA. PARANAENSE ENERGIA COPEL,PN	14.900	407.664,00	
CIA. SIDERURGICA NACIONAL,ON	84.700	918.995,00	
CIELO S.A., ON	134.439	3.749.503,71	
COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	22.644	1.239.759,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
COMPANHIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO SABESP,ON	49.612	1.428.329,48	
COSAN S.A. IND. COM.,ON	21.834	832.967,10	
CPFL ENERGIA S.A., ON	44.931	1.154.014,04	
CTEEP CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA,PN	14.000	908.180,00	
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	15.800	374.460,00	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	36.900	378.963,00	
DURATEX S.A., ON	41.525	282.370,00	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A., ON	29.300	241.432,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A., ON	33.842	453.482,80	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A., PN	13.493	152.335,97	
EMBRAER S.A., ON	107.100	1.713.600,00	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A., ON	29.691	1.039.185,00	
EQUATORIAL ENERGIA S.A., ON	29.100	1.583.040,00	
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	38.200	603.560,00	
EVEN CONSTRUTORA INCORPORADORA S.A., ON	30.500	112.850,00	
EZ TEC EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	9.782	153.088,30	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	32.600	1.039.614,00	
FLEURY S.A., ON	6.453	230.049,45	
GAFISA S.A., ON	47.000	87.420,00	
GERDAU S.A., PN	122.872	1.327.017,60	
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	15.400	71.148,00	
GRENDENE S.A., ON	11.980	210.608,40	
HYPERMARCAS S.A.,ON	54.400	1.421.472,00	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	12.900	344.043,00	
IOCHPE MAXION S.A., ON	13.800	160.908,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., PN	458.673	15.526.081,05	
ITAUSA INVESTS ITAU S.A., PN	553.088	4.579.568,64	
JBS S.A.,ON	225.400	2.569.560,00	
KROTON EDUCACIONAL S.A., ON	204.768	2.729.557,44	
LIGHT S.A., ON	14.200	246.512,00	
LOCALIZA RENT A CAR S.A., ON	21.862	748.117,64	
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	28.680	357.639,60	
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	74.101	1.259.717,00	
LOJAS RENNER S.A., ON	92.530	2.143.920,10	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
M DIAS BRANCO SA IND. COM. ALIMENTOS,ON	4.300	494.543,00	
MAGAZINE LUIZA S.A., ON	800	84.936,00	
MAHLE METAL LEVE S.A.,ON	5.400	112.104,00	
MARCOPOLO S.A., PN	83.331	228.326,94	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A,ON	50.203	331.841,83	
METALURGICA GERDAU S.A., PN	88.763	426.062,40	
MINERVA S.A., ON	25.800	313.470,00	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	40.600	444.164,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	11.289	670.340,82	
MULTIPLUS S.A.,ON	6.400	216.320,00	
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	25.135	578.607,70	
ODONTOPREV S.A., ON	33.253	418.987,80	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	394.480	6.682.491,20	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	587.780	8.740.288,60	
PORTO SEGURO S.A., ON	13.861	372.860,90	
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	9.900	52.767,00	
QUALICORP S.A., ON	33.100	637.175,00	
RAIA DROGASIL S.A., ON	29.069	1.778.732,11	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	30.087	103.800,15	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL,ON	115.189	707.260,46	
SÃO MARTINHO S.A., ON	18.300	356.850,00	
SER EDUCACIONAL S.A.,ON	5.900	110.153,00	
SMILES S.A.,ON	7.800	348.894,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	56.053	795.952,60	
TELFÔNICA BRASIL S.A., PN	60.437	2.664.062,96	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	115.278	902.626,74	
TOTVS S.A.,ON	19.777	475.439,08	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	78.558	5.377.295,10	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA	72.900	298.890,00	
VALE S.A., PNA	537.092	12.535.727,28	
VALID SOLUÇÕES SERVIÇOS SEGURANÇA MEIOS PAGAMENTO IDENTIFICAÇÃO S.A., ON	9.200	226.596,00	
WEG S.A., ON	83.020	1.286.810,00	
<b>RENTA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR</b>		<b>1.178.684,54</b>	<b>0,13</b>



# Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas **2016**



# Balanço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	(Notas)	2016	2015
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>718</b>	<b>109</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>170.589.701</b>	<b>156.060.012</b>
Gestão Previdencial	(5)	2.648.583	2.108.718
Gestão Administrativa	(6)	249.663	212.484
Investimentos	(7)	167.691.455	153.738.810
Títulos Públicos	(7.1)	90.581	84.409
Créditos Privados e Depósitos	(7.1)	7.352.910	7.118.156
Ações	(7.2)	46.558.997	34.159.738
Fundos de Investimento	(7.3)	96.391.991	95.530.219
Investimentos Imobiliários	(7.4)	10.405.886	10.215.526
Empréstimos e Financiamentos	(7.5)	6.859.462	6.612.439
Depósitos Judiciais/Recursais	(12.2)	31.628	18.323
<b>PERMANENTE</b>	(8)	<b>19.227</b>	<b>24.590</b>
Imobilizado		10.944	11.460
Intangível		8.283	13.130
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>170.609.646</b>	<b>156.084.711</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**

Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**

Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**

Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

**Vanessa Ferreira Ennes**

Atuária MIBA 1194  
CPF: 008.553.137-57

# Balanço Patrimonial

R\$ mil

PASSIVO	(Notas)	2016	2015
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	(11)	<b>26.616.278</b>	<b>26.106.680</b>
Gestão Previdencial		26.570.210	26.055.959
Gestão Administrativa		4.302	7.965
Investimentos		41.766	42.756
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	(12)	<b>2.240.663</b>	<b>1.788.375</b>
Gestão Previdencial		1.960.453	1.556.358
Gestão Administrativa		242.913	202.606
Investimentos		37.297	29.411
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>141.752.705</b>	<b>128.189.656</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano		139.435.024	126.300.542
Provisões Matemáticas	(14)	153.378.362	142.438.464
Benefícios Concedidos		142.534.498	125.112.171
Benefícios a Conceder		26.140.076	32.707.982
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-15.296.212	-15.381.689
Equilíbrio Técnico	(15)	-13.943.338	-16.137.922
Resultados realizados		-13.943.338	-16.137.922
Superávit Técnico Acumulado		0	0
Déficit Técnico Acumulado		-13.943.338	-16.137.922
Fundos	(16)	2.317.681	1.889.114
Fundos Previdenciais		467.804	266.420
Fundos Administrativos		939.944	824.839
Fundos dos Investimentos		909.933	797.855
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>170.609.646</b>	<b>156.084.711</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecília Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

**Vanessa Ferreira Ennes**  
Atuária MIBA 1194  
CPF: 008.553.137-57

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ mil

DESCRIÇÃO	(Nota 17)	2016	2015	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>		<b>128.189.656</b>	<b>141.843.347</b>	<b>-9,6</b>
<b>1. Adi�es</b>		<b>27.788.718</b>	<b>4.786.084</b>	<b>480,6</b>
(+) Contribui�es Previdenciais (*)		4.404.788	4.043.477	8,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		22.836.163	0	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		0	295.655	-100,0
(+) Receitas Administrativas		286.173	279.133	2,5
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa		149.516	60.453	147,3
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento		112.078	107.366	4,4
<b>2. Destina�es</b>		<b>-14.225.669</b>	<b>-18.439.775</b>	<b>-22,9</b>
(-) Benefícios		-13.645.160	-13.529.584	0,9
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		0	-4.589.990	-100,0
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		-259.946	0	-
(-) Despesas Administrativas		-299.700	-308.838	-3,0
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		-20.863	-11.363	83,6
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>13.563.049</b>	<b>-13.653.691</b>	<b>-199,3</b>
(+/-) Provisões Matemáticas		10.939.898	14.917.205	-26,7
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		2.194.584	-28.676.555	-107,7
(+/-) Fundos Previdenciais		201.384	-13.550	-1.586,2
(+/-) Fundos Administrativos		115.105	11.843	871,9
(+/-) Fundos dos Investimentos		112.078	107.366	4,4
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>		<b>141.752.705</b>	<b>128.189.656</b>	<b>10,6</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

(\*) Contribui es líquidas, conforme Anexo B, da Resolu o CNPC no 8, de 31/10/2011.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administra o  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

**Vanessa Ferreira Ennes**  
Atuária MIBA 1194  
CPF: 008.553.137-57

# Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>160.604.589</b>	<b>148.813.566</b>	<b>7,9</b>
Disponível	649	102	536,3
Recebível	3.355.446	2.764.419	21,4
Investimento	157.248.494	146.049.045	7,7
Títulos Públicos	89.533	83.409	7,3
Créditos Privados e Depósitos	5.875.242	5.908.138	(0,6)
Ações	43.839.794	32.305.383	35,7
Fundos de Investimento	91.620.448	92.132.336	(0,6)
Investimentos Imobiliários	10.010.297	9.835.105	1,8
Empréstimos	4.686.688	4.586.828	2,2
Financiamentos Imobiliários	1.094.864	1.179.523	(7,2)
Depósitos Judiciais/Recurais	31.628	18.323	72,6
<b>2. Obrigações</b>	<b>28.566.669</b>	<b>27.644.320</b>	<b>3,3</b>
Operacional	26.574.969	26.064.153	2,0
Contingencial	1.991.700	1.580.167	26,0
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>1.605.447</b>	<b>1.438.028</b>	<b>11,6</b>
Fundos Administrativos	713.587	654.826	9,0
Fundos dos Investimentos	891.860	783.202	13,9
<b>5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>130.432.473</b>	<b>119.731.218</b>	<b>8,9</b>
Provisões Matemáticas	144.371.339	135.862.751	6,3
Superávit / Déficit Técnico	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
Fundos Previdenciais	4.472	6.389	-30,0
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
	(Nota 15)		
a) Equilíbrio Técnico	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
b) Ajuste de Precificação	2.582.340	2.223.323	16,1
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	-11.360.998	-13.914.59	-18,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecília Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44





# Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>9.460.473</b>	<b>6.822.822</b>	<b>38,7</b>
Disponível	5	2	150,0
Recebível	191.569	144.551	32,5
Investimento	9.268.899	6.678.269	38,8
Créditos Privados e Depósitos	1.185.061	958.434	23,6
Ações	2.559.025	1.733.027	47,7
Fundos de Investimento	4.051.314	2.760.299	46,8
Investimentos Imobiliários	395.589	380.421	4,0
Empréstimos	1.002.706	799.338	25,4
Financiamentos Imobiliários	75.204	46.750	60,9
<b>2. Obrigações</b>	<b>12.789</b>	<b>9.651</b>	<b>32,5</b>
Operacional	12.557	9.375	33,9
Contingencial	232	276	-15,9
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>207.373</b>	<b>155.352</b>	<b>33,5</b>
Fundos Administrativos	189.300	140.699	34,5
Fundos dos Investimentos	18.073	14.653	23,3
<b>5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>9.240.311</b>	<b>6.657.819</b>	<b>38,8</b>
Provisões Matemáticas	9.007.023	6.575.713	37,0
Fundos Previdenciais	233.288	82.106	184,1
<b>Total do Patrimônio Social</b>	<b>9.240.311</b>	<b>6.657.819</b>	<b>38,8</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

# Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>321.371</b>	<b>258.842</b>	<b>24,2</b>
Disponível	60	1	5.900,0
Recebível	42.630	33.282	28,1
Investimento	278.681	225.559	23,6
Títulos Públicos	1.048	1.000	4,8
Créditos Privados e Depósitos	94.600	67.863	39,4
Fundos de Investimento	183.033	156.696	16,8
<b>2. Obrigações</b>	<b>54.270</b>	<b>51.603</b>	<b>5,2</b>
Operacional	48.452	46.277	4,7
Contingencial	5.818	5.326	9,2
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>37.057</b>	<b>29.314</b>	<b>26,4</b>
Fundos Administrativos	37.057	29.314	26,4
<b>5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>230.044</b>	<b>177.925</b>	<b>29,3</b>
Fundos Previdenciais	230.044	177.925	29,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>119.731.218</b>	<b>134.620.057</b>	<b>-11,1</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>24.327.320</b>	<b>3.145.322</b>	<b>673,4</b>
(+) Contribui�es	3.049.435	2.849.804	7,0
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.277.885	0	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	295.518	-100,0
<b>2. Destina�es</b>	<b>-13.626.065</b>	<b>-18.034.161</b>	<b>-24,4</b>
(-) Benefícios	-13.317.708	-13.242.580	0,6
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-4.753.893	-100,0
(-) Constitui�o Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-260.459	0	-
(-) Custeio Administrativo	-47.898	-37.688	27,1
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>10.701.255</b>	<b>-14.888.839</b>	<b>-171,9</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	8.508.588	13.789.629	-38,3
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.917	-1.913	0,2
(+/-) Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	2.194.584	-28.676.555	-107,7
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>130.432.473</b>	<b>119.731.218</b>	<b>8,9</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.605.447</b>	<b>1.438.028</b>	<b>11,6</b>
(+) Fundos Administrativos	713.587	654.826	9,0
(+) Fundos dos Investimentos	891.860	783.202	13,9

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administra o  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>6.657.819</b>	<b>5.584.311</b>	<b>19,2</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>2.689.132</b>	<b>1.165.245</b>	<b>130,8</b>
<b>(+) Contribui�es</b>	<b>1.167.360</b>	<b>1.026.145</b>	<b>13,8</b>
<b>(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>1.521.709</b>	<b>139.100</b>	<b>994,0</b>
<b>(+) Reversão Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial</b>	<b>63</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>2. Destina�es</b>	<b>-106.640</b>	<b>-91.737</b>	<b>16,2</b>
<b>(-) Benefícios</b>	<b>-59.985</b>	<b>-50.918</b>	<b>17,8</b>
<b>(-) Constitui�o Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial</b>	<b>0</b>	<b>-50</b>	<b>-100,0</b>
<b>(-) Custeio Administrativo</b>	<b>-46.655</b>	<b>-40.769</b>	<b>14,4</b>
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>2.582.492</b>	<b>1.073.508</b>	<b>140,6</b>
<b>(+/-) Provis�es Matemáticas</b>	<b>2.431.310</b>	<b>1.127.576</b>	<b>115,6</b>
<b>(+/-) Fundos Previdenciais</b>	<b>151.182</b>	<b>-54.068</b>	<b>-379,6</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>9.240.311</b>	<b>6.657.819</b>	<b>38,8</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>207.373</b>	<b>155.352</b>	<b>33,5</b>
<b>(+) Fundos Administrativos</b>	<b>189.300</b>	<b>140.699</b>	<b>34,5</b>
<b>(+) Fundos dos Investimentos</b>	<b>18.073</b>	<b>14.653</b>	<b>23,3</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administra o  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variac�o (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>177.925</b>	<b>135.494</b>	<b>31,3</b>
<b>1. Adiç�es</b>	<b>326.813</b>	<b>285.001</b>	<b>14,7</b>
<b>(+) Contribuiç�es</b>	<b>289.794</b>	<b>260.011</b>	<b>11,5</b>
<b>(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>36.569</b>	<b>24.803</b>	<b>47,4</b>
<b>Rendas/Variac�es Positivas dos Investimentos</b>	<b>36.907</b>	<b>25.059</b>	<b>47,3</b>
Títulos Públicos	146	97	50,5
Cr�ditos Privados e Dep�sitos	12.526	8.279	51,3
Aç�es	0	-	-
Fundos de Investimentos	24.235	16.683	45,3
Derivativos	0	0	-
Investimentos Imobiliários	0	0	-
Empr�stimos e Financiamentos	0	0	-
Outros Investimentos	0	0	-
<b>(-) Cobertura Despesa Administrativa de Investimentos</b>	<b>-338</b>	<b>-256</b>	<b>32,0</b>
<b>(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>(+/-) Constituição/Reversão de Conting�ncias de Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>(+) Reversão Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial</b>	<b>450</b>	<b>187</b>	<b>140,6</b>
<b>2. Destinaç�es</b>	<b>-274.694</b>	<b>-242.570</b>	<b>13,2</b>
<b>(-) Benefícios</b>	<b>-267.467</b>	<b>-236.086</b>	<b>13,3</b>
<b>(-) Custeio Administrativo</b>	<b>-7.227</b>	<b>-6.484</b>	<b>11,5</b>
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>52.119</b>	<b>42.431</b>	<b>22,8</b>
<b>(+/-) Fundos Previdenciais</b>	<b>52.119</b>	<b>42.431</b>	<b>22,8</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>230.044</b>	<b>177.925</b>	<b>29,3</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>37.057</b>	<b>29.314</b>	<b>26,4</b>
<b>(+) Fundos Administrativos</b>	<b>37.057</b>	<b>29.314</b>	<b>26,4</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

# Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

R\$ mil

DESCRIÇÃO	(Nota 18)	2016	2015	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>		<b>824.839</b>	<b>812.996</b>	<b>1,5</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>		<b>435.689</b>	<b>339.586</b>	<b>28,3</b>
<b>1.1. Receitas</b>		<b>435.689</b>	<b>339.586</b>	<b>28,3</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		101.801	92.483	10,1
Custeio Administrativo dos Investimentos		176.680	177.111	-0,2
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos		6.131	5.534	10,8
Receitas Diretas		1.520	3.583	-57,6
Resultado Positivo dos Investimentos		149.516	60.453	147,3
Outras Receitas		41	422	-90,3
<b>2. Despesas Administrativas</b>		<b>-299.700</b>	<b>-308.838</b>	<b>-3,0</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>		<b>-116.889</b>	<b>-126.193</b>	<b>-7,4</b>
Pessoal e encargos		-65.739	-65.034	1,1
Treinamentos / congressos e seminários		-895	-1.248	-28,3
Viagens e estadias		-931	-1.652	-43,6
Serviços de terceiros		-23.634	-29.177	-19,0
Despesas gerais (*)		-18.991	-22.460	-15,4
Depreciações e amortizações		-3.631	-3.495	3,9
Tributos		-3.053	-3.064	-0,4
Outras Despesas		-15	-63	-76,2
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>		<b>-182.811</b>	<b>-182.645</b>	<b>0,1</b>
Pessoal e encargos		-126.073	-121.766	3,5
Treinamentos / congressos e seminários		-1.246	-1.739	-28,3
Viagens e estadias		-984	-993	-0,9
Serviços de terceiros		-17.153	-21.697	-20,9
Despesas gerais (*)		-26.144	-27.232	-4,0
Depreciações e amortizações		-6.052	-4.343	39,4
Tributos		-5.148	-4.743	8,5
Outras Despesas		-11	-132	-91,7
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>		<b>-20.863</b>	<b>-11.363</b>	<b>83,6</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>		<b>-21</b>	<b>-7.542</b>	<b>-99,7</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>		<b>115.105</b>	<b>11.843</b>	<b>871,9</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>		<b>115.105</b>	<b>11.843</b>	<b>871,9</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>		<b>939.944</b>	<b>824.839</b>	<b>14,0</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

(\*) Inclui gastos com aluguel e manutenção da sede, manutenção de software, publicações, despesas judiciais, cartorárias e informações eletrônicas.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

# Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>159.891.002</b>	<b>148.158.740</b>	<b>7,9</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>144.371.339</b>	<b>135.862.751</b>	<b>6,3</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>142.338.371</b>	<b>124.964.549</b>	<b>13,9</b>
Benefício Definido	142.338.371	124.964.549	13,9
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>17.329.180</b>	<b>26.279.891</b>	<b>-34,1</b>
Contribuição Definida	26	24	8,3
Saldo de contas - parcela participantes	26	24	8,3
Benefício Definido	17.329.154	26.279.867	-34,1
<b>1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>-15.296.212</b>	<b>-15.381.689</b>	<b>-0,6</b>
(-) Serviço Passado	-15.296.212	-15.381.689	-0,6
(-) Patrocinador	-15.296.212	-15.381.689	-0,6
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>-13.943.338</b>	<b>-16.137.922</b>	<b>-13,6</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>-13.943.338</b>	<b>-16.137.922</b>	<b>-13,6</b>
<b>(-) Déficit técnico acumulado</b>	<b>-13.943.338</b>	<b>-16.137.922</b>	<b>-13,6</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>896.332</b>	<b>789.591</b>	<b>13,5</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>4.472</b>	<b>6.389</b>	<b>-30,0</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>891.860</b>	<b>783.202</b>	<b>13,9</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>26.574.969</b>	<b>26.064.153</b>	<b>2,0</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>26.521.553</b>	<b>26.011.519</b>	<b>2,0</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>53.416</b>	<b>52.634</b>	<b>1,5</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>1.991.700</b>	<b>1.580.167</b>	<b>26,0</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>1.954.403</b>	<b>1.550.756</b>	<b>26,0</b>
<b>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>37.297</b>	<b>29.411</b>	<b>26,8</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

**Vanessa Ferreira Ennes**  
Atuária MIBA 1194  
CPF: 008.553.137-57

# Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>9.271.174</b>	<b>6.682.123</b>	<b>38,7</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>9.007.023</b>	<b>6.575.713</b>	<b>37,0</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>196.127</b>	<b>147.622</b>	<b>32,9</b>
Benefício Definido	196.127	147.622	32,9
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>8.810.896</b>	<b>6.428.091</b>	<b>37,1</b>
Contribuição Definida	8.352.930	6.016.389	38,8
Saldo de contas - parcela patrocinador	4.134.309	2.981.097	38,7
Saldo de contas - parcela participantes	4.218.621	3.035.292	39,0
Benefício Definido	457.966	411.702	11,2
<b>3. FUNDOS</b>	<b>251.361</b>	<b>96.759</b>	<b>159,8</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>233.288</b>	<b>82.106</b>	<b>184,1</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>18.073</b>	<b>14.653</b>	<b>23,3</b>
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>12.558</b>	<b>9.375</b>	<b>34,0</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>4.109</b>	<b>2.307</b>	<b>78,1</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>8.449</b>	<b>7.068</b>	<b>19,5</b>
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>232</b>	<b>276</b>	<b>-15,9</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>232</b>	<b>276</b>	<b>-15,9</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

**Vanessa Ferreira Ennes**  
Atuária MIBA 1194  
CPF: 008.553.137-57



# Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CAPEC

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Varição (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>284.314</b>	<b>229.528</b>	<b>23,9</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Benefício Definido	0	0	-
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Contribuição Definida	0	0	-
Saldo de contas - parcela patrocinador	0	0	-
Saldo de contas - parcela participantes	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
<b>1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
(-) Serviço Passado	0	0	-
(-) Patrocinador	0	0	-
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Superavit técnico acumulado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Reserva de Contingência	0	0	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	0	0	-
<b>(-) Déficit técnico acumulado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>3. FUNDOS</b>	<b>230.044</b>	<b>177.925</b>	<b>29,3</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>230.044</b>	<b>177.925</b>	<b>29,3</b>
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>48.452</b>	<b>46.277</b>	<b>4,7</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>48.412</b>	<b>45.850</b>	<b>5,6</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>40</b>	<b>427</b>	<b>-90,6</b>
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>5.818</b>	<b>5.326</b>	<b>9,2</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>5.818</b>	<b>5.326</b>	<b>9,2</b>

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44

**Vanessa Ferreira Ennes**  
Atuária MIBA 1194  
CPF: 008.553.137-57

# Sumário das Notas Explicativas

<b>1 Contexto Operacional</b> .....	43	<b>9 Composição dos Ativos e Análise de Sensibilidade</b> .....	70
<b>2 Planos Administrados</b> .....	43	9.1 Alocação por Segmento .....	70
<b>3 Apresentação das Demonstrações Contábeis</b> .....	44	9.2 Análise de Sensibilidade .....	71
<b>4 Principais Práticas Contábeis</b> .....	45	9.2.1 Carteira de Renda Fixa.....	71
4.1 Premissas e Estimativas Contábeis.....	45	9.2.2 Carteira de Renda Variável.....	71
4.2 Gestão de Riscos .....	45	<b>10 Transações entre Partes Relacionadas</b> .....	72
4.3 Gestão Previdencial.....	47	<b>11 Exigível Operacional</b> .....	74
4.4 Gestão Administrativa.....	47	11.1 Contrato BB X PREVI – Grupo Pré-67, Paridade – Acordo	
4.5 Investimentos .....	47	2006 e Contribuição Amortizante – Grupo Especial.....	75
4.5.1 Instrumentos Financeiros .....	47	11.2 Utilização do Superávit 2010 .....	75
4.5.2 Propriedade para Investimento.....	48	<b>12 Exigível Contingencial</b> .....	75
4.5.3 Provisão para Perdas e para Créditos		12.1 Contingências – Perda Provável .....	76
de Liquidação Duvidosa .....	48	12.1.1 Gestão Previdencial .....	76
4.6 Imobilizado e Intangível .....	48	12.1.2 Gestão Administrativa .....	76
4.7 Exigível Operacional.....	49	12.1.3 Investimentos.....	76
4.8 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes .....	49	12.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais.....	77
4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes .....	49	12.2.1 Ações Fiscais.....	77
4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais.....	49	<b>13 Passivos e Ativos Contingentes</b> .....	78
4.8.3 Ativos Contingentes .....	49	13.1 Passivos Contingentes.....	78
4.9 Provisões Matemáticas.....	50	13.2 Ativos Contingentes .....	78
4.10 Equilíbrio Técnico .....	50	13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de	
4.11 Fundos .....	50	Desenvolvimento – OFND.....	78
4.12 Apuração do Resultado .....	50	13.2.2 Dividendos da Telebrás .....	78
4.13 Custeio Administrativo .....	50	<b>14 Provisões Matemáticas</b> .....	78
<b>5 Realizável – Gestão Previdencial</b> .....	51	14.1 Plano de Benefícios 1.....	78
<b>6 Realizável – Gestão Administrativa</b> .....	51	14.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro.....	79
<b>7 Realizável – Investimentos</b> .....	52	<b>15 Equilíbrio Técnico</b> .....	80
7.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos .....	52	15.1 Plano de Benefícios 1.....	80
7.2 Ações .....	54	15.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro.....	82
7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou		<b>16 Fundos</b> .....	83
Bloqueadas – Plano 1.....	55	16.1 Gestão Previdencial .....	83
7.3 Fundos de Investimento.....	58	16.2 Gestão Administrativa.....	83
7.3.1 Títulos para Negociação.....	61	16.3 Investimentos .....	84
7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento .....	62	<b>17 Mutação do Patrimônio Social</b> .....	85
7.4 Investimentos Imobiliários .....	63	17.1 Gestão Previdencial .....	85
7.5 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários .....	66	17.2 Resultados e Rentabilidade por Tipo de Emissor.....	86
7.5.1 Empréstimos Simples.....	67	<b>18 Gestão Administrativa</b> .....	86
7.5.2 Financiamentos Imobiliários .....	68	<b>19 Ajustes e Eliminações de Consolidação</b> .....	88
<b>8 Permanente</b> .....	69	<b>20 Eventos subsequentes</b> .....	89

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

## Exercícios de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, Banco do Brasil S.A. e PREVI, e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2016, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e alterada pela Resolução BC nº 4.275, de 31/10/2013, Resolução BC nº 3.846, de 25/03/2010, Resolução BC nº 4.449, de 20/11/2015 e Resolução BC nº 4.469, de 25/02/2016.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, alteradas pelas

Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

### 2 PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- **Plano de Benefícios 1 – Plano 1** – CNPB nº: 19800001-74, de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, em extinção desde 23/12/1997. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI naquela data. O Plano 1 é composto pelas partes Geral, patrocinada pelo Banco do Brasil, e Opcional, que proporciona benefícios apenas para os que a contratarem, arcando com as respectivas contribuições. Seus benefícios podem ser:

- a) Parte Geral
  - Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
  - Complemento Antecipado de Aposentadoria;
  - Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
  - Complemento de Aposentadoria por Idade;
  - Complemento de Pensão por Morte;
  - Renda Mensal Vitalícia;
  - Renda Mensal de Pensão por Morte; e
  - Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano.

- b) Benefícios da Parte Opcional
- Renda Mensal de Aposentadoria; e
  - Renda Mensal de Pensão por Morte.
- **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro**  
– CNPB nº: 19800035-74, de Contribuição Variável (Contribuição Definida na fase de acumulação para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram a partir de 1998. Este plano encontra-se ativo. Os benefícios assegurados pelo Plano PREVI Futuro são de dois tipos:
    - a) Benefícios de Risco
      - Complemento de Aposentadoria por Invalidez; e
      - Complemento de Pensão por Morte.
    - b) Benefícios Programados
      - Renda Mensal de Aposentadoria;
      - Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
      - Renda Mensal Vitalícia; e
      - Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec** – CNPB nº: 19040001-18, de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e de pensões. Este plano encontra-se ativo. Os pecúlios oferecidos atualmente são: Pecúlio por Morte, Especial, Manutença e Invalidez.
- **Plano de Gestão Administrativa – PGA** – tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI, na forma do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

## PARTICIPANTES

Situação	Plano 1		PREVI Futuro		Capec	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Ativos</b> <sup>(1) (2)</sup>	11.558	19.212	85.674	85.176	127.041	125.775
<b>Aposentados</b> <sup>(2)</sup>	82.535	76.203	428	374		
<b>Pensões</b> <sup>(3)</sup>	17.862	17.442	395	337		
<b>Total</b>	<b>111.955</b>	<b>112.857</b>	<b>86.497</b>	<b>85.887</b>	<b>127.041</b>	<b>125.775</b>
<b>Idade Média da População</b> <sup>(4)</sup>	<b>63</b>	<b>63</b>	<b>39</b>	<b>38</b>	<b>57</b>	<b>57</b>

<sup>(1)</sup> A maioria dos participantes da CAPEC também são participantes do Plano 1 ou PREVI Futuro. <sup>(2)</sup> Inclui Autopatrocinaos, conforme Parecer Atuarial. <sup>(3)</sup> Considera apenas as pensões de responsabilidade da PREVI. <sup>(4)</sup> Idade média de participantes ativos e aposentados.

### 3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, e suas alterações posteriores e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial** - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social – DMPS** - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.

- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** - De forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a PREVI opera.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 19).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/02/2017.

## 4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 4.1 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas

poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### 4.2 GESTÃO DE RISCOS

A PREVI entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

- **Risco de Mercado** – O gerenciamento do risco de mercado dos ativos da PREVI considera diversas métricas para sua mensuração e acompanhamento. A seleção da métrica mais apropriada depende diretamente do objetivo do portfólio, sua meta e dos tipos de instrumentos financeiros considerados. Algumas das métricas utilizadas são:
  - a) **Value-at-Risk (VaR)** – calculado diariamente usando a metodologia não paramétrica, com cenário histórico de 504 dias úteis, utilizando opcionalmente a técnica do EWMA – média móvel ponderada exponencialmente – para os cenários históricos, com fator de decaimento de 0,93 (métrica mais utilizada para ativos líquidos com gestão ativa). Para comparação com o mercado, calcula-se também o VaR da carteira teórica dos diversos *benchmarks* cadastrados (IBrX, IMA etc.). O intervalo de confiança padrão adotado pela PREVI é de 99%.
  - b) **Divergência Não Planejada (DNP)** – calculada mensalmente, utilizando o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O *benchmark* utilizado pode ser o atuarial do plano (para análise de desempenho) ou qualquer *benchmark* predeterminado pela Política de Investimentos, dependendo do objetivo da carteira. Apesar de a DNP ser essencialmente uma medida de desempenho, serve como um bom indicador do risco de solvência do plano, principalmente, quando utiliza o atuarial como *benchmark*.

- c) **Tracking Error (TE)** – indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um *benchmark*. Tipo de medida utilizada principalmente para ativos de gestão passiva. Representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do *benchmark*. É, normalmente, calculado com o horizonte de 12 e 36 meses.
- d) **Simulações de Stress** – apresenta uma simulação de perda/ganho dado o acontecimento de um determinado cenário. Os cenários utilizados podem refletir os choques usualmente observados no mercado e/ou cenários traçados com base em projeções macroeconômicas. A periodicidade pode ser semanal, mensal, ou eventual, previamente à realização de alguma operação relevante. Além dos cenários de choque nos fatores de risco, existem os choques nas posições, simulando compra/venda de ativos e seu impacto no risco global.
- **Risco de Crédito** – Pode ser segmentado em três grandes conjuntos:
    - a) **Risco de Crédito de Instituições Financeiras** – utiliza metodologia própria para cálculo de *rating* interno e limite operacional para instituições financeiras. A aplicação dessa metodologia é feita por sistema institucional, integrado a outros sistemas da PREVI. Além do *rating* interno e limite operacional, há um processo de acompanhamento diário de fatos de mercado e de avaliação da qualidade de crédito de contrapartes.
    - b) **Risco de Crédito de Instituições Não Financeiras** – utiliza metodologia própria para obtenção de *rating* interno para operações com instituições não financeiras. Esse processo também engloba a análise do risco de operações estruturadas, o que demanda uma avaliação da estrutura da operação proposta.
    - c) **Risco de Crédito de Operações com Participantes** – utiliza metodologia de cálculo de fundo de *hedge* e liquidez, que visa à formação de reserva para suportar eventos de inadimplência ou descasamento de taxas, tanto na carteira de Empréstimos a Participantes quanto na de Financiamentos Imobiliários.
  - **Risco de Liquidez e Solvência** – O Risco de Liquidez no curto prazo é acompanhado e mitigado por meio da formação de um caixa mínimo, composto por ativos de altíssima liquidez, em volume suficiente para arcar com o pagamento de benefícios para os próximos seis meses. Para o longo prazo realizamos o *cash flow matching*, que tem como objetivo o casamento de fluxo de caixa no médio e no longo prazo, visando mitigar riscos de liquidez dos próximos anos. O caixa mínimo e o *cash flow matching* são calculados mensalmente e acompanhados pela Diretoria de Investimentos a fim de aproveitar as oportunidades de mercado.
  - **Risco de Solvência** – O Risco de Solvência é medido pelo impacto das projeções de resultado no balanço da Entidade. Os cenários que impactam os fatores de riscos são gerados utilizando o método de Monte Carlo. Dessa maneira, há uma projeção das necessidades de caixa e do resultado de cada plano, ao longo do tempo, que permite fazer uma alocação de recursos mais eficiente.
  - **Risco Operacional** – A combinação do risco de liquidez e do risco de solvência é o centro do processo de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). Além das projeções, é utilizada a simulação do passivo estocástico (ver Risco do Passivo Atuarial). Dessa forma, são traçadas estratégias de alocação futura de recursos, visando garantir liquidez e solvência do plano no longo prazo.
  - **Risco Operacional** – A PREVI utiliza metodologia própria para identificação e avaliação anual do nível de criticidade (extrema, alta, média e baixa) e da perda financeira potencial dos riscos operacionais, a partir de uma análise de probabilidade, impactos (financeiro, de imagem e legal), fragilidades e controles.
  - Os riscos de criticidade baixa e média são mantidos sob supervisão, de forma que qualquer variação que possa ocasionar a sua materialização seja tempestivamente identificada e devidamente corrigida.
  - Os riscos de criticidade extrema e alta são tratados por meio de planos de ação com o objetivo de implementar ou aprimorar controles que sejam capazes de reduzir a probabilidade de materialização do risco a níveis aceitáveis.
  - O comportamento dos riscos é monitorado tanto para atestar se estes foram devidamente mitigados quanto para subsidiar a composição dos indicadores-chave de risco. Também são monitoradas as ações corretivas para tratamento das falhas operacionais nos processos da PREVI.
  - **Risco Legal** – Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência. Seu acompanhamento é constante e envolve o provisionamento dos processos judiciais e/ou administrativos a partir da classificação da probabilidade de perda estimada pela Administração da PREVI no

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (“provável”, “possível” ou “remota”) e da mensuração dos valores envolvidos. Paralelamente, são elaboradas ações mitigadoras junto às partes envolvidas.

- **Risco do Passivo Atuarial** – É o risco de não formação de reserva adequada em função da ocorrência de riscos biométricos, tais como aumento de longevidade, alteração na taxa de entrada em invalidez etc. Uma inovação complementar ao cálculo normalmente realizado para o passivo atuarial é o cálculo do passivo estocástico: para cada participante são simulados diversos caminhos aleatórios, o que faz com que cada participante possua uma distribuição de possíveis provisões matemáticas. O total desse conjunto de provisões matemáticas forma a reserva matemática estocástica, que é utilizada no processo de ALM para a mensuração do risco de solvência. Por se tratar de uma distribuição, conceitos estatísticos como intervalo de confiança, desvio-padrão etc. podem ser aplicados para melhor mensuração da probabilidade de insolvência no futuro.

Neste processo, cada reserva matemática da distribuição considera uma projeção de fluxo de caixa atuarial, que por sua vez é utilizada pelo ALM para determinação do risco de liquidez.

Dessa forma, o processo de ALM é realizado de maneira completamente estocástica, tanto pelo lado dos ativos quanto pelo lado do passivo atuarial.

#### 4.3 GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como os adiantamentos do INSS, depósitos judiciais e recursais.

#### 4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.
- b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.
- c) As despesas administrativas comuns da PREVI serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das

despesas comuns incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela verificada no último dia do mês.

- d) As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

#### 4.5 INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são determinados pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009, e alterações posteriores.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** – Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou o passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou o passivo.

##### 4.5.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

###### 4.5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

São classificados e registrados como “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento” conforme norma específica do CNPC. Os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e emolumentos, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro-rata die* até a data do balanço.

Os títulos classificados como “para negociação” são ajustados ao valor de mercado. O ágio e o deságio aplicados aos títulos para negociação são amortizados *pro-rata die*, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a PREVI emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou

- custo amortizado com aplicação do teste de *impairment* considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de *rating*, a PREVI atribui o grau de risco máximo.

#### 4.5.1.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas em sua mensuração inicial pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e de outras taxas. Nas mensurações subsequentes, são precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendo.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

#### 4.5.1.3 Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso não haja valor de mercado.

#### 4.5.1.4 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### 4.5.2 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

#### 4.5.2.1 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado em, no máximo, três anos. Os investimentos imobiliários do Plano 1 são reavaliados a cada 2 anos e os do plano PREVI Futuro anualmente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre Terreno e

Benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

#### 4.5.3 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são apresentados por seu valor líquido.

Perda por *Impairment* – um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se o mesmo está desvalorizado. Considera-se ativo desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A análise de recuperabilidade deve ser realizada, no mínimo, a cada encerramento de exercício.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e apresentados abaixo.

PCLD		Faixa de Provisionamento <sup>(1)</sup>
Atraso (em dias)		
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
<b>&gt; 361</b>		<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos.

### 4.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.



Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 e estão sujeitos ao teste anual de *impairment*, caso não tenham vida útil definida. As estimativas desses ativos não monetários identificáveis e sem substância física observam as normas do CFC. Caso um item abrangido pelo CPC 04 não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna é reconhecido como despesa do exercício. Os *softwares* constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

BENS	Taxa Anual % Depreciação / Amortização
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

#### 4.7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes. Estão acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações presentes decorrentes de acordos firmados com o patrocinador Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.

#### 4.8 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

##### 4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota 12) e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for

remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados internos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

##### 4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na justiça do trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais podem ser registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como em Investimentos.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente.

##### 4.8.3 Ativos Contingentes

A Entidade se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente Certo** – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da Entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a Entidade reconhece o Ativo pois este não é contingente.

- **Provável** – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da Entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente (Nota 13.2).
- **Possível e Remota** – nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade, respectivamente.

#### 4.9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios já concedidos para os aposentados e pensionistas, líquido das contribuições futuras, quando houver.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros líquidos do Plano com os participantes em atividade.
- **Provisões Matemáticas a Constituir** – correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998, bem como ao valor das provisões matemáticas garantidoras do complemento adicional de aposentadoria do Grupo Especial disciplinado no contrato firmado em 2012 (Nota 14.1).

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

#### 4.10 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados segundo normas do CNPC e da Previc.

#### 4.11 FUNDOS

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Previdenciais** – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica. A exceção é o Fundo de Renda Certa, que é financeiro.
- **Administrativo** – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.
- **Investimentos** – são fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

#### 4.12 APURAÇÃO DO RESULTADO

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

#### 4.13 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo da Gestão Previdencial** – corresponde a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.
- **Custeio Administrativo de Investimentos** – baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão (Nota 18).

## 5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial que registra, além dos depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, o adiantamento realizado no dia 20/12/2016 dos benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento ocorre no quinto dia útil do mês subsequente (Nota 4.3).

Descrição	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado <sup>(1)</sup>	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Adiantamento por Conta do INSS	209.449	184.929	1.884	3.660	0	0	211.333	188.589
Depósitos Judiciais <sup>(2)</sup> (Nota 12.2)	2.423.335	1.894.744	252	178	5.572	3.566	2.429.159	1.898.488
Bloqueios Judiciais <sup>(Nota 12.2)</sup>	7.186	6.226	0	0	0	2	7.186	6.228
Demais Realizáveis	1.889	23.694	133	14	1	400	905	15.413
<b>Total</b>	<b>2.641.859</b>	<b>2.109.593</b>	<b>2.269</b>	<b>3.852</b>	<b>5.573</b>	<b>3.968</b>	<b>2.648.583</b>	<b>2.108.718</b>

<sup>(1)</sup> Ajustes e eliminações para consolidação detalhados na Nota 19. <sup>(2)</sup> Ingresso de processos na fase de execução com necessidade de depósito judicial.

## 6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2016	2015
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>249.663</b>	<b>212.484</b>
Contas a Receber	427	433
Despesas Antecipadas	241	2.654
Depósitos Judiciais / Recursais (Nota 12.2)	245.055	203.789
Trabalhistas	3.434	2.105
INSS de Cooperativas	4.897	4.897
PIS/Cofins	236.724	196.787
Demais Realizáveis	3.940	5.608

## 7 REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais/Recursais. Alcançou o montante de R\$ 167.691.455, a seguir demonstrado.

INVESTIMENTOS - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2016	2015
<b>Títulos Públicos</b>	<sup>(1)</sup> <b>90.581</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>90.581</b>	<b>84.409</b>
Títulos Públicos Federais	90.581	0	0	0	90.581	84.409
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>1.118.711</b>	<b>1.324.412</b>	<b>0</b>	<b>4.909.787</b>	<b>7.352.910</b>	<b>7.118.156</b>
Instituições Financeiras	0	0	0	1.910.875	1.910.875	1.572.962
Companhias Abertas	1.118.711	1.324.412	0	0	2.443.123	2.310.777
Patrocinador	0	0	0	2.998.912	2.998.912	3.234.417
<b>Ações</b>	<b>43.102.066</b>	<b>3.456.931</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>46.558.997</b>	<b>34.159.738</b>
Instituições Financeiras	5.970.407	0	0	0	5.970.407	4.098.539
Companhias Abertas	28.052.382	3.456.931	0	0	31.509.313	25.351.134
Patrocinador	8.257.200	0	0	0	8.257.200	4.710.065
Empréstimos de ações	822.077	0	0	0	822.077	0
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>17.422</b>	<b>49.303.014</b>	<b>0</b>	<b>47.071.555</b>	<b>96.391.991</b>	<b>95.530.219</b>
Fundo de Renda Fixa	0	15.623.712	0	<sup>(2)</sup> 46.535.983	62.159.695	56.449.795
Fundo de Ações	0	33.241.193	0	0	33.241.193	37.858.511
Fundo Multimercado	0	122.953	0	0	122.953	133.577
Fundo de Direitos Creditórios	0	0	0	0	0	283.956
Fundo de Empresas Emergentes	0	11.205	0	0	11.205	10.693
Fundo de Participações	12.558	303.951	0	<sup>(3)</sup> 535.572	852.081	785.113
Fundo Imobiliário	4.864	0	0	0	4.864	8.574
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>10.405.886</b> <sup>(4)</sup>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10.405.886</b>	<b>10.215.526</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.689.394</b>	<b>5.689.394</b>	<b>5.386.166</b>
<b>Financiamentos Imobiliários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.170.068</b>	<b>1.170.068</b>	<b>1.226.273</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>31.628</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>31.628</b>	<b>18.323</b>
<b>Total</b>	<b>54.766.294</b>	<b>54.084.357</b>	<b>0</b>	<b>58.840.804</b>	<b>167.691.455</b>	<b>153.738.810</b>

<sup>(1)</sup> Exclusivamente Títulos Públicos Federais. <sup>(2)</sup> Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.3.2). <sup>(3)</sup> Avaliados ao custo, conforme regulamento do Fundo.

<sup>(4)</sup> Avaliados ao valor justo e depreciados pela vida útil estimada.

## 7.1 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

CARTEIRA	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Títulos Públicos</b>	<sup>(1)</sup> 89.533	83.409	0	0	1.048	1.000	0	0	90.581	84.409
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>5.875.242</b>	<b>5.908.138</b>	<b>1.185.061</b>	<b>958.434</b>	<b>94.600</b>	<b>67.863</b>	<b>198.007</b>	<b>183.721</b>	<b>7.352.910</b>	<b>7.118.156</b>
Instituições Financeiras	1.139.692	992.023	531.812	409.445	94.600	67.863	144.771	103.631	1.910.875	1.572.962
Companhias Abertas	<sup>(2)</sup> 1.883.733	1.848.299	523.647	434.987	0	0	35.743	27.491	2.443.123	2.310.777
Patrocinador <sup>(Nota 10)</sup>	2.851.817	3.067.816	129.602	114.002	0	0	17.493	52.599	2.998.912	3.234.417
<b>Total</b>	<b>5.964.775</b>	<b>5.991.547</b>	<b>1.185.061</b>	<b>958.434</b>	<b>95.648</b>	<b>68.863</b>	<b>198.007</b>	<b>183.721</b>	<b>7.443.491</b>	<b>7.202.565</b>

<sup>(1)</sup> Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. <sup>(2)</sup> Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 5.949.424 (R\$ 4.844.163 no exercício anterior) referente às debêntures de Embaúba, Invesc e Teka, adquiridas no período de 1982 a 1999, bem como a provisão no valor de R\$ 1.171 aplicada às debêntures repactuadas do Parque Hopi Hari.

## CINCO MAIORES EMISSORES POR PLANO

	Tipo	Vencimento	Taxa média negociada	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 a 16/05/2022	2.170	2.851.817	48,5
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 a 18/11/2019	400	430.778	7,3
	Itau Unibanco S.A.	Letra Financeira	21/11/22	250	414.021	7,1
	BNDES	Debênture não conversível	15/01/2017 e 15/05/2019	175.949	256.054	4,4
	NCF Participações S.A.	Debênture não conversível	23/12/20	21.000	202.919	3,5
	<b>Total</b>				<b>4.155.589</b>	<b>70,8</b> <sup>(1)</sup>
PREVI Futuro	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 a 18/11/2019	275	300.754	25,4
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 e 16/05/2022	120	129.602	10,9
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/12/2017 a 18/11/2019	77	81.678	6,9
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 e 22/03/2019	65	72.655	6,1
	Invepar- Raposo Tavares	Debênture não conversível	15/12/24	60.000	71.598	6,0
	<b>Total</b>				<b>656.287</b>	<b>55,3</b> <sup>(1)</sup>
Capec	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 a 15/10/2019	41	44.821	47,4
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/12/2017 a 15/10/2019	20	22.168	23,4
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 e 22/03/2019	10	11.217	11,9
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	16/06/17	4	5.579	5,9
	Caixa Econômica Federal	Letra Financeira	16/06/17	4	5.571	5,8
	<b>Total</b>				<b>89.356</b>	<b>94,4</b> <sup>(1)</sup>
PGA	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 a 18/11/2019	84	89.051	45,0
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/12/2017 a 18/11/2019	26	28.194	14,2
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/18	10	17.493	8,8
	Cemig Geração e Transm. S.A.	Debênture não conversível	15/02/22	9.800	12.513	6,3
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	16/06/17	6	8.368	4,2
	<b>Total</b>				<b>155.619</b>	<b>78,5</b> <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos privados, classificados como “Títulos para Negociação”, comparado ao custo amortizado:

Vencimento	0 - 1		5 - 10	10 - 15	> 15	Total	Total por Plano	
	ano	1 - 5 anos					anos	anos
<b>Títulos Privados - Valor de Mercado</b>								
Debêntures - Plano 1	104.556	1.094.460	500.874	0	184.781	1.884.671		
Letras Financeiras - Plano 1	96.220	2.944.595	950.693	0	0	3.991.508	5.876.179	5.908.871
Debêntures - PREVI Futuro	9.028	315.008	199.612	0	0	523.648		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	115.803	485.980	59.630	0	0	661.413	1.185.061	958.434
Letras Financeiras - CAPEC	26.044	68.556	0	0	0	94.600	94.600	67.863
Debêntures - PGA	0	18.782	16.961	0	0	35.743		
Letras Financeiras - PGA	26.962	135.302	0	0	0	162.264	198.007	183.721
<b>Total (*)</b>	<b>378.613</b>	<b>5.062.683</b>	<b>1.727.770</b>	<b>0</b>	<b>184.781</b>	<b>7.353.847</b>		
<b>Títulos Privados - Custo Amortizado (**)</b>								
Debêntures - Plano 1	104.680	1.127.448	563.185	0	1.322	1.796.635		
Letras Financeiras - Plano 1	96.220	2.944.595	950.693	0	0	3.991.508	5.788.143	5.974.221
Debêntures - PREVI Futuro	9.099	322.893	218.742	0	0	550.734		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	115.803	485.980	59.630	0	0	661.413	1.212.147	993.996
Letras Financeiras - CAPEC	26.044	68.556	0	0	0	94.600	94.600	68.452
Debêntures - PGA	0	19.294	19.843	0	0	39.137		
Letras Financeiras - PGA	26.962	135.302	0	0	0	162.264	201.401	187.287
<b>Total (*)</b>	<b>378.808</b>	<b>5.104.068</b>	<b>1.812.093</b>	<b>0</b>	<b>1.322</b>	<b>7.296.291</b>		

(\*) Inclui os ativos constantes dos fundos de investimento exclusivos. (\*\*) Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

## 7.2 AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES	Plano 1		PREVI Futuro		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Ações</b>	<b>43.839.794</b>	<b>32.305.383</b>	<b>2.559.025</b>	<b>1.733.027</b>	<b>160.178</b>	<b>121.328</b>	<b>46.558.997</b>	<b>34.159.738</b>
Instituições Financeiras	5.392.662 <sup>(1)</sup>	3.769.731	544.986	306.870	32.759	21.938	5.970.407	4.098.539
Companhias Abertas	29.555.381 <sup>(2)</sup>	23.899.323	1.834.287	1.356.748	119.645	95.063	31.509.313	25.351.134
Patrocinador <sup>(Nota 10)</sup> <sup>(3)</sup>	8.126.163	4.636.329	123.263	69.409	7.774	4.327	8.257.200	4.710.065
Empréstimos de ações	765.588	0	56.489	0	0	0	822.077	0

<sup>(1)</sup> Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 1.857 referente à participação acionária no Banco Econômico. <sup>(2)</sup> Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 6.069 referente à participação acionária em Casa Anglo e Gazeta Mercantil e IR sobre ações da Celesc. <sup>(3)</sup> Considera ações da BB Seguridade.

SEIS MAIORES AÇÕES POR PLANO		Tipo	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	ON	278.211	7.814.943	17,8
	CPFL Energia	ON	299.282	7.686.807	17,5
	Ambev S.A	ON	294.461	4.829.155	11,0
	Petrobrás	PN	296.759	4.412.802	10,1
	BRF S.A	ON	84.736	4.088.502	9,3
	ItaúUnibanco	PN	96.413	3.263.576	7,4
	<b>Total</b>			<b>32.095.785</b>	<b>73,1<sup>(1)</sup></b>
PREVI Futuro	ItaúUnibanco	PN	8.035	271.971	10,6
	Vale	PNA	8.308	193.910	7,6
	Bradesco	PN	6.336	183.754	7,2
	Ambev S.A	ON	8.845	145.064	5,7
	Petrobrás	PN	8.332	123.898	4,8
	Petrobrás	ON	7.060	119.603	4,7
	<b>Total</b>			<b>1.038.200</b>	<b>40,6<sup>(1)</sup></b>
PGA	ItaúUnibanco	PN	459	15.526	9,7
	Vale	PNA	537	12.536	7,8
	Bradesco	PN	389	11.273	7,0
	Ambev S/A	ON	638	10.462	6,5
	Petrobrás	PN	588	8.740	5,5
	Petrobrás	ON	394	6.682	4,2
	<b>Total</b>			<b>65.219</b>	<b>40,7<sup>(1)</sup></b>

<sup>(1)</sup> Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.

### 7.2.1 AÇÕES SEM MERCADO ATIVO E/OU BLOQUEADAS – Plano 1

A avaliação das ações sem mercado ativo é feita pelo método do Fluxo de Caixa Descontado e reflete a estimativa da administração da Entidade sobre a capacidade de geração de riqueza da companhia e, na taxa de desconto, estão refletidos os riscos e volatilidades, bem como a alavancagem do mercado e da própria empresa. O método é também conhecido como Avaliação a Valor Econômico, porque captura as oportunidades, incorpora efeitos de investimentos futuros e ajusta distorções extraordinárias. A PREVI utiliza este método de avaliação desde 2002 e os ativos são classificados como Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis.

A definição das premissas operacionais e financeiras das empresas baseia-se em informações históricas e futuras. É observado, entre outras coisas, o cronograma

de investimentos e/ou projetos divulgados que impactam as respectivas operações, as empresas comparáveis correspondentes a cada setor, além das demais informações públicas disponíveis. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos ativos são estabelecidas internamente na PREVI a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial.

O valor justo dos títulos patrimoniais mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e que representam mais do que 0,25% dos recursos garantidores da Entidade foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 30/11/2016. A PREVI analisou e concluiu que não ocorreram notificações relevantes nas principais premissas utilizadas na modelagem desde a data do laudo até 31/12/2016.

## PREMISSAS DE ESTIMATIVAS

Macroeconômicas <sup>(1) (2)</sup>	Características	Taxa
Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco <sup>(3)</sup>	Bônus do Tesouro Norte-americano	2,96%a.a.
Taxa de Risco Soberano Brasileiro <sup>(4) (5)</sup>	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	316 pontos base
Risco de Mercado <sup>(6)</sup>	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	6,26%a.a.
<b>Operacionais <sup>(7)</sup></b>		
Principais: demanda, preços, custos, nível de investimentos e nível de alavancagem financeira.		

<sup>(1)</sup> A principal premissa é a taxa de desconto. Determinada, ano a ano, pela média ponderada dos custos da dívida e de capital próprio. <sup>(2)</sup> Considera a estrutura de capital estimada de cada empresa, e está diretamente relacionada ao risco associado a seus fluxos de caixa futuros. <sup>(3)</sup> Taxa média dos últimos 3 anos do bônus do US Treasury de 30 anos. Fonte: Bloomberg. <sup>(4)</sup> EMBI - Emerging Markets Bond Index: índice que reflete o comportamento de títulos da dívida externa brasileira. Fonte: Banco Central do Brasil. <sup>(5)</sup> Média do risco soberano brasileiro dos últimos 3 anos. Fonte: Bloomberg. <sup>(6)</sup> Fonte: Damodaran. <sup>(7)</sup> Utilizadas na avaliação dos principais ativos.

## AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO <sup>(1)</sup>

Empresa	Tipo	2016	2015	Ajuste	Nível de Mensuração
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	ON	3.559	2.796	763	2
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	ON / PNA	2.636	1.647	989	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	ON	126.997	133.671	-6.674	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	PNA	38.063	40.063	-2.000	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A.	ON / PNA / PNB	26.319	28.553	-2.234	2
Daleth Participações S.A.	ON	115	115	0	2
Invitel Legacy S.A.	ON	89	109	-20	2
Jereissati Participações S.A.	ON	124.116	96.690	27.426	2
Jereissati Telecomunicações S.A. <sup>(2)</sup>	ON / PN	0	10.950	-10.950	2
Litel Participações S.A.	ON / PNA	18	18	0	2
Neoenergia S.A.	ON	3.116.477	3.411.372	-294.895	2
Newtel Participações S.A.	ON	2.206	2.979	-773	2
Sauípe S.A.	ON / PN	142.025	162.409	-20.384	2
Sul 116 Participações S.A.	ON	1.308	1.336	-28	2

<sup>(1)</sup> Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo. <sup>(2)</sup> Venda total das ações.



A PREVI tem ações bloqueadas para negociação por estarem vinculadas a acordo de acionistas que permite participar do bloco de controle da companhia.

#### VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTAS

<b>Ações</b>	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Justo</b>
Tupy S.A.	ON	24.510.175	294.367
Jereissati Participações S.A.	ON / PN	17.758.227	217.872
Invitel Legacy	ON	317.311.938	89
Neenergia	ON	1.222.239.175	2.926.918
Litel <sup>(1)</sup>	ON/PN	168	18
CPFL Energia <sup>(2)</sup>	ON	196.276.558	5.041.194
Newtel Participações	ON	382.709.514	2.206
Daleth Participações	ON	3.463.589	115

<sup>(1)</sup> Ações em processo de integralização no fundo BB Carteira Ativa. <sup>(2)</sup> Transferência do BB Carteira Livre I. Alienadas com aval de todos os órgãos reguladores e preço previamente determinado para 30.12.2016. A liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2017 (Nota 7.3)

O Conselho Deliberativo da PREVI aprovou, em 23/09/2016, a venda das ações de emissão da CPFL Energia vinculadas e não vinculadas ao Acordo de Acionistas. A venda das ações vinculadas ao acordo decorre do exercício do direito de venda conjunta (*tag along*).

A totalidade de ações da CPFL Energia do fundo BB Carteira Livre I foi transferida para a Carteira Própria de ações. Após a aprovação dos órgãos reguladores, a PREVI concretizou a venda de 299.282.239 ações ao preço unitário estipulado em contrato de compra e venda de R\$ 25,684139, que totaliza R\$ 7.686.807. Em 23/01/2017, a PREVI recebeu o total de R\$ 5.133.223 relativo à referida venda das ações vinculadas. O restante das ações não vinculadas será vendido em oferta pública de aquisição de ações.

## 7.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>91.620.448</b>	<b>92.132.336</b>	<b>4.051.314</b>	<b>2.760.299</b>	<b>183.033</b>	<b>156.696</b>	<b>537.196</b>	<b>480.888</b>	<b>96.391.991</b>	<b>95.530.219</b>
<b>Fundo de Renda Fixa <sup>(1)</sup></b>	<b>57.536.846</b>	<b>53.189.341</b>	<b>3.902.620</b>	<b>2.622.870</b>	<b>183.033</b>	<b>156.696</b>	<b>537.196</b>	<b>480.888</b>	<b>62.159.695</b>	<b>56.449.795</b>
BB Renda Fixa IV <sup>(3)</sup>	44.557.699	37.741.688	0	0	0	0	0	0	44.557.699	37.741.688
BB Liquidez <sup>(3)</sup>	12.851.323	15.351.452	0	0	0	0	0	0	12.851.323	15.351.452
BB Maxi <sup>(3)</sup>	0	0	2.141.417	932.100	0	0	0	0	2.141.417	932.100
BB Maxi Liquidez <sup>(3)</sup>	0	0	1.737.766	1.676.744	0	0	0	0	1.737.766	1.676.744
BB Capec <sup>(3)</sup>	0	0	0	0	183.033	156.696	0	0	183.033	156.696
BB PGA <sup>(3)</sup>	0	0	0	0	0	0	530.818	477.497	530.818	477.497
Demais Fundos RF	127.824	96.201	23.437	14.026	0	0	6.378	3.391	157.639	113.618
<b>Fundo de Ações</b>	<b>33.204.505</b>	<b>37.829.521</b>	<b>36.688</b>	<b>28.990</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33.241.193</b>	<b>37.858.511</b>
Angra Partners Volt <sup>(3)</sup>	111.181	111.754	0	0	0	0	0	0	111.181	111.754
BB Ativa <sup>(3)</sup>	27.451.621	27.248.352	0	0	0	0	0	0	27.451.621	27.248.352
BB Carteira Livre I <sup>(3)</sup>	5.293.573	10.195.920	0	0	0	0	0	0	5.293.573	10.195.920
Leblon Equities	17.935	12.222	0	0	0	0	0	0	17.935	12.222
Small Caps <sup>(3)</sup>	330.195	261.273	36.688	28.990	0	0	0	0	366.883	290.263
<b>Fundo Multimercado</b>	<b>110.658</b>	<b>120.219</b>	<b>12.295</b>	<b>13.358</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>122.953</b>	<b>133.577</b>
<b>Fundo de Direitos Creditórios <sup>(2)</sup></b>	<b>0</b>	<b>269.692</b>	<b>0</b>	<b>14.264</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>283.956</b>
<b>Fundo de Empresas Emergentes</b>	<b>11.205</b>	<b>10.693</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11.205</b>	<b>10.693</b>
<b>Fundo de Participações</b>	<b>752.370</b>	<b>704.296</b>	<b>99.711</b>	<b>80.817</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>852.081</b>	<b>785.113</b>
Global Equity PR <sup>(4)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sondas <sup>(4)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infrabrazil Sênior B	62.164	91.375	0	0	0	0	0	0	62.164	91.375
Brasil Governança Corporativa	30.307	73.470	0	0	0	0	0	0	30.307	73.470
Brasil Agronegócios	73.492	96.000	4.677	6.109	0	0	0	0	78.169	102.109
Caixa Barcelona	102.881	77.697	25.720	19.424	0	0	0	0	128.601	97.121
Logística Brasil	108.966	40.005	0	0	0	0	0	0	108.966	40.005
BR Internacional	51.327	49.448	5.703	5.494	0	0	0	0	57.030	54.942
BR Internacional II	61.740	23.914	7.025	2.818	0	0	0	0	68.765	26.732
Demais <sup>(5)</sup>	261.493	252.387	56.586	46.972	0	0	0	0	318.079	299.359
<b>Fundo Imobiliário <sup>(6)</sup></b>	<b>4.864</b>	<b>8.574</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.864</b>	<b>8.574</b>

<sup>(1)</sup> Plano 1 - BB Renda Fixa IV - 99,3% e BB Liquidez - 88,7% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PREVI Futuro - BB Maxi - 99,5% e BB Maxi Liquidez - 75,8% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. Capec - 64,5% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PGA - 94,7% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. <sup>(2)</sup> Com aquisição substancial dos riscos e benefícios, conforme classificação da Instrução CVM nº 489, de 14/01/2011.

<sup>(3)</sup> Fundos de investimento exclusivos. <sup>(4)</sup> Ao longo do ano, foram efetuadas provisões para perdas no valor total dos ativos. <sup>(5)</sup> R\$ 2.591 classificados em valores a receber do fundo GTD Participações. <sup>(6)</sup> Foi efetuado *impairment* no valor de R\$ 52.641, no Fundo de Investimento Imobiliário Panambly, reduzindo seu valor patrimonial de R\$ 57.506 para R\$ 4.864.

Os fundos de ações representam 34,5% do valor total dos fundos de investimentos. Os dois mais relevantes são avaliados pelo método do Fluxo de Caixa Descontado (metodologia já detalhada na Nota 7.2.1): BB Carteira Ativa e o BB Carteira Livre I, ambos do Plano 1.

A PREVI é acionista da Litel (direta e, sobretudo, indiretamente, via Fundo BB Carteira Ativa) que é acionista da Valepar juntamente com outros signatários de Acordo de Acionistas que, por sua vez, é acionista da Vale, ou seja, a PREVI integra uma estrutura societária que controla a Vale.

O acordo de acionistas para o controle da Vale tem vencimento em maio de 2017. A PREVI está, correntemente

analisando as alternativas existentes para a sua participação indireta na Vale.

As ações da Valepar e da Litel não possuem liquidez, e seu valor econômico é influenciado pelo ambiente empresarial em que está inserida a Vale.

O fluxo de caixa utilizado contempla um período de projeção de janeiro de 2017 a dezembro de 2045 e inclui premissas operacionais da administração. Para as premissas financeiras, foram utilizadas as informações financeiras da Vale, Litel e Valepar, além de informações públicas sobre os setores de atuação da Vale e as projeções de mercado referentes aos preços das *commodities*.

PLANO 1	Ativo / Passivo			Nível de Mensuração
	FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2016	2015	
<b>Fundo BB Carteira Ativa</b>	<b>27.451.620</b>	<b>27.248.352</b>	<b>261.074</b>	
Disponível	5	1		
Operações Compromissadas	10.861	10.549		
Ações à vista	24.211.439	23.950.365	261.074	
Litel PRB	3.093.964	3.060.602	33.362	2
Litel ON <sup>(1)</sup>	21.117.464	20.889.752	227.712	2
Litel PNA <sup>(1)</sup>	11	11	0	2
Valores a receber	3.229.403	3.287.526		
JCP Litel	3.229.403	3.287.526		
Taxas Diferidas	0	2		
Valores a pagar	-88	-91		

<sup>(1)</sup> Ações vinculadas ao acordo de acionistas.

A Vale controla junto com a BHP Billiton a Samarco, responsável pelo grave acidente na barragem de rejeitos (Fundão) no município de Mariana (MG). Em 02/03/2016, a Samarco e seus acionistas (Vale e BHP Billiton) celebraram um acordo com os autores da ação civil pública para a implementação de programas de reparação e compensação das áreas e comunidades impactadas pela ruptura da barragem da Samarco.

Conforme o Acordo, a Samarco, a Vale e a BHP concordaram em instituir uma fundação que desenvolverá os programas de reparação e compensação, a ser financiada pela Samarco num cronograma de desembolsos pré-estabelecidos. O prazo do Acordo é de 15 anos, renovável por períodos sucessivos de um ano até que todas as

obrigações nele compreendidas sejam cumpridas. Nos termos do Acordo, caso a Samarco não cumpra suas obrigações financeiras com a fundação, a Vale e a BHP proverão fundos à fundação na proporção de suas participações acionárias na Samarco (50%).

PLANO 1	Ativo / Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
	2016	2015		
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS				
<b>Fundo BB Carteira Livre I</b>	<b>5.293.573</b>	<b>10.195.920</b>	<b>-4.963.768</b>	
Disponível	2	2		
Operações Compromissadas	8.606	55		
Ações à vista	5.198.893	10.162.661	-4.963.768	
CPFL Energia ON <sup>(1) (2)</sup>	0	3.987.756	-3.987.756	1
Neoenergia ON <sup>(1)</sup>	3.750.523	4.105.415	-354.892	2
Invepar ON <sup>(1)</sup>	468.255	666.517	-198.262	2
Invepar PN <sup>(1)</sup>	968.080	1.377.969	-409.889	2
521 Participações ON <sup>(1)</sup>	12.035	25.004	-12.969	
Valores a receber	86.146	33.276		
Taxas Diferidas	0	2		
Valores a pagar	-74	-76		

<sup>(1)</sup> Ações vinculadas ao acordo de acionistas. <sup>(2)</sup> Transferência à carteira própria de ações. Alienadas com aval de todos os órgãos reguladores e preço previamente determinado para 30.12.2016. A liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2017 (Nota 7.2.1).

No fundo BB Carteira Livre I, foram transferidas para a carteira própria as ações da CPFL e ficaram os investimentos Neoenergia, 521 Participações e Invepar (holding que controla empresas do setor de concessões rodoviárias, metroviária e aeroportuária), avaliadas como Nível 2 (Nota 4.5).

O valor econômico da Neoenergia foi obtido a partir da soma do valor econômico de suas participações diretas e indiretas nos ativos de distribuição, geração, transmissão de energia elétrica e outros. Na avaliação das empresas distribuidoras do grupo Neoenergia considerou-se a concessão atual mais um período de renovação de 30 anos. Para os empreendimentos de geração e transmissão, contudo, foi projetado o período de concessão atual até o término, sem renovação.

### 7.3.1 TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os títulos públicos classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos até o Vencimento” em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados nos quadros abaixo:

Vencimento	0 - 1	1 - 5 anos	5 - 10	10 - 15	> 15	Total	Total por Plano	
	ano		anos	anos	anos		2016	2015
<b>Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>								
LFT- Plano 1	0	278	0	0	0	278		
NTN-B - Plano 1	89.255	0	0	0	0	89.255		
Op. Compromissadas - Plano 1	313.184	0	0	0	0	313.184	<b>402.717</b>	<b>15.690.562</b>
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	11.320	0	0	0	0	11.320	<b>11.320</b>	<b>1.688.235</b>
NTN-F - CAPEC	1.048	0	0	0	0	1.048	<b>1.048</b>	<b>157.702</b>
LTN- PGA	40.979	0	0	0	0	40.979		
NTN-B - PGA	0	203.597	40.670	0	0	244.267		
NTN-F - PGA	14.152	33.660	8.903	0	0	56.715		
Op. Compromissadas - PGA	27.997	0	0	0	0	27.997	<b>369.958</b>	<b>326.363</b>
<b>Total (*)</b>	<b>469.938</b>	<b>237.535</b>	<b>49.573</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>785.043</b>		
<b>Títulos Públicos - Custo Amortizado (**)</b>								
LFT- Plano 1	0	279	0	0	0	279		
NTN-B - Plano 1	88.167	0	0	0	0	88.167		
Op. Compromissadas - Plano 1	313.184	0	0	0	0	313.184	<b>401.630</b>	<b>16.688.206</b>
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	11.320	0	0	0	0	11.320	<b>11.320</b>	<b>1.775.249</b>
NTN-F - CAPEC	1.048	0	0	0	0	1.048	<b>1.048</b>	<b>161.625</b>
LTN- PGA	40.985	0	0	0	0	40.985		
NTN-B - PGA	0	201.180	39.882	0	0	241.062		
NTN-F - PGA	14.152	31.870	8.891	0	0	54.913		
Op. Compromissadas - PGA	27.997	0	0	0	0	27.997	<b>364.957</b>	<b>341.051</b>
<b>Total (*)</b>	<b>496.853</b>	<b>233.329</b>	<b>48.773</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>778.955</b>		

(\*) Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria. (\*\*) Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

## 7.3.2 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2016	2015
<b>Títulos Públicos - Custo Amortizado</b>								
NTN-B - Plano 1	1.572.386	8.709.559	6.795.564	1.813.973	25.080.962	43.972.444		
NTN-F - Plano 1	272.559	0	0	0	0	272.559	<b>44.245.003</b>	<b>37.497.198</b>
NTN-B - PREVI Futuro	2.955	464.814	452.677	160.292	876.406	1.957.144		
NTN-F - PREVI Futuro	172.970	0	0	0	0	172.970	<b>2.130.114</b>	<b>920.647</b>
NTN-B - PGA	0	60.047	0	29.490	58.225	147.762		
NTN-F - PGA	13.104	0	0	0	0	13.104	<b>160.866</b>	<b>151.143</b>
<b>Total</b>	<b>2.033.974</b>	<b>9.234.420</b>	<b>7.248.241</b>	<b>2.003.755</b>	<b>26.015.593</b>	<b>46.535.983</b>		
<b>Títulos Públicos - Valor de Mercado (*)</b>								
NTN-B - Plano 1	1.573.870	8.886.255	7.288.840	1.851.879	23.801.495	43.402.339		
NTN-F - Plano 1	272.552	0	0	0	0	272.552	<b>43.674.891</b>	<b>32.305.307</b>
NTN-B - PREVI Futuro	2.975	472.328	470.615	164.969	929.537	2.040.424		
NTN-F - PREVI Futuro	172.966	0	0	0	0	172.966	<b>2.213.390</b>	<b>872.096</b>
NTN-B - PGA	0	60.919	0	31.050	63.005	154.974		
NTN-F - PGA	13.103	0	0	0	0	13.103	<b>168.077</b>	<b>141.018</b>
<b>Total</b>	<b>2.035.466</b>	<b>9.419.502</b>	<b>7.759.455</b>	<b>2.047.898</b>	<b>24.794.037</b>	<b>46.056.358</b>		

(\*) Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo amortizado.

Em 30/12/2016, houve reclassificação apenas de Títulos Públicos Federais da categoria “Títulos para Negociação” para a categoria “Mantidos até o Vencimento” no Plano 1 e no PREVI Futuro, nos montantes de R\$ 1.631.711 e R\$ 596.204, respectivamente. A justificativa para essa reclassificação foi reduzir a volatilidade da rentabilidade do segmento de Renda Fixa dos planos de benefícios.

De acordo com o item III do Artigo 8º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, destacamos que a referida reclassificação não gerou reflexo no resultado do Plano 1 e do PREVI Futuro.

O plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade atesta que os Planos de Benefícios possuem capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, conforme relatório elaborado pelas áreas técnicas responsáveis, representantes das Diretorias de Investimento, de Planejamento e de Segurança.

## 7.4 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R\$ 10.405.886 (R\$ 10.215.526, em 2015) no Consolidado.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2015	Aquisição	Alienação	Avaliação ao Valor Justo		Incorporação de Custo <sup>(1)</sup>	Transferência	A Receber - Movimentação	Compra / Venda a prazo	2016
				Depreciação						
<b>Plano 1</b>										
Edificações para Renda	5.029.635	0	-85.346	-72.034	-63.657	3.748	0	-7.584	0	4.804.762
Imóveis em Construção	913.119	0	0	0	0	193.923 <sup>(2)</sup>	-413.430	0	0	693.612
Uso Próprio	152.194	0	0	6.680	-2.116	0	0	0	0	156.758
Locadas à Patrocinadores	182.905	0	0	25.301	-5.354	29.650	413.430	6.633	0	652.565
Shopping Centers	3.388.730	0	0	181.555	-55.261	2.897	0	-874	0	3.517.047
Complexo Hospitalar	168.016	0	0	20.246	-3.337	0	0	122	0	185.047
Direitos de Alienação	506	0	0	0	0	0	0	0	0	506
<b>Subtotal</b>	<b>9.835.105</b>	<b>0</b>	<b>-85.346</b>	<b>161.748</b>	<b>-129.725</b>	<b>230.218</b>	<b>0</b>	<b>-1.703</b>	<b>0</b>	<b>10.010.297</b>
<b>PREVI Futuro</b>										
Imóveis em Construção	54.720	0	0	0	0	21.547 <sup>(2)</sup>	0	0	0	76.267
Shopping Centers	325.701	0	0	-5.403	-5.125	4.004	0	145	0	319.322
<b>Subtotal</b>	<b>380.421</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-5.403</b>	<b>-5.125</b>	<b>25.551</b>	<b>0</b>	<b>145</b>	<b>0</b>	<b>395.589</b>
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>10.215.526</b>	<b>0</b>	<b>-85.346</b>	<b>156.345</b>	<b>-134.850</b>	<b>255.769</b>	<b>0</b>	<b>-1.558</b>	<b>0</b>	<b>10.405.886</b>

<sup>(1)</sup> Valor desembolsado em benfeitorias (obras e construções). <sup>(2)</sup> Torre Parque Cidade e Shopping Parque da Cidade.

Dos imóveis que compõem a carteira da PREVI, 40 foram avaliados a valor justo em 2016, com base em laudos de empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R\$ 156.345, conforme quadros a seguir:

### IMÓVEIS AVALIADOS A VALOR JUSTO POR CLASSE

Classe	Valor Justo	Valor Contábil	(*)	Ajuste
Edificações Locadas à Patrocinadora	626.683	601.396	-14	25.301
Edificações Locadas a Terceiros	3.518.607	3.591.635	-994	-72.034
Participações em Shopping Center	3.030.174	2.854.022	0	176.152
Complexo Hospitalar	186.500	166.254	0	20.246
Edificações para Uso Próprio	157.045	150.365	0	6.680
<b>Total</b>	<b>7.519.009</b>	<b>7.363.672</b>	<b>-1.008</b>	<b>156.345</b>

<sup>(\*)</sup> Depreciação entre o valor justo dos imóveis destinados à venda. Avaliação realizada a cada 6 meses.

## IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(**)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa (*) Avaliadora
ABC - P1	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	559.400	534.095		25.305	26/7	6
ABC - PF (****)	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	48.629	46.459		2.170	26/7	6
América Business Park	Av. Major Sylvio Padilha, 5200 - São Paulo (SP)	113.500	108.016		5.484	2/9	14
Ansarah	Av. Paulista, 2163 - São Paulo (SP)	152.770	125.516		27.254	1/9	9
Barrashopping	Av. das Américas 4666, Rio de Janeiro (RJ)	493.973	454.820		39.153	2/8	3
Birmann 21	Av. das Nações Unidas, 7221 - São Paulo (SP)	323.894	397.840		-73.946	8/7	10
Centenário	Rua Flórida, 1970 - São Paulo (SP)	65.187	76.053		-10.866	20/5	10
Centro Empresarial Mourisco	Praia de Botafogo, 501 - Rio de Janeiro (RJ)	359.947	344.611		15.336	26/9	15
Citta América	Av. das Américas, 700 - Rio de Janeiro (RJ)	124.950	135.662		-10.712	20/1	2
Crystal Tower	Alameda Mamoré, 989 - São Paulo (SP)	136.518	131.693		4.825	8/1	5
Eco Berrini	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini 1376 - São Paulo (SP)	774.959	755.384		19.575	16/5	5
Ed. Água Branca	Av. Francisco Matarazzo, 1400 - São Paulo (SP)	335.000	303.155		31.845	7/12	5
Galpão Presidente Dutra (****)	Rod. Presidente Dutra, Km 229 - São Paulo (SP)	85.500	81.653	-439	4.286	02/02 e 03/08	16
Hiper Bompreço Guararapes	Av. Barreto De Menezes, 800 - Recife (PE)	60.792	52.948		7.844	16/11	6
Hospital São Luiz	Av. Eng. Oscar Americano, 840 - São Paulo (SP)	186.500	166.254		20.246	21/3	16
Loja BB - Laranjeiras	Rua das Laranjeiras, 475 - Rio de Janeiro (RJ)	3.456	3.074	-14	396	19/02 e 09/12	12
Metrô Tatuapé - P1	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	453.014	425.695		27.319	21/1	1
Metrô Tatuapé - PF (****)	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	45.290	44.407		883	21/1	1
Morumbi Square	Av. Chucri Zaidan, 80 - São Paulo (SP)	34.400	33.133	-209	1.476	09/03 e 21/09	14
Norteshopping	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	213.470	207.269		6.201	3/5	6
Norteshopping 1ª Expansão	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	312.519	295.315		17.204	3/5	6

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

## IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(**)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa (*) Avaliadora
Norteshopping - PF (****)	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	137.734	140.983		-3.249	3/5	6
Parque Cidade Corporate - Torres A	CND Setor Comercial Sul - 9 Quadra 9, Lote C - Brasília (DF)	306.950	296.757		10.193	2/2	7
Parque Cidade Corporate - Torres C	CND SCS - B quadra 9, bloco A1 - Brasília (DF)	306.775	295.861		10.914	2/2	7
Plaza Centenário	Av. das Nações Unidas, 12995 - São Paulo (SP)	348.909	376.232		-27.323	10/3	10
Residencial Jardim Guedala 32a	Rua Eugênio Betarello, 55 apt 32 - Bloco A - São Paulo (SP)	612	573	-4	43	12/04 e 09/12	13
Residencial Jardim Guedala 74a	Rua Eugênio Betarello, nº 55 - Aptº 74 A - São Paulo (SP)	630	606		24	11/7	8
Residencial Leopoldo Pereira	Rua Leopoldo Pereira, nº 45 apto 203 - Belo Horizonte (MG)	206	194		12	19/7	2
Residencial Rui Barbosa (***)	Rua Rui Barbosa, 720, Itaiópolis (SC)	160	149		11	17/3	9
Rio Branco 1	Av. Rio Branco, 1- Rio de Janeiro (RJ)	94.913	107.164		-12.251	13/6	11
Rio Metropolitan	Av. República do Chile, 500 - Rio de Janeiro (RJ)	119.615	116.110		3.505	14/7	11
São Luiz - bloco I	Av. Juscelino Kubitscheck, 1830 - São Paulo (SP)	29.470	46.484	-156	-16.858	10/03 e 26/09	5
São Luiz - bloco III	Av. Juscelino Kubitscheck, 1830 - São Paulo (SP)	35.364	55.596	-186	-20.046	10/03 e 26/09	5
Shopping Barra	Av. Centenário, 2992 - Salvador (BA)	119.118	110.764		8.354	6/10	3
Shopping Curitiba	Rua Brigadeiro Franco, 2300 - Curitiba (PR)	176.814	154.723		22.091	23/6	1
Shopping Morumbi	Av. Roque Petroni Jr, 1089 - São Paulo (SP)	277.972	250.157		27.815	2/8	3
Shopping Vitória - P1	Av. Américo Buaiz, 200, Vitória (ES)	105.640	97.527		8.113	25/10	16
Shopping Vitória - PF (****)	Av. Américo Buaiz, 200, Vitória (ES)	86.600	91.807		-5.207	25/10	16
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3131 - Rio de Janeiro (RJ)	46.449	57.729		-11.280	11/1	12
Torre Matarazzo	Av. Paulista, 1230 - São Paulo (SP)	441.410	441.204		206	20/10	4
<b>Total Consolidado</b>		<b>7.519.009</b>	<b>7.363.672</b>	<b>-1.008</b>	<b>156.345</b>	<b>-1.008</b>	

(\*) Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - UON Serviços de Engenharia Ltda. 2 - Elo Engenharia e Construções Ltda. 3 - Urbanométrica - Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. 4 - Dworking Assessoria em Patrimônio Ltda. 5 - Anexa Engenharia Consultoria e Comércio Ltda. 6 - Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda. 7 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda. 8 - WG Barboza Construções Ltda - ME 9 - Consul Patrimonial. 10 - Exata Perícias e Avaliações Ltda. 11 - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda. 12 - Sênior Consultoria Avaliações e Estudos Técnicos Ltda. 13 - Personal Patrimonial Ltda. 14 - Mello Cenço Arquitetura e Avaliações Ltda. 15 - Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda. 16 - Fide Serviços De Engenharia E Consultoria Ltda. (\*\*) Depreciação entre reavaliações dos imóveis destinados à venda. Reavaliação a cada 6 meses. (\*\*\*) Imóveis alienados. (\*\*\*\*) Imóvel pertencente à Carteira Imobiliária do Plano PREVI Futuro.

EMPREENDIMENTOS ALIENADOS	Imóvel	Valor Justo	Valor de Venda	Resultado
Galpões/Armazéns	Rodovia Presidente Dutra - Galpão - Jardim - Guarulhos - São Paulo - SP	85.187	85.500	313
Imóvel Residencial	Rua Rui Barbosa 720 - Centro - Itaiópolis - Santa Catarina - SC	159	170	11
<b>Total</b>		<b>85.346</b>	<b>85.670</b>	<b>324</b>

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento somaram R\$ 233.422, conforme quadro a seguir:

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2015			2016
Dívidas de Garantia Mínima	38.626	Provisões	Reversões	48.877
Dívidas de Locação	161.111			184.545
<b>Total</b>	<b>199.737</b>	<b>44.504</b>	<b>(10.819)</b>	<b>233.422</b>

## 7.5 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro, e são assim demonstradas:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Plano 1		PREVI Futuro		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Empréstimos</b>	<b>4.686.688</b>	<b>4.586.828</b>	<b>1.002.706</b>	<b>799.338</b>	<b>5.689.394</b>	<b>5.386.166</b>
Empréstimos Simples	4.711.697	4.608.742	1.009.718	804.773	5.721.415	5.413.515
(Provisão para Devedores Duvidosos)	-25.009	-21.914	-7.012	-5.435	-32.021	-27.349
<b>Financiamentos Imobiliários</b>	<b>1.094.864</b>	<b>1.179.523</b>	<b>75.204</b>	<b>46.750</b>	<b>1.170.068</b>	<b>1.226.273</b>
Financiamentos	3.507.143	3.348.597	75.428	46.777	3.582.571	3.395.374
(Provisão para Devedores Duvidosos)	-2.412.279	-2.169.074	-224	-27	-2.412.503	-2.169.101
<b>Total</b>	<b>5.781.552</b>	<b>5.766.351</b>	<b>1.077.910</b>	<b>846.088</b>	<b>6.859.462</b>	<b>6.612.439</b>



### 7.5.1 EMPRÉSTIMOS SIMPLES

O Empréstimo Simples está disponível para participantes e assistidos que estejam em dia com as contribuições e obrigações para com a PREVI e que já tenham seu Termo de Adesão cadastrado.

Descrição	Plano 1		PREVI Futuro	
	Modalidades	ES Rotativo <sup>(1)</sup>	ES 13º Salário <sup>(2)</sup>	ES Finimob <sup>(6)</sup>
Prestações <sup>(3)</sup>	120 meses <sup>(5)</sup>		108 meses <sup>(7)</sup>	
Taxa de administração	0,1%		0,2%	
	R\$ 160 <sup>(8)</sup>		R\$ 55 <sup>(9)</sup>	
Limite de Concessão <sup>(4)</sup>	<p>O valor máximo da prestação mensal a ser assumida pelo participante está condicionado à existência de margem consignável, conforme previsto em lei, calculada mensalmente pela PREVI.</p> <p><b>Funcionários Ativos:</b> não poderá ser superior à reserva líquida individual com a qual poderá ser liquidado o saldo devedor do ES em caso de desligamento do Plano de Benefícios.</p> <p><b>Autopatrocinados ou em licença-interesse:</b> menor valor da margem consignável de 30%, calculada sobre o salário-de-participação e sobre a renda comprovada.</p> <p><b>Pensionistas:</b> O teto para contratação do empréstimo simples é rateado proporcionalmente entre todos os pensionistas de uma mesma matrícula. No caso de grupos familiares, apenas o titular de cada grupo pode solicitar o empréstimo e fica limitado à sua parte no rateio e ao permitido pela margem consignável.</p>			
Reajustes das Mensalidades	<p>Operações contratadas até 18/01/2015: uma vez ao ano, pelo índice de atualização monetária do contrato, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês da cobrança da prestação reajustada. Operações contratadas a partir de 19/01/2015: O recálculo da prestação acontece no mês de aniversário do contrato, considerando o saldo devedor, o prazo restante e a projeção do INPC. A prestação recalculada pela nova metodologia passa a vigorar a partir do mês seguinte.</p>			
	INPC + 5% a.a.			
IOF	1,4965% + 0,38% sobre novos valores (concessão ou renovação: sobre o valor a ser disponibilizado).			
FL	Taxa suspensa desde 2009. <sup>(10)</sup>		Taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.	
Encargos IOF	Taxa nominal de 0,6% a.a para os participantes com idade até 59 anos, inclusive, de 1,2% a.a para participantes com idade de 60 a 69 anos, de 3,0% a.a para participantes com idade de 70 a 79 anos, de 3,5% a.a para participantes com idade de 80 a 89 anos e de 4,0% a.a. para os participantes com idade a partir de 90 anos, cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.			
FQM	Taxa nominal de 0,1% a.a, cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.			

(1) A partir de 30/11/2015 foi disponibilizada à todos os mutuários a possibilidade de renegociar seus contratos de ES Rotativo de acordo com as regras vigentes. <sup>(2)</sup> A partir de 01/03/2016 foi disponibilizada à todos os mutuários a possibilidade de contratar nova linha de crédito ES-13º salário, de acordo com as regras vigentes. <sup>(3)</sup> Prazo máximo em meses. <sup>(4)</sup> Em R\$ mil. <sup>(5)</sup> Prazo de acordo com a faixa etária. <sup>(6)</sup> Exclusivo para quitação de saldo devedor do financiamento imobiliário com recursos próprios ou do FGTS. <sup>(7)</sup> A partir de 02/06/2016 o prazo do empréstimo simples do Plano PREVI Futuro para novas contratações foi alterado de 96 para 108 meses. <sup>(8)</sup> A partir de 15/09/2016 o teto de concessão para novas contratações foi alterado de R\$ 145 para R\$ 160. <sup>(9)</sup> A partir de 02/06/2016 o teto de concessão para novas contratações foi alterado de R\$ 50 para R\$ 55. <sup>(10)</sup> A avaliação realizada em 2016 ratificou a manutenção da suspensão dessa taxa.

CONCESSÕES	2016		2015	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	50.908	637.431	29.555	550.618
PREVI Futuro	75.162	379.181	53.950	318.952
<b>Total</b>	<b>126.070</b>	<b>1.016.612</b>	<b>83.505</b>	<b>869.570</b>

## 7.5.2 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Linha de crédito disponível para a aquisição de imóvel residencial pelos participantes e assistidos.

Descrição	FI - Financiamentos Imobiliários	
	Plano 1	PREVI Futuro
Pré-requisito	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI.	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI, desde que o titular ainda não tenha utilizado financiamento.
Modalidade	CP1 - Carim Plano 1	CP2 - Carim Plano 2
Valor Financiável	Até 100% do valor de avaliação do Imóvel.	
Concessão: Condições	<p>Imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis.</p> <p>Também é necessário que a situação documental esteja regular, sem gravames ou ônus reais.</p> <p>Utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (conta vinculada) para complemento do valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento, observadas as regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).</p>	
Prestação Inicial (comprometimento de renda)	Até 20% da renda bruta/ benefício bruto ou margem consignável, o que for menor.	
Prazo	Prazo: de 36 meses (3 anos) a 420 meses (25 anos). Limitação: idade + prazo = 85 anos.	
Atualização do Saldo Devedor	Mensal	
Recálculo das Prestações	Mensal	
Limitação das Prestações durante o Financiamento	30% dos proventos brutos/total dos benefícios.	
Índice de Atualização do Saldo Devedor	INPC	
Taxa de Juros	5% a.a.	
Garantia	Alienação Fiduciária do Imóvel Financiado	
Fundo de Liquidez - FL <sup>(1)</sup>	0,24% a.a. <sup>(2)</sup>	0,10% a.a.
Fundo de Quitação por Morte - FQM <sup>(1)</sup>	até 59 anos - 0,25% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a. <sup>(2)</sup>	até 59 anos - 0,10% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a.
Taxa de Administração	R\$ 19,00 por mês	
Seguro do Imóvel	0,06196% sobre o valor de avaliação do imóvel, cobrado anualmente junto com uma das prestações durante todo o prazo de financiamento.	

<sup>(1)</sup> Calculadas mensalmente sobre o saldo devedor. <sup>(2)</sup> Referem-se a contratos concedidos a partir de 2007.

CONCESSÕES	Qtde.	2016		2015	
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	270	376	71.374	376	91.802
PREVI Futuro	137	95	31.083	95	23.184
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>471</b>	<b>102.457</b>	<b>471</b>	<b>114.986</b>

	Plano 1				PREVI Futuro			
	2016		2015		2016		2015	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
LIQUIDAÇÕES DE CONTRATOS <sup>(1)</sup>								
Antecipadas com Recursos Próprios <sup>(2)</sup>	1.409	52.473	1.249	61.868	15	1.906	9	776
Nas modalidades Fim de Prazo, FQM e FL <sup>(3)</sup>	957	61.128	656	5.809	0	0	0	0

<sup>(1)</sup> Não houve liquidações com Recursos do FGTS. <sup>(2)</sup> Abrange àqueles em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva - DR, Devolução de Reserva Matemática - DRM e Substituição de Garantia. <sup>(3)</sup> Fundo de Quitação por Morte - FQM e Fundo de Liquidez - FL.

### 7.5.2.1 Plano 1

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos.

	Plano 1			
	2016		2015	
	Qtde.	%	Qtde.	%
INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA <sup>(1)</sup>				
Índice de Inadimplência <sup>(2)</sup>		1,12		0,87
Contratos com Prestação Superior há mais de 90 dias <sup>(3) (4)</sup>	4.733		4.808	

<sup>(1)</sup> 69,50% (69,70%, em 2015) referem-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil a partir da instituição dos planos de demissões incentivadas. <sup>(2)</sup> Posição de dezembro, excluídos os contratos firmados ou repactuados até 2006. <sup>(3)</sup> O Plano 1 possui 16.583 contratos "em ser" (18.641, em 2015). <sup>(4)</sup> 80,54% estão em fase de cobrança judicial (78,88%, em 2015).

## 8 PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2015	Aquisição	Baixa	Depreciação / Amortização	2016
Móveis e Utensílios	1.510	43	-10	-255	1.288
Máquinas e Equipamentos	78	1	0	-20	59
Computadores e Periféricos	9.791	3.417	-1	-3.692	9.515
Obras de Arte	82	0	0	0	82
Intangível	13.129	870	0	-5.716	8.283
Software	9.401	346	0	-3.269	6.478
Projetos <sup>(1)</sup>	3.728	524	0	<sup>(1)</sup> -2.447	1.805
<b>Total</b>	<b>24.590</b>	<b>4.331</b>	<b>-11</b>	<b>-9.683</b>	<b>19.227</b>

<sup>(1)</sup> Inclui perda por impairment do projeto API - Automação do Processo Imobiliário no valor de R\$ 1.933.

## 9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

### 9.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Composição dos ativos quanto à alocação de recursos conforme a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24/09/2009.

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	Plano 1		PREVI Futuro	
	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	40,3%	40,7%	55,0%	53,9%
Renda Variável	49,0%	48,1%	28,0%	26,4%
Investimentos Estruturados	0,6%	0,5%	1,1%	1,2%
Investimentos no Exterior	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Investimentos Imobiliários	6,3%	6,7%	4,3%	5,7%
Operações com Participantes	3,7%	3,9%	11,5%	12,6%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE DESENQUADRAMENTO

#### Plano 1

##### Limites de Alocação por Emissor

As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM, não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b).

Vale S.A.	15,53%
-----------	--------

(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)

#### Entidade

##### Limites de Concentração por Emissor

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo <b>capital total</b> (Artigo 42).	<b>capital total</b> (Inciso I)	<b>capital votante</b> (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
CPFL Energia S.A.	29,45%	29,45%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	49,01%	49,01%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,03%	26,03%

No caso da Carteira de Fundos de Investimento Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (Artigo 42, inciso IV, alínea b).

Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	31,29%
---	--------

No caso da Carteira de Fundo de Investimento no Exterior, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea c)

BB-MM Schroder Inv. No Exterior	30,67%
---------------------------------	--------

(\*) Não existe desenquadramento nessa participação.

O plano de enquadramento está de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e foi considerado procedente pela Previc, sendo esta informada semestralmente sobre o desenquadramento. Os ativos permanecerão em carteira sem data definida para desinvestimento.

## 9.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

### 9.2.1 Carteira de Renda Fixa

A análise de sensibilidade do segmento de Renda Fixa para os fatores de risco do mercado utilizou o cenário de aplicação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

#### CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA FIXA - IMPACTOS NO RESULTADO

PLANOS	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano 1	395.263	763.955	1.108.691	1.431.769
PREVI Futuro	37.760	73.372	107.046	138.965
Capec	1.005	1.995	2.971	3.933
PGA	5.060	10.013	14.861	19.608

### 9.2.2 Carteira de Renda Variável

A metodologia para análise de sensibilidade de riscos de mercado do segmento de Renda Variável consiste na aplicação de choques de 10%, 25% e 50% ao índice IBrX, que é o *benchmark* adotado, levando-se em consideração a variação do portfólio em relação ao referido índice, mensurada pelo seu beta.

#### CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

PLANOS	Δ 10%	Δ 25%	Δ 50%
Plano 1	7.096.044	17.740.110	35.480.221
PREVI Futuro	241.734	604.335	1.208.670
PGA	15.008	37.520	75.040

## 10 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Sumário das Transações com o Patrocinador:

SUMÁRIO	Consolidado	
	2016	2015
<b>ATIVOS</b>		
Depósito à vista	756	109
Créditos Privados e Depósitos (Nota 7.1)	2.998.912	3.234.417
Letras Financeiras	2.998.912	3.234.417
Ações a vista (Nota 7.2)	8.257.200	4.710.065
Locadas a Patrocinador 652.565	652.565	182.906
<b>PASSIVOS</b> (Nota 11)		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	14.251.783	14.314.157
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Pré-67	-14.153.457	-14.247.492
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	1.145.314	1.135.082
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Especial	-1.142.755	-1.134.197
Paridade - Acordo 2006	129.900	120.378
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador	9.432.110	8.959.543
<b>DESPESAS</b>		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	1.635.861	2.199.220
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	130.414	173.204
Paridade - Acordo 2006	14.065	18.412
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador	1.043.592	1.336.651
Custódia Financeira - Contrato PREVI x BB - Disat	850	850
<b>RECEITAS</b>		
CDB	0	20.921
Debêntures Não-Convertíveis	0	62.929
Letras Financeiras	349.327	396.230
Ações - Dividendos e JCP	284.212	636.016
Imóveis Locados à Patrocinadora	75.176	21.328
Contrato BB x PREVI (53,6883529%)	1.698.235	1.584.475
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	124.725	114.661

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Tipo	Data Compra	Taxa Média Negociada	Vencimento	Qtde.	PU	Valor		
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	450	1.000	450.000
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	720	500	360.000
			28/09/12	10,51	Pré a.a. 252 EX DU	02/07/18	1.000	1.000	1.000.000
			<b>Total</b>		<b>1.810.000</b>				
PREVI Futuro	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	40	1.000	40.000
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	80	500	40.000
			<b>Total</b>		<b>80.000</b>				
PGA	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	10	1.000	10.000
			<b>Total</b>		<b>10.000</b>				



Também são consideradas transações entre partes relacionadas as operações com participantes detalhadas na Nota 7.5.

A PREVI utiliza o Banco do Brasil S.A., que é devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável.

		2016		2015	
BB DTVM - FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS		%	Valor	%	Valor
<b>Montante Administrado <sup>(1)</sup></b>			94.819.187		93.835.461
	<b>Renda Fixa <sup>(2)</sup></b>	0,035%		0,035%	
<b>Taxa de administração a.a.</b>	<b>Renda Variável</b>	<b>BB Carteira Ativa e Carteira Livre I <sup>(3)</sup></b>	450		450
		<b>BB SML1</b>	0,34% + 20% Performance		0,34% + 20% Performance

<sup>(1)</sup> Representa quase a totalidade, com posição de dezembro, dos fundos de investimento exclusivos (Nota 7.3). <sup>(2)</sup> Cobrada sobre o patrimônio do respectivo fundo.

<sup>(3)</sup> Valor para cada um dos fundos.

Além das transações com a patrocinadora, apresentamos abaixo a remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, bem como a faixa de remuneração dos funcionários cedidos da patrocinadora, que também são considerados partes relacionadas:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA AOS FUNCIONÁRIOS E À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (Em reais)	2016	2015
<b>Menor Salário</b>	1.839,45	1.666,01
<b>Maior Salário</b>	33.704,45	31.207,83
<b>Salário Médio</b>	14.542,48	12.210,68
<b>Dirigentes</b>		
Presidente	64.138,30	58.355,29
Diretor	54.358,52	49.457,30
<b>Conselheiros <sup>(1)</sup></b>		
Conselho Deliberativo	16.034,58	14.588,82
Conselho Fiscal	12.827,66	11.671,06
Conselhos Consultivos Plano 1 e PREVI Futuro	0	0

<sup>(1)</sup> Conselheiros suplentes recebem 50% da remuneração dos conselheiros titulares.

## 11 EXIGÍVEL OPERACIONAL

EXIGÍVEL OPERACIONAL	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Ajustes		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>26.521.553</b>	<b>26.011.519</b>	<b>4.109</b>	<b>2.307</b>	<b>48.412</b>	<b>45.850</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-3.864</b>	<b>-3.717</b>	<b>26.570.210</b>	<b>26.055.959</b>
Benefícios a Pagar	1.300.826	1.236.848	2.384	1.652	48.412	45.850	0	0	-3.864	-3.717	1.347.758	1.280.633
Retenções a Recolher	96.388	82.808	1.113	621	0	0	0	0	0	0	97.501	83.429
Recursos Antecipados	15.526.997	15.569.617									15.526.997	15.569.617
Contrato PREVI X BB - de 24/12/97	14.251.783	14.314.157									14.251.783	14.314.157
Paridade - Acordo 2006	129.900	120.378									129.900	120.378
Contribuição Amortizante - Grupo Especial	1.145.314	1.135.082									1.145.314	1.135.082
Outras Exigibilidades	9.597.342	9.122.246	612	34	0	0	0	0	0	0	9.597.954	9.122.280
Utiliz. Superavit 2010 - Patrocinadores	9.432.110	8.959.543									9.432.110	8.959.543
Demais	165.232	162.703	612	34	0	0	0	0	0	0	165.844	162.737
<b>Gestão Administrativa</b>							<b>5.420</b>	<b>16.660</b>	<b>-1.118</b>	<b>-8.695</b>	<b>4.302</b>	<b>7.965</b>
<b>Investimentos</b>	<b>53.416</b>	<b>52.634</b>	<b>8.448</b>	<b>7.068</b>	<b>40</b>	<b>427</b>	<b>87</b>	<b>0</b>	<b>-20.225</b>	<b>-17.373</b>	<b>41.766</b>	<b>42.756</b>
<b>Total</b>	<b>26.574.969</b>	<b>26.064.153</b>	<b>12.557</b>	<b>9.375</b>	<b>48.452</b>	<b>46.277</b>	<b>5.507</b>	<b>16.660</b>	<b>-25.207</b>	<b>-29.785</b>	<b>26.616.278</b>	<b>26.106.680</b>

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos e assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

### 11.1 CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67, PARIDADE – Acordo 2006 e CONTRIBUIÇÃO AMORTIZANTE – Grupo Especial

MOVIMENTAÇÃO	2015	Atualizações <sup>(1)</sup>	Contribuições Antecipadas	Transferências pelo Fundo Paridade	2016
Contrato BB x PREVI 97 <sup>(2)</sup>	14.314.157	1.635.861	-1.698.235	0	14.251.783
(Provisões Matemáticas a Constituir) <sup>(2)</sup>	-14.247.492				-14.153.457
Contrib. Amortizante - Grupo Especial <sup>(3)</sup>	1.135.082	130.414	-124.725	4.543	1.145.314
(Provisões Matemáticas a Constituir) <sup>(3)</sup>	-1.134.197				-1.142.755
Paridade - Acordo 2006	120.378	14.065	0	-4.543	129.900

<sup>(1)</sup> INPC + 5% a.a. <sup>(2)</sup> Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998. <sup>(3)</sup> Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 31/12/2012.

### 11.2 UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT 2010

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - 2010 <sup>(1)</sup>	2015	Atualizações <sup>(2)</sup>	Utilizações	2016
Patrocinadores	8.959.543	1.043.592	<sup>(3)</sup> -571.025	9.432.110
Banco do Brasil	8.942.255	1.041.533	-571.025	9.412.763
PREVI	17.288	2.059	0	19.347
Ativos	1.134.495	140.505	-58.464	1.216.536
<b>Total</b>	<b>10.094.038</b>	<b>1.184.097</b>	<b>-629.489</b>	<b>10.648.646</b>

<sup>(1)</sup> Recursos oriundos da utilização do Superávit acumulado em 2010, com implementação do Benefício Especial Temporário - BET, autorizada em 16/02/2011. <sup>(2)</sup> INPC + 5% a.a.

<sup>(3)</sup> Contribuições patronais.

## 12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A PREVI classifica a faixa de risco de perda em cada um dos objetos (pedido a ser apreciado pelo juiz) contidos nos processos em que a Entidade é parte.

FAIXA DE RISCO	Quantidade de Objetos
Provável	6.092
Possível	29.147
Remota	44.742
<b>Total</b>	<b>79.981</b>

Cada um dos objetos corresponde a pedido efetuado pela parte autora em processo judicial movido em face da PREVI. Os critérios utilizados pela Entidade

para mensurar o valor correspondente a cada um desses objetos levam em conta as fases do respectivo processo:

a) conhecimento: os processos ajuizados são agrupados por Plano de Benefícios e Programa de Gestão. O valor relacionado a cada processo é obtido por meio da liquidação prévia dos pedidos, cujos cálculos são elaborados internamente de acordo com a natureza do objeto da demanda judicial e da jurisprudência dos tribunais, permanecendo inalterada até que alguma decisão judicial venha a alterar o cenário do desfecho da lide ou que ocorra atualização anual da liquidação prévia.

b) execução: o valor do objeto é obtido considerando o “valor da execução” em lugar das estimativas feitas na fase de conhecimento.



## 12.1 CONTINGÊNCIAS – PERDA PROVÁVEL

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a PREVI entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Foi aplicado sobre as provisões relativas aos depósitos judiciais o cálculo do indicador chave de risco (KRI), que mensura o nível de risco ao qual a PREVI está exposta para as ações em execução. Apurou-se, com base nos processos encerrados nos últimos cinco anos, um índice de 76,26%, posição de dezembro/2016 (81,86%, em dezembro/2015). Assim, este foi o percentual de provisão constituída para todos os processos em fase de execução em que a PREVI é ré.

EVOLUÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS	Gestão Previdencial				Investimentos <sup>(3)</sup>	Gestão Administrativa	Total	
	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado				
<b>2015</b>	<b>1.550.756</b>	<b>276</b>	<b>5.326</b>	<b>1.556.358</b>	<b>29.411</b>	<b>198.255</b>	<b>4.351</b>	<b>1.788.375</b>
Provisões Adicionais - Novos Processos	11.581	-5	0	11.576	0	0	0	11.576
Baixa de Provisões - Levantamentos <sup>(1)</sup>	-30.942	-1	0	-30.943	-269	0	0	-31.212
Baixa de Provisões - Pagamentos	-33.946	0	-248	-34.194	-1.279	0	0	-35.473
Reavaliação das Ações Existentes <sup>(2)</sup>	456.954	-38	740	457.656	9.434	40.033	274	507.397
<b>2016</b>	<b>1.954.403</b>	<b>232</b>	<b>5.818</b>	<b>1.960.453</b>	<b>37.297</b>	<b>(4) 238.288</b>	<b>(5) 4.625</b>	<b>2.240.663</b>

<sup>(1)</sup> Depósitos revertidos em favor da PREVI. <sup>(2)</sup> Maturidade dos processos em andamento, seja por encerramento ou migração para fase de execução; revisão anual do cálculo de liquidação prévia dos objetos com faixa de risco provável. <sup>(3)</sup> Plano 1, exclusivamente. <sup>(4)</sup> Ações fiscais. <sup>(5)</sup> Ações trabalhistas.

### 12.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda provável ou aqueles em que já existe execução de julgado contrário à PREVI. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

São compostas principalmente pelos pedidos relacionados aos expurgos inflacionários referentes à correção do montante das contribuições resgatadas mediante a desconsideração dos índices previstos no regulamento do plano e a aplicação de índices de inflação supostamente expurgados pelos planos econômicos do Governo Federal.

### 12.1.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

#### 12.1.2.1 Ações Trabalhistas

Compõe as ações de ex-funcionários da PREVI contra a Entidade, por meio das quais os reclamantes discutem pretensos direitos, relativos a diversas verbas salariais e indenizatórias.

### 12.1.3 INVESTIMENTOS

a) **Condomínio do Edifício Verdes Mares** - Processo nº 2004.209.000645-2, 5º VC Barra Tijuca (RJ). Ação de

obrigação de fazer/providenciar a recuperação dos planos das fachadas do Edifício do Condomínio Verdes Mares, construído nos anos de 1990 em regime de incorporação imobiliária com a participação da PREVI, cumulada com pedido de pagamento de indenização correspondente à desvalorização experimentada pelas unidades imobiliárias em razão de problemas construtivos (“Indenização”). A Ação foi ajuizada em 16/1/2004 pelo Condomínio do Edifício Verdes Mares em face da PREVI e PLENGE ENGENHARIA, então denominada de PLARCON ENGENHARIA. O STJ determinou a realização de perícia judicial para apuração e quantificação do valor indenizatório correspondente à desvalorização imobiliária experimentada pelas unidades imobiliárias do Condomínio em razão dos problemas construtivos verificados no Edifício. Atualmente o processo encontra-se em fase de perícia para apurar a extensão dos danos.

b) **Camp Tower** - Processo nº 98.0613429-0, 2ª VF Campinas, (SP). Desapropriação do imóvel em Campinas pelo TRT. Recurso ao TRF da 3ª Região para julgamento desde 31/07/2012. Em 11/11/2015, autos recebidos do gabinete para juntada de petição; apelação ainda pendente de julgamento.

c) **Outros** - Encontram-se também provisionados os valores relativos às ações de revisão de contratos de financiamento imobiliário.

## 12.2 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	GESTÃO PREVIDENCIAL		INVESTIMENTOS		GESTÃO ADMINISTRATIVA		TOTAIS	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Plano 1</b>	2.430.521	1.900.970	31.628	18.323			2.462.149	1.919.293
<b>PREVI Futuro</b>	252	178	0	0			252	178
<b>Capec</b>	5.572	3.568	0	0			5.572	3.568
<b>PGA</b>					245.055	203.789	245.055	203.789
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>2.436.345</b>	<b>1.904.716</b>	<b>31.628</b>	<b>18.323</b>	<b>245.055</b>	<b>203.789</b>	<b>2.713.028</b>	<b>2.126.828</b>

## 12.2.1 Ações Fiscais

São ações que a PREVI move contra a União em que se discute a incidência de tributos sobre as receitas administrativas e encargos patronais sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho. Esses valores são depositados judicialmente e encontram-se integralmente provisionados.

a) **Contribuição Social ao PIS e COFINS** – Processo nº 2006.51.01.013659-9, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mandado de segurança impetrado pela PREVI em 13/07/2006, com pedido de liminar visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998. A liminar foi concedida e a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. O processo tramita no Supremo Tribunal Federal em razão da interposição de recurso extraordinário. O referido recurso, no entanto, encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outro processo com recurso extraordinário pendente de julgamento, cuja matéria é similar àquela tratada no processo da PREVI e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da PREVI. Portanto, até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas ao PIS e a COFINS, razão pela qual a PREVI continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo, até que o STF defina a situação das EFPCs. Encontram-se integralmente provisionados recursos na ordem de R\$ 238.288, dos quais R\$ 1.564 são da competência de dezembro de 2016. Com fundamento em parecer jurídico e chance de perda classificada como possível, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em dezembro de 2016, o saldo de R\$ 236.724 (Nota 6).

b) **Contribuição Previdenciária - INSS** - Processo nº 2010.51.01.002955-5, 4ª VF do Rio de Janeiro (RJ) –

União, Fazenda Nacional. Ação Ordinária em face da União Federal em que se questiona a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Inciso IV, do Artigo 22, da Lei 8.212, de 24/06/1991. Estão depositados judicialmente R\$ 4.898 referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a outubro de 2014. Em 21/11/2014, foi acolhido parcialmente o requerimento da PREVI de antecipação dos efeitos de tutela somente para determinar a suspensão das exigibilidades do crédito tributário quanto a eventuais recolhimentos vincendos da contribuição previdenciária sobre serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, desobrigando a Entidade a realizar depósitos judiciais. Em 25/06/2015, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da PREVI, para o fim de: “(i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no que se refere à obrigação de recolher a contribuição previdenciária prevista no Artigo 22, IV da lei 8.212/91 e determinar que a parte ré se abstenha de exigir da autora a referida contribuição, diante da inconstitucionalidade já reconhecida nos termos do Recurso Extraordinário nº 595.838 do Supremo Tribunal Federal e assim (ii) declarar direito da parte autora à repetição do indébito, após o trânsito em julgado desta decisão (CTN, Artigo 170-A), mediante restituição em espécie ou compensação, nos moldes do Artigo 66 da lei 8.383/91.” Não houve a interposição de recurso e em 18/08/2015 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. Em 08/09/2015, foi apresentado pedido de permanência dos autos em cartório a fim de darmos início à execução do julgado. Em 04/12/2015, fomos intimados para levantar os valores depositados. Como a ordem de levantamento de valores contemplara apenas o valor histórico, a PREVI requereu que fosse também autorizado o levantamento da correção. Até 31/12/2016, esse pedido permanecia pendente de apreciação pelo juízo.

## 13 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

### 13.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

Os objetos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 2.139.263 (R\$ 2.202.013, em 2015). São compostos principalmente pelos seguintes pedidos: revisão contratual em financiamento imobiliário, revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

### 13.2 ATIVOS CONTINGENTES

#### 13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Processo nº 123902-36.1991.4.02.5101, 23ª VF do Rio de Janeiro (RJ). Ação ordinária ajuizada pela Abrapp em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18/05/2013, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3 interposta pela União Federal em face da Abrapp. Foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União e pela Abrapp, que se encontram pendentes de julgamento. Em 27/11/2015, foram ajuizadas as ações de liquidação por artigos de título judicial, sendo a PREVI tombada sob o nº 0145854-31.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 26ª VF do Rio de Janeiro (RJ).

Em 14/04/2016, a União peticionou na execução na tentativa de discutir suposta ausência de documentos e a questão preliminar já ultrapassada, quanto à legitimidade da Abrapp. Segundo a União, a Abrapp somente poderia atuar em juízo como substituta processual de suas associadas quando expressamente autorizada. Dessa forma, segundo o argumento da União, somente poderiam figurar como substituídas as entidades que estiveram presentes na assembleia onde se discutiu o ingresso em juízo e que votaram a favor da medida. Alegou, também, que não

foi comprovado pela Abrapp que todas as EFPC's eram mantidas por empresas públicas.

#### 13.2.2 Dividendos da Telebrás

Processo nº 1997.34.00.026811-3, 23ª VF de Brasília (DF). A Telebrás firmou transação parcial com a PREVI decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O valor remanescente da transação parcial está sendo pago em 30 prestações semestrais e sucessivas, atualizadas pelo INPC, acrescido de 6%a.a. O valor considerado controverso está em discussão e será definido ao cabo da impugnação. Na atual fase processual (fase de cumprimento de sentença) está sendo realizada a perícia.

## 14 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Atuarial de 18/01/2017.

### 14.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Os valores especificados no DPT do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

**Participantes Ativos** – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: (Artigo 66 do Regulamento)

#### PLANO DE CUSTEIO

Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
$SP < \frac{1}{2} PP * 1,25$	1,8% x SP	-
$\frac{1}{2} PP * 1,25 \leq SP < PP * 1,25$	3,0% x SP	0,75% x PP
$SP \geq PP * 1,25$	7,8% x SP	6,75% x PP

SP – Salário de participação  
PP – Parcela PREVI

**Participantes Assistidos** – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. (Artigo 68 do Regulamento)

**Patrocinadoras** – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. (Artigo 69 do Regulamento)

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI – Grupo Pré-67, de 24/12/1997, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta “Contribuições Amortizantes Antecipadas” frente à conta “Provisões Matemáticas a Constituir” (Nota 11.1).

O aumento das Provisões Matemáticas deve-se principalmente à variação do INPC de 6,58% na reavaliação atuarial para o exercício de 2016, no valor de R\$ 8.508.588, conforme apresentado na DMAL do Plano 1. As premissas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/02/2017, foram:

PREMISSAS ATUARIAIS	2016	2015
<b>Biométricas <sup>(1)</sup></b>		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
<b>Econômicas</b>		
Taxa Real de Juros <sup>(2)</sup>	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,0380%	1,0065%

<sup>(1)</sup> O estudo de aderência das tábuas biométricas (mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez) subsidia as premissas biométricas utilizadas para o cálculo das Provisões Matemáticas. <sup>(2)</sup> De acordo com a Portaria Previc nº 186, de 28/04/2016 e Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,35%a.a.e 6,61% a.a., respectivamente.

## 14.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

O PREVI Futuro é estruturado na modalidade de contribuição variável e composto de duas partes: a Parte I, relativa aos benefícios de risco, e a Parte II, relativa aos benefícios programados.

### PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro

Participantes	Patrocinadora
<b>Parte I</b>	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
<b>Parte II</b>	
- subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação.	- subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento	- subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante pra esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte “c”: não há

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

A variação das Provisões Matemáticas no valor de R\$ 2.431.310, conforme apresentado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se principalmente ao montante de contribuições vertidas especialmente para a Parte II, porquanto o plano encontra-se no estágio de acumulação de reservas.

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro	2016	2015
<b>Biométricas</b>		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
<b>Econômicas</b>		
Taxa Real de Juros	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,042%	3,1336%

## 15 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 25/11/2015, foi promulgada a Resolução MPS/CNPC nº 22, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto aos procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano e que passou a considerar a *duration* (duração do passivo) do plano de benefícios na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado, com

aplicação obrigatória em resultados a partir do exercício de 2015. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

### 15.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2016	2015
Reserva de Contingência	0	0
Reserva Especial para Rev. de Plano	0	0
Déficit Técnico Acumulado	-13.943.338	-16.137.922

O Superávit Técnico do Exercício foi de R\$ 2.194.584 e resultou na redução do Déficit Técnico Acumulado para R\$ 13.943.338, em 31/12/2016. Contribuiu para esse resultado o retorno positivo de 15,03% da carteira de investimentos (Nota 17.2). O índice de cobertura dos compromissos atuariais (Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas) foi de 0,90 (0,88, em 2015).

A Resolução CNPC nº 16, 19/11/2014, estabelece que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser

deduzido do equilíbrio técnico o valor de ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31/12/2016, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.582.340.



O Equilíbrio Técnico Ajustado é divulgado para demonstrar um possível déficit a ser equacionado no próximo exercício. O Déficit Técnico calculado para equacionamento em 2017 foi de R\$ 1.443.713, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EVOLUÇÃO - Plano 1	2016	2015
<b>Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior</b>	<b>-16.137.922</b>	<b>12.538.633</b>
Resultado Líquido Previdencial	-10.268.273	-10.392.776
Resultado das Contingências	-260.459	295.518
Cobertura de Despesas Administrativas	-47.898	-37.688
Resultado Líquido dos Investimentos	21.277.885	-4.753.893
Atualização Provisão Matemática	-8.508.588	-13.789.629
Fundos Previdenciais	1.917	1.913
<b>Equilíbrio Técnico - No Exercício</b>	<b>-13.943.338</b>	<b>-16.137.922</b>
Ajuste de Precificação	2.582.340	2.223.323
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício (A)</b>	<b>-11.360.998</b>	<b>-13.914.599</b>
Limite de Déficit Técnico Acumulado (B) <sup>(1)</sup>	-11.087.719	-11.004.883
<b>Déficit Técnico a ser equacionado (A-B)</b>	<b>-273.279</b>	<b>-2.909.716</b>
Piso do Déficit Técnico a ser equacionado <sup>(2)</sup>	-1.443.713	-1.358.628
<b>Valor do Déficit Técnico a ser equacionado</b>	<b>-1.443.713</b>	<b>-2.909.716</b>

<sup>(1)</sup> 7,68%, em 2016 das Provisões Matemáticas (8,1%, em 2015). <sup>(2)</sup> Valor resultante da aplicação de 1% sobre as Provisões Matemáticas, conforme determina o parágrafo 2º, do Artigo 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015.

#### CONTROLE E ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO DOS TÍTULOS OBJETO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

	Tipo	Taxa Média de Aquisição % a.a.	Vencimento	Qtde.	Vlr Contábil	Vlr Ajustado	Ajuste
Plano 1	NTN-B	6,51	15/05/17	529.000	1.572.386	1.580.502	8.116
		6,26	15/08/18	70.000	210.698	214.559	3.861
		6,16	15/05/19	171.610	509.739	522.209	12.470
		6,75	15/08/20	2.067.210	6.105.510	6.440.753	335.243
		6,23	15/05/21	635.000	1.876.558	1.962.885	86.327
		5,76	15/08/22	184.975	565.316	584.977	19.661
		6,27	15/05/23	120.301	354.047	377.294	23.247
		7,41	15/08/24	1.921.377	5.375.034	6.157.049	782.015
		6,54	15/08/26	171.778	500.915	556.809	55.894
		5,95	15/08/30	596.416	1.814.061	1.973.207	159.146
		7,13	15/05/35	1.390.178	3.706.804	4.626.856	920.052
		4,97	15/08/40	2.100.507	7.315.695	7.195.244	-120.451
		7,06	15/05/45	826.514	2.179.513	2.827.936	648.423
		4,76	15/08/50	2.904.908	10.696.135	10.161.934	-534.201
5,94	15/05/55	392.500	1.182.996	1.365.533	182.537		
<b>TOTAIS</b>				<b>14.082.274</b>	<b>43.965.407</b>	<b>46.547.747</b>	<b>2.582.340</b>

A Instrução Previc nº 32, de 02/09/2016, estabelece procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit. O valor apurado em 2015 de R\$ 2.909.716 foi totalmente equacionado no exercício de 2016. Conseqüentemente, não há necessidade de cobrança de contribuição extraordinária para o plano.

#### RESULTADOS LÍQUIDOS POSITIVOS

Rentabilidade acumulada (deduzidas as despesas administrativas de investimento) <sup>(1)</sup>	15,75%
Meta Atuarial acumulada <sup>(1)</sup>	11,30%
Rentabilidade líquida do atuarial <sup>(1)</sup>	4,00%
Resultado líquido positivo do atuarial <sup>(1)</sup>	5.832.560
Resultado dos ativos a valor econômico <sup>(2)</sup>	-996.862
Resultado líquido positivo final <sup>(1)</sup>	4.835.698
<b>Valor equacionado <sup>(3)</sup></b>	<b>2.909.716</b>

<sup>(1)</sup> Posição em 30/11/2016. <sup>(2)</sup> Posição em 31/12/2016. <sup>(3)</sup> Posição em 31/12/2015.

#### 15.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Por ser de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente principalmente dos valores apurados na Parte I do plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido. Nessa parte, são calculados os benefícios de risco, enquanto que na Parte II são apuradas as reservas dos benefícios programados.

#### EVOLUÇÃO - PREVI Futuro

<b>Equilíbrio Técnico - 2015</b>	<b>0</b>
Resultado Líquido Previdencial	1.107.375
Resultado Líquido das Contingências	63
Cobertura de Despesas Administrativas	-46.655
Resultado Líquido dos Investimentos	1.521.709
Atualização Provisão Matemática	-2.431.310
Fundos Previdenciais	-151.182
<b>Equilíbrio Técnico - 2016</b>	<b>0</b>

## 16 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Consolidado
<b>2014</b>	<b>279.970</b>	<b>812.996</b>	<b>690.489</b>	<b>1.783.455</b>
Formação/Reversão de Fundos	-13.550	11.843	107.366	105.659
<b>2015</b>	<b>266.420</b>	<b>824.839</b>	<b>797.855</b>	<b>1.889.114</b>
Formação/Reversão de Fundos	201.384	115.105	112.078	428.567
<b>2016</b>	<b>467.804</b>	<b>939.944</b>	<b>909.933</b>	<b>2.317.681</b>

### 16.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os fundos previdenciais são constituídos pelo atuário com o objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados dos planos de benefícios, para promover maior estabilidade e reduzir a ocorrência de déficits conjunturais. O atuário deve indicar sua fonte de custeio e finalidade, que deve guardar relação com o evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS		2015	Aportes	Atualizações	Utilizações	2016
Plano 1	Fundo de Renda Certa <sup>(1)</sup>	6.389	0	114	-2.031	4.472
	<b>Subtotal</b>	<b>6.389</b>	<b>0</b>	<b>114</b>	<b>-2.031</b>	<b>4.472</b>
PREVI Futuro	Fundo de Cotas Resguardadas <sup>(2)</sup>	51.175	0	17.395	0	68.570
	Fundo Cobert. Risco Reingresso Ex Part. <sup>(3)</sup>	21.976	0	8.632	0	30.608
	Fundo de Gestão Risco <sup>(4)</sup>	8.955	0	125.155	0	134.110
	<b>Subtotal</b>	<b>82.106</b>	<b>0</b>	<b>151.182</b>	<b>0</b>	<b>233.288</b>
Capec	Fundo da Carteira de Pecúlios <sup>(5)</sup>	31.700	0	0	-1.096	30.604
	Fundo de Reserva para Cob. Oscilações <sup>(6)</sup>	146.225	28.251	24.964	0	199.440
	<b>Subtotal</b>	<b>177.925</b>	<b>28.251</b>	<b>24.964</b>	<b>-1.096</b>	<b>230.044</b>
<b>Total</b>		<b>266.420</b>	<b>28.251</b>	<b>176.260</b>	<b>-3.127</b>	<b>467.804</b>

Finalidades:

<sup>(1)</sup> Pagamento do Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 (Artigo 93 do Regulamento). <sup>(2)</sup> Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato. <sup>(3)</sup> Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro. <sup>(4)</sup> Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais. <sup>(5)</sup> Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores. <sup>(6)</sup> Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes (Artigo 50 do Regulamento).

### 16.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

O quadro abaixo apresenta a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com os Artigos 22 a 26 do Regulamento do PGA:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Plano 1 PREVI Futuro		Capec	Consolidado
<b>2015</b>	<b>654.826</b>	<b>140.699</b>	<b>29.314</b>	<b>824.839</b>
(+/-) Remuneração do Fundo Administrativo <sup>(1)</sup>	116.736	27.211	5.569	149.516
(+) Custeio Administrativo - Previdencial <sup>(2)</sup>	47.898	46.655	7.227	101.780
(-) Despesas Específicas - Previdenciais	-4.204	-434	-28	-4.666
(+) Receitas Específicas <sup>(3)</sup>	1.296	1	0	1.297
<b>Subtotal</b>	<b>816.552</b>	<b>214.132</b>	<b>42.082</b>	<b>1.072.766</b>
(+/-) Despesas Comuns Previdenciais (-) Receitas Comuns <sup>(4)</sup>	-102.965	-24.832	-5.025	-132.822
<b>2016</b>	<b>713.587</b>	<b>189.300</b>	<b>37.057</b>	<b>939.944</b>
<b>(+/-) Aporte / Reversão do Fundo Administrativo</b>	<b>58.761</b>	<b>48.601</b>	<b>7.743</b>	<b>115.105</b>

<sup>(1)</sup> Resultado Positivo dos Investimentos. <sup>(2)</sup> Taxa de carregamento de 4% sobre as contribuições do Plano 1 e Plano PREVI Futuro e de 2,5% da Capec. <sup>(3)</sup> Reembolsos c/ Veiculação e Convênios. <sup>(4)</sup> Valor rateado com base na proporção apurada, mensalmente, no campo subtotal.

### 16.3 INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente, e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente

aos riscos referentes aos eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador. O FL, no Empréstimo Simples, destina-se à quitação das dívidas inadimplidas consideradas irrecuperáveis pela PREVI após a adoção de todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, e, no Financiamento Imobiliário, para quitar eventual resíduo do saldo existente após o pagamento da última prestação.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		2015	Aportes	Atualizações	Utilizações / Reversões	2016
Plano 1	<b>Fundos de Empréstimos Simples</b>	<b>283.058</b>	<b>64.700</b>	<b>38.545</b>	<b>-65.605</b>	<b>320.698</b>
	Fundo de Liquidez	158.670	4	21.682	-1.925	178.431
	Fundo de Quitação por Morte	124.388	64.696	16.863	-63.680	142.267
	<b>Fundo de Financiamentos Imobiliários</b>	<b>500.145</b>	<b>13.928</b>	<b>73.407</b>	<b>-16.318</b>	<b>571.162</b>
	Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	469.222	4.325	68.803	-12.503	529.847
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	17.462	2.180	2.547	-10	22.179
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	13.461	7.423	2.057	-3.805	19.136
	<b>Subtotal</b>	<b>783.203</b>	<b>78.628</b>	<b>111.952</b>	<b>-81.923</b>	<b>891.860</b>
PREVI Futuro	<b>Fundos de Empréstimos Simples</b>	<b>14.349</b>	<b>1.790</b>	<b>2.039</b>	<b>-578</b>	<b>17.600</b>
	Fundo de Liquidez	7.474	887	1.079	0	9.440
	Fundo de Quitação por Morte	6.875	903	960	-578	8.160
	<b>Fundo de Financiamentos Imobiliários</b>	<b>303</b>	<b>122</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>473</b>
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	148	58	23	0	229
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	155	64	25	0	244
	<b>Subtotal</b>	<b>14.652</b>	<b>1.912</b>	<b>2.087</b>	<b>-578</b>	<b>18.073</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>797.855</b>	<b>80.540</b>	<b>114.039</b>	<b>-82.501</b>	<b>909.933</b>

A forma de cálculo e cobrança das taxas do FQM e do FL do Plano 1 e PREVI Futuro sobre operações de empréstimos

simples e financiamentos imobiliários encontram-se divulgados nas Notas 7.5.1 e 7.5.2, respectivamente.

## 17 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	2016	2015
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>128.189.656</b>	<b>141.843.347</b>
Adições	27.788.718	4.786.084
Destinações	-14.225.669	-18.439.775
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício</b>	<b>141.752.705</b>	<b>128.189.656</b>

### 17.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Gestão Previdencial	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Adições</b>	<b>24.327.320</b>	<b>3.145.322</b>	<b>2.689.132</b>	<b>1.165.245</b>	<b>326.813</b>	<b>285.001</b>	<b>27.343.265</b>	<b>4.595.568</b>
Contribuições	3.049.435	2.849.804	1.167.360	1.026.145	289.794	260.011	4.506.589	4.135.960
Correntes	3.020.404	2.829.737	1.166.360	1.019.180	289.787	260.006	4.476.551	4.108.923
Patrocinador	571.371	539.195	571.742	500.463	0	0	1.143.113	1.039.658
Participantes	571.092	539.651	583.346	508.773	289.787	260.006	1.444.225	1.308.430
Autopatrocinados	54.981	51.755	11.272	9.944	0	0	66.253	61.699
Outros Recursos Correntes <sup>(1)</sup>	1.822.960	1.699.136	0	0	0	0	1.822.960	1.699.136
Portabilidade	0	0	859	741	0	0	859	741
Remuneração das contribuições em atraso	1.209	636	0	0	0	0	1.209	636
Outras Adições	27.822	19.431	141	6.224	7	5	27.970	25.660
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.277.885	0	1.521.709	139.100	36.569	24.803	22.836.163	163.903
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	295.518	63	0	450	187	513	295.705
<b>Destinações</b>	<b>-13.626.065</b>	<b>-18.034.161</b>	<b>-106.640</b>	<b>-91.737</b>	<b>-274.694</b>	<b>-242.570</b>	<b>-14.007.399</b>	<b>-18.368.468</b>
Benefícios	-13.317.708	-13.242.580	-59.985	-50.918	-267.467	-236.086	-13.645.160	-13.529.584
Prestação Continuada	-10.280.202	-9.037.665	-11.697	-8.543	0	0	-10.291.899	-9.046.208
Prestação Única	-13.866	-36.726	-46.156	-34.423	-260.203	-227.722	-320.225	-298.871
Institutos	-625	-821	-2.016	-2.115	0	0	-2.641	-2.936
Outras Deduções <sup>(2)</sup>	-3.023.015	-4.167.368	-116	-5.837	-7.264	-8.364	-3.030.395	-4.181.569
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-4.753.893	0	0	0	0	0	-4.753.893
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-260.459	0	0	-50	0	0	-260.459	-50
Custeio Administrativo	-47.898	-37.688	-46.655	-40.769	-7.227	-6.484	-101.780	-84.941
<b>Acréscimos/Decréscimos</b>	<b>10.701.255</b>	<b>-14.888.839</b>	<b>2.582.492</b>	<b>1.073.508</b>	<b>52.119</b>	<b>42.431</b>	<b>13.335.866</b>	<b>-13.772.900</b>

<sup>(1)</sup> Contratos firmados entre Banco do Brasil e PREVI (53,6883529% do Grupo Pré-67 e 100% do Grupo Especial). <sup>(2)</sup> Referentes, principalmente, às atualizações dos contratos (Nota 11.1).

## 17.2 RESULTADOS E RENTABILIDADE POR TIPO DE EMISSOR

POR TIPO DE EMISSOR	PREVIDENCIAL									
	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		CONSOLIDADO	
Títulos Públicos	11.073	13,45%	0		146	15,66%	0		11.219	13,48%
Créditos Privados e Depósitos	929.255	16,60%	166.577	15,17%	12.526	13,91%	23.324	14,06%	1.131.682	16,31%
Ações	8.843.671	27,63%	667.162	37,14%	0		44.413	37,45%	9.555.246	28,18%
Fundos de Investimentos	10.240.586	11,22%	565.855	19,58%	24.235	16,00%	81.779	16,98%	10.912.455	11,33%
Investimentos Imobiliários	762.249	7,98%	9.402	5,00%	0		0		771.651	7,87%
Empréstimos e Financiamentos	779.096	14,26%	125.584	13,94%	0		0		904.680	14,21%
Outros Investimentos	157		0		0		0		157	
<b>DOS PLANOS</b>	<b>21.566.087</b>	<b>15,03%</b>	<b>1.534.580</b>	<b>22,52%</b>	<b>36.907</b>	<b>15,37%</b>	<b>Subtotal 149.516</b>	<b>19,41%</b>	<b>23.287.090</b>	<b>15,29%</b>
Contingências de Investimentos	-6.522		0		0		-6.522		-6.522	
Despesa Administrativa de Investimentos	-173.022		-9.451		-338		-182.811		-182.811	
Fundos dos Investimentos	-108.658		-3.420		0		-112.078		-112.078	
<b>RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>21.277.885</b>		<b>1.521.709</b>		<b>36.569</b>		<b>22.836.163</b>	<b>149.516</b>	<b>22.985.679</b>	

## 18 GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2016	2015
<b>A) Fundo Administrativo Inicial</b>	<b>824.839</b>	<b>812.996</b>
Custeio da Gestão Administrativa	435.689	339.586
Despesas Administrativas	-299.700	-308.838
Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-20.863	-11.363
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-21	-7.542
<b>B) Fundo Administrativo Final</b>	<b>939.944</b>	<b>824.839</b>

O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 3,3% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com

o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo foi de R\$ 149.516 (R\$ 60.453, em 2015) e atingiu a rentabilidade de 19,4%a.a. (7,9%a.a., em 2015).

## Plano Administrativo

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	2016	2015	Varição (%)
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>299.700</b>	<b>308.838</b>	<b>-3,0</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>191.812</b>	<b>186.800</b>	<b>2,7</b>
Conselheiros	3.067	2.926	
Conselho Deliberativo	1.966	1.839	
Conselho Fiscal	1.101	1.087	
Dirigentes	8.380	9.011	
Pessoal Próprio	5.668	5.795	
Pessoal Cedido <sup>(1)</sup>	174.627	168.575	
Demais Despesas com Pessoal	70	493	
<b>Treinamento / Congressos e Seminários</b>	<b>2.141</b>	<b>2.987</b>	<b>-28,3</b>
<b>Viagens e Estádias</b>	<b>1.915</b>	<b>2.645</b>	<b>-27,6</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>40.787</b>	<b>50.874</b>	<b>-19,8</b>
Consultoria Atuarial	9	0	
Consultoria Contábil	9	7	
Consultoria Jurídica <sup>(2)</sup>	21.089	29.862	
Serviços de Recursos Humanos <sup>(3)</sup>	4.183	4.933	
Serviços de Informática	11.743	11.673	
Serviços de Gestão / Planejamento Estratégico	1.503	2.526	
Auditoria Contábil	159	137	
Auditoria de Investimentos	332	280	
Consultoria dos Investimentos	162	170	
Outros Serviços	1.598	1.286	
<b>Despesas Gerais</b>	<b>45.135</b>	<b>49.692</b>	<b>-9,2</b>
Manutenção Predial da Sede	962	968	
Manutenção de Equipamentos de Informática	1.008	1.740	
Manutenção de Software	5.610	5.630	
Publicações da PREVI	2.542	2.026	
Informações Eletrônicas	2.886	2.945	
Remessa de Documentos	1.830	1.648	
Energia Elétrica e Gás	1.351	1.217	
Telecomunicações	2.644	2.424	
Despesas Judiciais / Cartorárias	3.011	6.518	
Aluguel / Encargos - Imóvel de Uso Próprio	15.406	16.165	
Aluguel da Sede	12.477	13.308	
Condomínio	2.929	2.857	
Locação de Veículos	1.125	1.070	
Organização de Eventos	1.952	2.159	
Demais despesas Gerais	4.808	5.182	
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>9.683</b>	<b>7.838</b>	<b>23,5</b>
<b>Tributos</b>	<b>8.201</b>	<b>7.807</b>	<b>5,0</b>
TAFIC	7.299	7.290	
IPTU e Outros Impostos	902	517	
<b>Outras</b>	<b>26</b>	<b>195</b>	<b>-86,7</b>

<sup>(1)</sup> Funcionários do patrocinador cedidos à PREVI, cfe. Parágrafo Único do Artigo 7º da LC 108, de 29/05/2001. <sup>(2)</sup> Escritórios terceirizados. A PREVI possui 28.933 causas judiciais e administrativas. <sup>(3)</sup> Entrevista e seleção, desenvolvimento e sucessão e suporte administrativo.

As Despesas Administrativas alcançaram 2,3% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R\$ 182.811 e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.4.c).

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios

de rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários, no percentual de área física ocupada por essas atividades, na quantidade de softwares e de ações judiciais. Ao aplicar esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e de Investimentos, os percentuais médios apurados foram de 39,0% para a Gestão Previdencial e de 61,0% para Investimentos.

## 19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro 2016	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações (Nota 3)	Consolidado
<b>ATIVO</b>	<b>160.604.589</b>	<b>9.460.473</b>	<b>321.371</b>	<b>1.188.364</b>	<b>-965.151</b>	<b>170.609.646</b>
<b>Disponível</b>	<b>649</b>	<b>5</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>718</b>
<b>Realizável</b>	<b>160.603.940</b>	<b>9.460.468</b>	<b>321.311</b>	<b>1.169.133</b>	<b>-965.151</b>	<b>170.589.701</b>
<b>Previdencial</b>	<b>2.641.859</b>	<b>2.269</b>	<b>5.573</b>	<b>0</b>	<b>-1.118</b>	<b>2.648.583</b>
<b>Administrativo</b>	<b>713.587</b>	<b>189.300</b>	<b>37.057</b>	<b>273.752</b>	<b>-964.033</b>	<b>249.663</b>
Participação Fundo Administrativo	713.587	189.300	37.057	0	-939.944	0
Contas a Receber				24.895	-24.089	806
Depósitos Judiciais/Recursais				245.055		245.055
Outros				3.802		3.802
<b>Investimento</b>	<b>157.248.494</b>	<b>9.268.899</b>	<b>278.681</b>	<b>895.381</b>		<b>167.691.455</b>
<b>Permanente</b>				<b>19.227</b>		<b>19.227</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>-160.604.589</b>	<b>-9.460.473</b>	<b>-321.371</b>	<b>-1.188.364</b>	<b>965.151</b>	<b>-170.609.646</b>
<b>Operacional</b>	<b>-26.574.969</b>	<b>-12.557</b>	<b>-48.452</b>	<b>-5.507</b>	<b>25.207</b>	<b>-26.616.278</b>
Previdencial	-26.521.553	-4.109	-48.412		3.864	-26.570.210
Administrativo				-5.420	1.118	-4.302
Investimento	-53.416	-8.448	-40	-87	20.225	-41.766
<b>Contingencial</b>	<b>-1.991.700</b>	<b>-232</b>	<b>-5.818</b>	<b>-242.913</b>	<b>0</b>	<b>-2.240.663</b>
Previdencial	-1.954.403	-232	-5.818			-1.960.453
Administrativo				-242.913		-242.913
Investimento	-37.297	0	0			-37.297
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>-132.037.920</b>	<b>-9.447.684</b>	<b>-267.101</b>	<b>-939.944</b>	<b>939.944</b>	<b>-141.752.705</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>-130.428.001</b>	<b>-9.007.023</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-139.435.024</b>

> CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações	Consolidado
	2016			(Nota 3)		
Provisões Matemáticas	-144.371.339	-9.007.023				-153.378.362
Equilíbrio Técnico	13.943.338					13.943.338
<b>Fundos</b>	<b>-1.609.919</b>	<b>-440.661</b>	<b>-267.101</b>	<b>-939.944</b>	<b>939.944</b>	<b>-2.317.681</b>
Fundos Previdenciais	-4.472	-233.288	-230.044			-467.804
Fundos Administrativos	-713.587	-189.300	-37.057	-939.944	939.944	-939.944
Fundos dos Investimentos	-891.860	-18.073				-909.933

## 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

A PREVI assinou, em 09/02/2017, o contrato em que vende a totalidade de sua participação de 17,48% do capital social da Kepler Weber S.A. O comprador é a AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. Cada ação da Kepler Weber foi negociada por R\$ 22,00, totalizando R\$ 101.170. O fechamento da operação ainda depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e, dentre outros fatores, que a AGCO consiga adquirir o percentual mínimo de 65% do capital social da companhia.

Em 20.02.17, foi divulgado fato relevante pela Vale informando que os principais acionistas controladores Litel (Previ incluído), Bradespar, Mitsui e BNDES concluíram as negociações sobre um novo Acordo de Acionistas, que vigorará por três anos a partir de 10 de maio de 2017 (após o vencimento do atual acordo de acionistas da Valepar, atual controladora da Vale). A partir desta data estão previstos atos societários na Vale com as seguintes propostas:

- conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, passando a Vale a deter somente uma classe de ações;
- incorporação da Valepar na Vale, tendo como consequência a participação direta dos atuais acionistas da Valepar na Vale;

- alteração do estatuto da Vale para adequá-lo, tanto quanto possível, às regras do Novo Mercado, até que se possa, de forma efetiva, listar a Vale nesse segmento especial.

A aprovação da proposta do novo acordo representará um marco para a Previ na participação na Vale na medida em que traz:

- a) Liquidez, na medida em que permitirá à Litel participar diretamente da Vale, sendo que mais da metade da participação da Litel estará desvinculada do Acordo Vale, portanto livre para negociação após o final do prazo de lock up, estimado para fevereiro de 2018. O restante da posição estará livre a partir de novembro de 2020.
- b) Melhoria na governança, uma vez que a Vale evoluirá para adoção de um controle difuso, com perspectivas de crescimento e perenidade.
- c) Novo estatuto social, que tem como objetivo levar a Vale para o Novo Mercado da BM&FBovespa, considerado o nível de mais alto padrão de governança corporativa.

**Gueitiro Matsuo Genso**  
Presidente  
CPF: 624.201.519-68

**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**  
Diretora de Administração  
CPF: 513.478.737-91

**Antonio Henrique Pereira dos Santos**  
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ  
CPF: 224.430.703-44



# Parecer Atuarial **2016**



# Parecer Atuarial 2016

## Plano de Benefícios 1 Plano de Benefícios PREVI Futuro Carteira de Pecúlios – CAPEC

### 1. OBJETIVO

1.1. O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e plano de custeio e o resultado da avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

1.2. A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

Registro	Nome do Plano
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (PREVI Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3. O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24.12.1997. O Plano de Benefícios PREVI Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se em curso de novas adesões.

1.4. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.

### 2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

#### 2.1. BASE DE DADOS

2.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 11.01.2017 e refere-se à data base de dezembro de 2016. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os

participantes ativos, aposentados e pensões, comparados a dezembro de 2015:

Quantidade	Dezembro/ 2015	Dezembro/ 2016
<b>Ativos</b>	<b>19.212</b>	<b>11.558</b>
Avaliados	19.198	11.544
Matrículas Rejeitadas	14	14
<i>Idade Média Ativos em anos</i>	<i>51</i>	<i>50</i>
<i>Tempo Médio Faltante para Aposentadoria (meses)<sup>(1)</sup></i>	<i>35</i>	<i>31</i>
<i>Salário de Participação Médio (R\$)<sup>(2)</sup></i>	<i>11.136,37</i>	<i>12.378,88</i>
<b>Institutos (aguardando benefício)</b>	<b>601</b>	<b>492</b>
Autopatrocinaados	246	216
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	355	276
<b>Aposentados</b>	<b>76.203</b>	<b>82.535</b>
<b>Benefícios</b>		
Idade	226	241
Tempo de Contribuição	52.914	56.135
Antecipada	16.867	20.032
Invalidez	5.930	5.829
Renda Mensal Vitalícia	208	242
Pensão Mínima	58	56
<i>Idade Média Aposentados em anos<sup>(3)</sup></i>	<i>65</i>	<i>65</i>
<i>Benefício Médio (R\$)<sup>(3)</sup></i>	<i>8.010,68</i>	<i>8.818,32</i>
<b>Institutos</b>	<b>3.583</b>	<b>3.635</b>
Autopatrocinaados	3.375	3.393
Benefício Proporcional Diferido	208	242
<b>Pensões<sup>(4)</sup></b>	<b>17.442</b>	<b>17.862</b>
Matrículas Rejeitadas	-	-
Beneficiários Previ	20.548	20.855
<b>Benefício Médio (R\$)</b>	<b>6.081,01</b>	<b>6.758,37</b>

Tabela B

<sup>(1)</sup> Excluídos os participantes cujo tempo faltante para a aposentadoria é zero. <sup>(2)</sup> Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas. <sup>(3)</sup> Não considera os participantes com status de Pensão Mínima. <sup>(4)</sup> Considera apenas as pensões de responsabilidade PREVI.

2.1.2 Apenas 14 matrículas de participantes ativos foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Foram incluídos 16 participantes como ativos autopatrocinados que não fizeram opção por nenhum dos institutos após o seu desligamento com o patrocinador. Em relação à base de aposentados, 56 participantes não recebem atualmente benefício da PREVI, sendo avaliados somente pelo encargo de pensão mínima. Na quantidade de ativos e aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

2.1.3 Em novembro de 2016 o Banco do Brasil lançou o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI, com prazo final de adesão em 09.12.2016. O público alvo do PEAI-2016 foram os funcionários do Banco do Brasil, que não fossem público alvo do PAET (Programa de Alternativas para Executivos em Transição), e que:

- fosse aposentado por tempo de contribuição ou idade pelo INSS até 31/12/2016;
- tivesse condições de se aposentar pelo plano de previdência complementar (Previ, Economus, Fusesc ou PrevBep) até 31/12/2016; ou
- detiverem até 31.12.2016 os pré-requisitos e protocolarem pedido de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade junto ao INSS.

2.1.4 O plano teve adesão de 7.266 participantes do Plano de Benefícios 1. Consequentemente, o mês de dezembro de 2016 teve um número significativo de concessões de aposentadorias programadas por tempo de contribuição, por idade e antecipada, sendo que parte dos benefícios

serão concedidos em caráter definitivo a partir de janeiro de 2017.

2.1.5 Com a representativa adesão ao PEAI-2016, em 31.12.2016 a quantidade de participantes ativos do Plano 1 foi reduzida a 11.558, sendo que desses, 4.784 participantes ativos, exceto BPD, já cumpriram as exigibilidades para aquisição de um benefício programado, representando 41,39% do total de ativos. Desses, 4.567 são elegíveis somente ao benefício sob a forma antecipada.

2.1.6 Por outro lado, a quantidade de aposentados aumentou para 82.535, principalmente em função das concessões de benefícios decorrentes do referido plano de incentivo. Assim, em 31.12.2016, 87,7 % dos participantes do Plano 1 encontram-se assistidos.

## 2.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, estruturada como benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, estruturada como contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2 O Plano contempla ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago com recursos do Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007.

2.2.3 A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

Parte Geral	Institutos	Parte Opcional	Benefícios
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) (BPD)	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa <sup>(1)</sup>
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatrocínio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano (Resgate)		

Tabela C

<sup>(1)</sup> Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses enquanto houver recursos no Fundo de Renda Certa.

## 2.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

2.3.1 O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado.

2.3.2 Na tabela D são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2016 e as aprovadas para o exercício de 2017:

Premissas Biométricas	Exercício 2016	Exercício 2017
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015

Premissas Econômicas	Exercício 2016	Exercício 2017
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,0065%	1,038%

Tabela D

2.3.3 Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração apenas na taxa de crescimento real de salários.

2.3.4 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2011-2015. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e CAPEC.

2.3.5 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2011 a 2015.

2.3.6 Quanto à tábua de entrada em invalidez, a realização de novo estudo foi prejudicada devido ao reduzido número de concessões em invalidez em 2015. Assim, optamos pela manutenção do estudo realizado no ano anterior, e consequentemente da tábua Light Fraca, considerando que o prazo máximo de validade do estudo é de três anos, conforme disposto no artigo 3º, inciso II, §6º da Instrução Previc nº 23/15.

2.3.7 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2017-2023, projetam o valor de 4,5% no cenário base, resultando em manutenção do fator de capacidade de salários e de benefícios de 98,011%.

2.3.8 A taxa de crescimento real de salários, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2017, é de 1,038% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano de Benefícios 1 (tendo como base o período de 2009 a 2016).

2.3.9 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela Previ, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2017.

2.3.10 A alteração da premissa atuarial de crescimento real de salários para o exercício de 2017 implicaram em aumento da Reserva Matemática na ordem de R\$ 18,7 milhões, posição em dezembro de 2016.

## 2.4. RESERVA A AMORTIZAR

2.4.1 Em 24.12.1997, foi firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI o Contrato que disciplina a integralização das reservas matemáticas pelo regime financeiro de capitalização para pagamento do complemento de aposentadoria dos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, denominado Grupo 67. Em 31.12.2016 havia 17.089 integrantes do Grupo 67 cujo valor da Reserva a Amortizar relativa ao grupo era de R\$ 14.153 milhões.

2.4.2 O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar do Grupo 67 foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial do Banco do Brasil, correspondente a 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo

ao Grupo 67. Conforme Cláusula Décima do Acordo, a duração do referido contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo 67.

2.4.3 A Cláusula Quarta do Contrato estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes antecipadas. Em 31.12.2016, o valor relativo à rubrica contábil “Contribuições Amortizantes Antecipadas” corresponde a R\$ 14.251 milhões.

2.4.4 Em 31.12.2012 o Banco do Brasil e a PREVI assinaram novo Contrato que disciplina a integralização de 100% das reservas matemáticas do Grupo Especial pelo regime financeiro de capitalização.

2.4.5 Conforme §1º da Cláusula Primeira do Contrato de 31.12.2012, entende-se como Grupo Especial o contingente de participantes do Plano 1 admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, listados no documento anexo ao contrato, e que obtiveram complementos

adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais assumidas pelo patrocinador. Em 31.12.2016 havia 2.871 integrantes do Grupo Especial, cujo valor do passivo atuarial corresponde a R\$ 1.143 milhões. Cabe ressaltar que os participantes do Grupo Especial vertem contribuições normais conforme estabelecido no artigo 69 do Regulamento vigente do Plano de Benefícios 1.

2.4.6 A Cláusula Terceira do Contrato de 31.12.2012 estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que serão contabilizadas como “Contribuição Amortizante Grupo Especial”. O saldo dessa rubrica em 31.12.2016 corresponde a R\$ 1.145 milhões.

## 2.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

2.5.1 O Fundo de Renda Certa foi constituído em dezembro de 2007, apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no regulamento. Seu saldo em 31.12.2016 corresponde a R\$ 4,5 milhões.

## 2.6. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

2.6.1 A Tabela E mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2015 e 31.12.2016:

	Dezembro/2015	Dezembro/2016
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (A)</b>	<b>119.724.828.849,82</b>	<b>130.428.001.246,31</b>
<b>Reservas Matemáticas (B)</b>	<b>135.862.750.531,14</b>	<b>144.371.339.114,96</b>
Benefícios Concedidos	124.964.548.630,77	142.338.370.798,02
Benefícios a Conceder	26.279.890.779,85	17.329.179.857,12
(-) Reserva a Amortizar	-15.381.688.879,48	-15.296.211.540,18
Reserva a Amortizar - Grupo 67	-14.247.491.524,35	-14.153.456.333,81
Reserva a Amortizar - Grupo Especial	-1.134.197.355,13	1.142.755.206,37
<b>Superávit Acumulado (A) - (B)</b>	-	-
Reserva de Contingência	-	-
	Dezembro/2015	Dezembro/2016
<b>Déficit Acumulado (B) - (A)</b>	<b>16.137.921.681,32</b>	<b>13.943.337.868,65</b>
<b>Fundo Previdencial</b>	<b>6.389.225,76</b>	<b>4.471.704,39</b>
Fundo de Renda Certa	6.389.225,76	4.471.704,39

Tabela E - Valores em Reais

2.6.2 Observamos que no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, a Reserva Matemática teve variação de 6,26%. O principal fator responsável pelo aumento do passivo atuarial foi a variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2016,

equivalente a 6,58%, impactando principalmente a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, porquanto os benefícios são reajustados de acordo com a variação do INPC, conforme estabelecido no Regulamento do Plano.

2.6.3 Outro fator que influenciou o aumento da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, foi o Plano de Incentivo lançado pelo Banco do Brasil, o PEAI-2016, pois a parte das concessões foram efetivadas ainda em dezembro/2016.

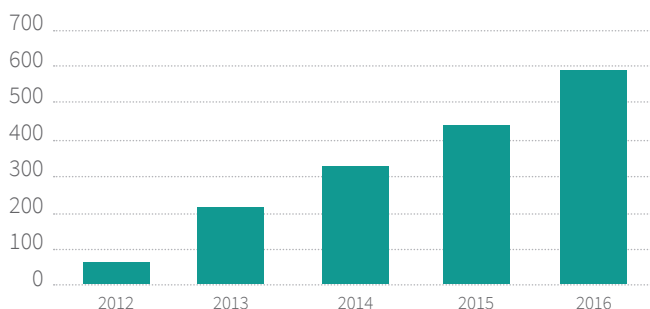
2.6.4 Dos 7.266 optantes pelo PEAI-2016, 6.963 tiveram seus benefícios concedidos ainda em dezembro/2016. Apesar da primeira folha de pagamento desse grupo ser em janeiro/2017, a base de dados já foi sensibilizada pelas concessões, cujo valor médio do benefício PREVI é de R\$ 8.376,06.

2.6.5 Registramos, ainda, que o valor das Reservas Matemáticas é impactado pelas implantações e/ou aumentos de benefícios decorrentes de determinação judicial, para os quais não houve prévia constituição de reservas e nem aporte equivalente de recursos, posto que seus valores divergem daqueles obtidos estritamente com a aplicação das regras regulamentares. A partir de 2012 a PREVI iniciou o acompanhamento gerencial desses impactos. Em dezembro/2016, R\$ 621 milhões do total da Reserva Matemática refere-se ao aumento no benefício decorrente de decisão judicial implantada para 1.715 benefícios de aposentadorias e pensões. Esse valor não demonstra os valores retroativos desembolsados pelo plano de benefício ao longo do processo judicial, pois representa apenas o valor atual do compromisso futuro com essas parcelas. Destaca-se o aumento relevante dos valores, a partir do início do acompanhamento gerencial pela PREVI, no final de 2012, quando apuramos R\$ 77,3 milhões de impacto, relativo

a 250 assistidos, tendo esse valor aumentado mais de 8 vezes nos últimos 4 anos.

### Decisões Judiciais – Impacto na RM

(Milhões)



2.6.6 Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação positiva de 8,94% no ano. Cabe ressaltar que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2016 foi positiva, no valor de 15,03% enquanto que a meta atuarial foi de 11,91%.

2.6.7 Em virtude da recuperação parcial do desempenho dos ativos de investimentos no decorrer de 2016, bem como da queda na variação do INPC no mesmo período, verificou-se em 31.12.2016 um superávit técnico de R\$ 2.195 milhões no exercício. Contudo, o resultado do plano ainda apresenta déficit acumulado de R\$ 13.943 milhões.

## 2.7. INFORMAÇÕES ACERCA DAS CAUSAS DO DÉFICIT TÉCNICO:

2.7.1 Nos últimos três exercícios, os resultados contábeis do Plano de Benefícios 1 foram assim apurados:

	Dezembro 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (A)</b>	<b>138.980.172</b>	<b>134.611.755</b>	<b>119.724.828</b>
<b>Reservas Matemáticas (B)</b>	<b>114.220.748</b>	<b>122.073.122</b>	<b>135.862.750</b>
<b>Superávit Acumulado (C) = (A) - (B)</b>	<b>24.759.424</b>	<b>12.538.633</b>	<b>- 16.137.921</b>
Reserva de Contingência (D) (até 25% A)	24.759.424	12.538.633	-
Reserva Especial (C) - (D)	-	-	-
<b>Variação Anual Patrimônio Cobertura Plano</b>		<b>-3,14%</b>	<b>-11,06%</b>
<b>Variação Anual Reserva Matemática</b>		<b>6,87%</b>	<b>11,30%</b>
<b>Variação INPC</b>		<b>6,23%</b>	<b>11,28%</b>
<b>Meta Atuarial (INPC + 5%)</b>		<b>11,54%</b>	<b>16,84%</b>

Tabela F - Valores em R\$ Mil

2.7.2 Constatamos que o comportamento do passivo atuarial se manteve estável nos três últimos exercícios, em comparação com a variação do INPC e da meta atuarial. A maior variação ocorrida em 2015 deveu-se principalmente em função da variação significativa do INPC.

2.7.3 Por outro lado, o patrimônio de cobertura, que corresponde aos recursos provenientes dos investimentos realizados pela Entidade de acordo com o disposto nas normas em vigor, teve redução de 3,14% em 2014 e de 11,06% em 2015.

2.7.4 Conforme Resolução CMN 3.792/09, os recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A Tabela G mostra os valores em percentuais de alocação por segmento nos últimos três exercícios, conforme Política de Investimentos do Plano de Benefícios 1, bem como a rentabilidade de seus respectivos ativos:

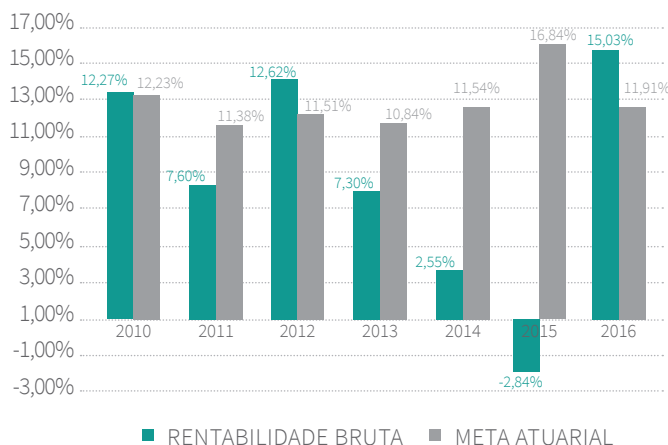
Segmentos	2013		2014		2015	
	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade
Renda Fixa	30,25%	8,07%	33,61%	13,08%	40,48%	14,68%
Renda Variável	60,41%	6,36%	56,10%	-4,43%	48,09%	-17,20%
Investimentos Estruturados	0,56%	20,60%	0,66%	-4,45%	0,63%	-35,05%
Imóveis	5,52%	17,51%	5,94%	13,75%	6,76%	11,22%
Operações c/Participantes	3,28%	11,31%	3,57%	12,28%	3,96%	16,28%
Investimento no Exterior	-	-	0,05%	19,67%	0,08%	50,58%
<b>Rentabilidade Total</b>		<b>7,30%</b>		<b>2,55%</b>		<b>-2,84%</b>

Tabela G

2.7.5 Observa-se pela Tabela G que a rentabilidade do plano teve redução relevante nos últimos três exercícios, especialmente no ano de 2015, no qual foi negativa, em função das oscilações de renda variável, com peso significativo na composição dos ativos de investimento do Plano de Benefícios 1, configurando a situação deficitária do plano.

2.7.6 O gráfico a seguir mostra a comparação entre a rentabilidade anual e a meta atuarial nos últimos exercícios.

### Rentabilidade x Meta Atuarial



2.7.7 Ao compararmos a rentabilidade do plano com a meta atuarial, observamos que a meta atuarial do Plano de Benefícios 1 se manteve estável, com oscilação vinculada ao INPC, enquanto que a rentabilidade anual no mesmo período foi mais volátil, sendo significativamente decrescente entre 2012 e 2015. A rentabilidade média desde 2010 foi de 7,8%, enquanto que a meta atuarial foi de 12,07% no mesmo período.

2.7.8 Com base nas informações dos três exercícios, inferimos que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 tem sido inferior à meta atuarial, apesar da recuperação apresentada em 2016, refletindo no resultado técnico do plano observado nesse período.

2.7.9 A Tabela H apresenta a rentabilidade acumulada no ano de 2016 dos ativos totais do Plano de Benefícios 1, por segmento de aplicação, e seus respectivos percentuais de alocação:

Segmentos	Alocação	Rentabilidade 2016
Renda Fixa	41,2%	15,51
Renda Variável	47,9%	17,16
Investimentos Estruturados	0,5%	9,72
Imóveis	6,5%	7,98
Operações com Participantes	3,8%	14,26
Investimento no Exterior	0,1%	-15,52
<b>Rentabilidade Total</b>		<b>15,03%</b>

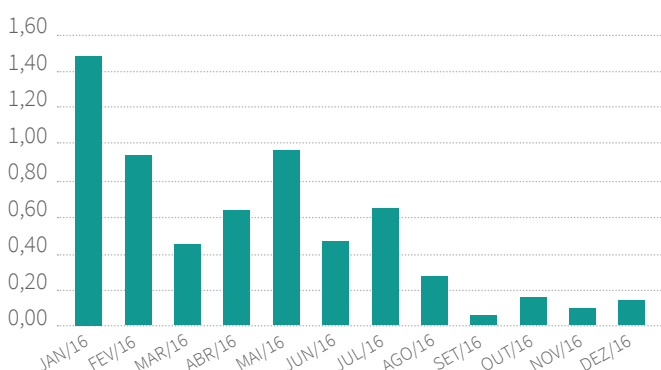
Tabela H



2.7.10 Observa-se melhora no comportamento dos ativos no exercício de 2016, diante do desempenho da Bolsa de Valores, apesar da reavaliação a valor econômico dos ativos sem liquidez detidos via fundo de investimento ou carteira própria ainda ter sido negativa. Embora os segmentos de renda fixa e renda variável, que concentram quase 90% dos ativos financeiros do plano, tenham obtido rentabilidade positiva acima da meta atuarial (15,51% e 17,16% respectivamente), ainda não foi suficiente para reverter completamente o resultado deficitário do plano de benefícios.

2.7.11 Por outro lado, ao analisarmos o passivo atuarial do plano, observamos que a meta atuarial do Plano 1, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano foi menor em relação a de 2015, resultando em 11,91%. Tal fato decorre da queda no INPC ao longo do ano, que teve variação acumulada de 6,58% no período de janeiro a dezembro de 2016, conforme gráfico a seguir:

#### Varição do INPC – 2016



2.7.12 Portanto, concluímos que o resultado técnico acumulado do plano continua apresentando déficit técnico acumulado de R\$ 13.943 milhões em 31.12.2016, decorrente basicamente do resultado de 2015.

2.7.13 Apesar de termos obtido em 2016 resultados líquidos positivos dos investimentos, em relação ao mínimo atuarial, o excedente de rentabilidade não foi suficiente para reverter integralmente a situação deficitária do plano. Contudo, viabilizou a quitação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 e demonstra a tendência de recuperação dos investimentos, apesar do cenário macroeconômico ainda apresentar grande volatilidade no segmento de renda variável.

## 2.8. PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT de 2015:

2.8.1 Em decorrência do déficit técnico acumulado de R\$ 16.138 milhões em 31.12.2015, foi apurado o valor a ser equacionado do Plano de Benefícios 1, após dedução do ajuste de precificação e comparação com o limite do déficit calculado em função da duração do passivo do plano na mesma data, conforme demonstrado abaixo:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro 2015
Déficit Técnico Acumulado (A)	16.137.921.681,32
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.223.322.753,06
<b>Déficit Técnico Ajustado (C = A - B)</b>	<b>13.914.598.928,26</b>
<b>Limite de Déficit Técnico Acumulado (art. 28 da Res.CGPC 26/2008) (D) *</b>	<b>11.004.882.793,02</b>
(1) Diferença entre C e D	2.909.716.135,24
(2) 1% da Reserva Matemática (52º do art. 28 da Res.CGPC 26/2008)	1.358.627.505,31
<b>Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado – Máximo entre (1) e (2)</b>	<b>2.909.716.135,24</b>

Tabela I

Valores em R\$

\*Limite de déficit = (duração do passivo - 4) \* 1% \* Reserva Matemática

2.8.2 Assim, ao longo de 2016 foi elaborado o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015, prevendo o equacionamento de R\$ 2,9 bilhões por participantes, assistidos e patrocinadores, considerando a proporção contributiva em relação às contribuições pessoais e patronais observadas no exercício de 2015.

2.8.3 No decorrer do exercício de 2015, considerado o montante as contribuições normais vertidas para o Plano de Benefícios 1 pelos participantes, ativos e assistidos, inclusive as vertidas pelos autopatrocinados, e o montante das contribuições patronais, vertidas pelos patrocinadores (Banco do Brasil e PREVI), apurou-se a proporção de 52,31% para os participantes e assistidos e 47,69% para os patrocinadores Banco do Brasil e PREVI. Portanto a proporção do déficit a ser equacionado pelos participantes e assistidos seria de R\$ 1.522.208.321,33, enquanto que a proporção relativa aos patrocinadores Banco do Brasil e PREVI corresponderia a R\$ 1.387.507.813,91.

2.8.4 Para tanto, o plano de equacionamento foi elaborado visando a amortização por fluxo linear de contribuições, em atendimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/08 e ao artigo 6º da Instrução PREVIC nº 26/16, adotando-se assim o sistema de amortização da tabela PRICE (prestações

constantes). O prazo estabelecido para amortização do déficit a ser equacionado corresponde a uma vez e meia o prazo da duração do passivo do plano de benefícios apurado no exercício de 2015, ou seja, 18,1 anos (217 meses). Tal prazo atende ao disposto no item 10 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/06.

2.8.5 Para os participantes e assistidos, o plano de equacionamento previu a cobrança de contribuições extraordinárias mensais, sem incidência sobre abono anual, considerando como parâmetro o benefício efetivo ou projetado atribuível a cada um deles. Quanto aos patrocinadores, o valor relativo ao Banco do Brasil seria tratado por meio de um documento formal firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI, considerando informações como prazo de pagamento, valor da contribuição extraordinária, parâmetros adotados na apuração do déficit e cláusulas de atualização e suspensão das contribuições extraordinárias, dentre outras e o valor relativo ao patrocinador PREVI (quadro próprio) seria tratado contabilmente, considerando os mesmos parâmetros do patrocinador Banco do Brasil.

2.8.6 Em 05.09.2016 foi publicada a Instrução PREVIC nº 32, que estabelece os procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit. Tal instrução trouxe a possibilidade de serem utilizados, como fonte alternativa de recurso para o equacionamento do déficit, eventuais resultados líquidos positivos obtidos pelo plano de benefícios entre a data de apuração do valor a ser equacionado e a data de aprovação do plano de equacionamento, desde que sejam derivados exclusivamente de excedente de rentabilidade financeira em relação à meta atuarial adotada na avaliação atuarial em que se apurou o valor do déficit a ser equacionado.

2.8.7 O Plano de Equacionamento de Déficit foi então elaborado considerando os critérios acima citados, inclusive a possibilidade de quitação ou amortização com os resultados líquidos positivos de rentabilidade.

2.8.8 Em função da necessidade de aprovação do Plano de Equacionamento antes do encerramento do exercício subsequente à identificação do Déficit a equacionar, consideramos, para apuração do excedente de rentabilidade a data do balancete de novembro/2016, que foi o último disponível antes da aprovação do Plano de Equacionamento.

2.8.9 Importante ressaltar que o resultado líquido positivo, decorrente do excedente financeiro a que se refere o Art. 3º da Instrução PREVIC nº 32, não se confunde com o resultado do plano de benefícios, obtido mediante o levantamento de suas demonstrações contábeis.

2.8.10 Diante do exposto, foi apurado o Resultado Líquido positivo decorrente do excedente de rentabilidade, em relação à meta atuarial, considerando a data de 30.11.2016:

Item	Resultado
<b>Rentabilidade acumulada (deduzidas as despesas administrativas de investimento)</b>	15,75%
<b>Meta Atuarial acumulada</b>	11,30%
<b>Rentabilidade líquida do atuarial</b>	<b>4,00%</b>

Tabela J

2.8.11 Por medida de prudência, a entidade, após consulta à PREVIC, decidiu deduzir do resultado líquido positivo a ser utilizado como fonte de recursos para o equacionamento do déficit a diferença negativa das reavaliações dos ativos sem liquidez. Assim, obteve-se:

<b>Resultado líquido positivo final</b>	R\$ 4.835.698.575,65
<b>Valor a ser equacionado</b>	R\$ 2.909.716.135,24

2.8.12 Tendo em vista que o valor apurado de R\$ 4.835.698.575,65 superou o valor do déficit a equacionar em 31.12.2015, de R\$ 2.909.716.135,24, o Plano de Equacionamento pode ser integralmente quitado por esse excedente, não sendo necessário instituir, para 2017, contribuições extraordinárias de participantes, assistidos e patrocinadores relativamente ao Equacionamento do Déficit de 31.12.2015.

2.8.13 Registra-se, ainda, que ao longo do exercício de 2016 as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios nº 1 foram reavaliadas atuarialmente com as mesmas hipóteses atuariais, regime financeiro e método de financiamento utilizados na data de apuração do déficit a equacionar de 31.12.2015.

2.8.14 Portanto, a utilização do excedente de rentabilidade, quitou o Plano de Equacionamento do Déficit de 31.12.2015 do Plano de Benefícios nº 1 em conformidade com o disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/08, no artigo 3º Instrução PREVIC nº 32, de 02.09.2016 e no Ofício nº 3761/2016/CGMA/DIACE/PREVIC, de 01.12.2016 da PREVIC.

## 2.9. PLANO DE CUSTEIO

2.9.1 O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos e aposentados e do patrocinador. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela k:

Salário de Participação (SP)	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP*1,25	1,8% SP	-
½ PP*1,25 ≤ SP < PP*1,25	3,0% SP	0,75% PP
SP ≥ PP*1,25	7,8% SP	6,75% PP

Tabela K  
PP – Parcela PREVI

2.9.2 O percentual médio de contribuição dos participantes ativos manteve-se em 6,0% do salário de participação. No caso dos aposentados, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria. As contribuições normais do patrocinador correspondem a 100% do valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.

2.9.3 Em 25.11.2015 foi divulgada a Resolução CNPC nº 22, que atualiza a Resolução CGPC nº 26/08, referente a procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado do plano. A Resolução revisada passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios na apuração do limite de déficit técnico acumulado.

2.9.4 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2016, a duração do passivo do Plano de Benefícios 1

corresponde a 11,68 anos. Consequentemente, em 31.12.2016, o limite do déficit é 7,68% da Reserva Matemática, isto é, R\$ 11.088 milhões.

2.9.5 A referida Resolução estabelece ainda que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido o valor do ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31.12.2016, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.582 milhões.

2.9.6 A Resolução CNPC nº 22/15 determinou ainda que deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit se o resultado deficitário for superior ao limite mencionado no item 2.9.4. A tabela abaixo mostra a apuração do valor do déficit técnico a ser equacionado, considerando o déficit técnico acumulado em 31.12.2016, líquido do valor de ajuste de precificação, bem como o limite do déficit apurado com base na duração do passivo do plano:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro 2016
<b>Déficit Técnico Acumulado (A)</b>	<b>13.943.337.868,65</b>
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.582.338.501,42
<b>Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (C) =(A) - (B)</b>	<b>11.360.999.367,23</b>
Limite de Déficit Técnico Acumulado (D) (7,68% da Reserva Matemática)	11.087.718.844,03
(1) Diferença entre C e D	273.280.523,20
(2) 1% da Reserva Matemática (§2º do art. 28 da Res.CGPC 26/2008)	1.443.713.391,15
<b>Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado – Máximo entre (1) e (2)</b>	<b>1.443.713.391,15</b>

Tabela L – Valores em R\$



2.9.7 Tendo em vista que o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é superior ao limite legal, deverá ser elaborado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício de 2017 no valor de R\$ 1.444 milhões, conforme disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº26/08.

## 2.10. CONCLUSÃO

2.10.1 O resultado técnico de dezembro de 2016 mostra que o Plano de Benefícios 1 se encontra deficitário no valor de R\$ 13.943 milhões, equivalente a 9,66% da Reserva Matemática, apesar da recuperação observada no valor dos ativos financeiros ao longo de 2016 que geraram excedente de rentabilidade em relação ao mínimo atuarial.

2.10.2 Como o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é superior ao limite

observado na Resolução CGPC nº 26/08, concluímos que até o final do exercício de 2017 será elaborado o plano de equacionamento de déficit, cujo valor a ser equacionado corresponde a R\$ 1.443.713.391,15, mínimo de 1% da Reserva Matemática que é permitido pela legislação.

2.10.3 Conforme estabelecido na mesma resolução, o resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado. O plano de equacionamento deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

## 3. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

### 3.1. BASE DE DADOS

3.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios PREVI Futuro foi gerada em 11.01.2017 e refere-se ao mês de dezembro de 2016.

A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, comparado a dezembro de 2015:

Quantidade	Dezembro/2015	Dezembro/ 2016
<b>Ativos</b>	<b>85.176</b>	<b>85.674</b>
Avaliados	85.036	85.500
Matrículas Rejeitadas	140	174
<i>Idade Média Ativos em anos</i>	<b>38</b>	<b>39</b>
<i>Salário de Participação Médio (R\$) <sup>(1)</sup></i>	<b>5.766,98</b>	<b>6.308,60</b>
<b>Institutos (aguardando benefício)</b>	<b>6.821</b>	<b>6.796</b>
Autopatrocinaados	2.004	1.938
Benefício Proporcional Diferido	4.817	4.858
<b>Aposentados</b>	<b>374</b>	<b>428</b>
Avaliados		
Benefícios Programados	112	141
Benefícios de Risco (Invalidez)	261	286
Matrículas Rejeitadas	1	1
<i>Idade Média Aposentados em anos</i>	<b>52</b>	<b>53</b>
<i>Benefício Médio (R\$)</i>	<b>1.119,62</b>	<b>1.403,76</b>
<b>Institutos</b>	<b>27</b>	<b>33</b>
Autopatrocinaado	7	10
Benefício Proporcional Diferido	20	23
<b>Pensões</b>	<b>337</b>	<b>395</b>
Beneficiários Previ	614	716
<i>Benefício Médio (R\$)</i>	<b>863,44</b>	<b>1.037,29</b>

Tabela M

<sup>(1)</sup> Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.

3.1.2 Existem 174 matrículas de participantes ativos e 1 matrícula de aposentado que foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Entre os ativos autopatrocinados, foram incluídos 855 participantes que não fizeram opção por um dos institutos por estarem dentro do prazo regulamentar da opção. Nas quantidades totais de ativos e de aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

3.1.3 Em 31.12.2016, 1.845 participantes ativos já reuniam as condições de exigibilidade para aquisição do benefício programado.

3.1.4 O Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI, lançado pelo Banco do Brasil em novembro de 2016, teve adesão de 505 participantes do Plano PREVI Futuro, dos quais 323 estavam indentificados como elegíveis. Contudo, ao contrário do observado no Plano 1, a quantidade de participantes ainda não foi sensibilizada pelo programa, pois não houve tempo hábil para a efetivação das concessões, e nem das demais movimentações decorrentes da reestruturação do Banco do Brasil. Assim, somente ao

longo de 2017 será possível avaliar o impacto no Plano decorrente dos desligamentos, comissionamentos, alterações da jornada de trabalho para 6 horas e principalmente a redução na quantidade de posses de novos funcionários e consequentemente de novas adesões ao plano, que já foi observada ao longo de 2016

3.1.5 Destaca-se nesse exercício a pequena quantidade de adesões, comparativamente aos anos anteriores, pois a base de ativos aumentou apenas 498 no ano, sendo que de 2011 a 2015 tivemos um aumento médio de mais 3 mil participantes por ano, reflexo das alterações na estrutura organizacional do patrocinador Banco do Brasil.

## 3.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

3.2.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é estruturado na modalidade contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, e da Parte II, relativa aos riscos programados.

3.2.2 A Tabela N apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios PREVI Futuro:

Parte I	Parte II	Institutos
Riscos Não Programados	Riscos Programados	
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria	Renda Mensal Vitalícia (BPD)
	Renda Mensal de Pensão por Morte	Autoprocínio
		Portabilidade

Tabela N

## 3.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

3.3.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2 Para a Parte I, adota-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão por morte. Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3 Na tabela O são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2016 e as aprovadas para o exercício de 2017:

<b>Premissas Biométricas</b>	<b>Exercício 2016</b>	<b>Exercício 2017</b>
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015

<b>Premissas Econômicas</b>	<b>Exercício 2016</b>	<b>Exercício 2017</b>
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,5%	4,5%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,1336%	3,042%

Tabela O

3.3.4 Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração apenas na taxa de crescimento real de salários.

3.3.5 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2011-2015. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e CAPEC.

3.3.6 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2011 a 2015.

3.3.7 Quanto à tábua de entrada em invalidez, a realização de novo estudo foi prejudicada devido ao reduzido número de concessões em invalidez em 2015, mesmo avaliando conjuntamente com o Plano 1. Assim, optamos pela manutenção do estudo realizado no ano anterior, e consequentemente da tábua Light Fraca, considerando que o prazo máximo de validade do estudo é de três anos, conforme disposto no artigo 3º, inciso II, §6º da Instrução Previc nº 23/15.

3.3.8 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório

elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2017-2023, projetam o valor de 4,5% no cenário base, resultando em manutenção do fator de capacidade de salários e de benefícios de 98,011%.

3.3.9 A taxa de crescimento real de salários é a estimativa do crescimento anual médio dos salários de participação, apurada com base nos cargos ocupados pelos participantes ativos ao longo da sua vida laborativa no Patrocinador. Avaliamos o crescimento salarial dos funcionários em atividade no Banco do Brasil sob a ótica da evolução da carreira, considerando todos os valores dos salários posicionados em uma mesma data. A premissa adotada para o exercício de 2017, é de 3,042% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano PREVI Futuro, tendo como base o período de 1998 a 2016.

3.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela Previ, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2017.

3.3.11 A alteração da premissa atuarial de crescimento salarial para o exercício de 2017 implicou em redução da Reserva Matemática na ordem de R\$ 11,2 milhões, posição em dezembro de 2016.

### 3.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

3.4.1 A Tabela P mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2015 e 31.12.2016:

	Dezembro/2015	Dezembro/ 2016
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (A)</b>	<b>6.575.712.846,40</b>	<b>9.007.022.764,65</b>
<b>Reservas Matemáticas (B)</b>	<b>6.575.712.846,40</b>	<b>9.007.022.764,65</b>
<b>Parte I (Benefícios Não Programados)</b>	<b>538.348.577,81</b>	<b>626.020.080,77</b>
Benefícios Concedidos	126.646.968,35	168.054.171,42
Benefícios a Conceder	411.701.609,46	457.965.909,35
<b>Parte II (Benefícios Programados)</b>	<b>6.037.364.268,59</b>	<b>8.381.002.684,48</b>
Benefícios Concedidos	20.974.933,88	28.072.881,61
Benefícios a Conceder	6.016.389.334,71	8.352.929.802,27
<b>Superávit Acumulado (A) - (B)</b>	-	-
Reserva de Contingência	-	-
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>82.106.146,20</b>	<b>233.287.949,12</b>
Fundo de Cotas Resguardadas	51.174.749,27	68.570.294,55
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	21.976.106,29	30.608.175,51
Fundo de Gestão de Risco	8.955.290,64	134.109.479,06

Tabela P – Valores em Reais

3.4.2 Observamos que no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, a Reserva Matemática teve variação de 36,97%. Tal resultado decorre, principalmente, da rentabilidade auferida nos investimentos, que altera os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente para a Parte II, cujo total de contribuições (pessoais e patronais) foi da ordem de R\$ 1.043 milhões em 2016.

3.4.3 Quanto aos recursos garantidores do plano, verificamos que a rentabilidade do Plano PREVI Futuro em 2016 foi de 22,52%, enquanto que a variação da cota do perfil PREVI em 2015 foi de 22,86%. Esse é o perfil utilizado para a atualização dos recursos coletivos do plano, como os valores vinculados à Parte I (benefícios de risco) e os benefícios concedidos. Logo, a rentabilidade desse perfil é a que influencia o resultado técnico do plano.

3.4.4 A variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 11,91%.

### 3.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.1 Os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.5.1.1 **Fundo de Cotas Resguardadas:** relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou seus beneficiários, como por exemplo, saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento vigente até 13.12.2010, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate. Esses saldos são apurados para os participantes enquadrados nas mencionadas situações com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.



3.5.1.2 **Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes:** relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem retornar ao plano e têm tal direito reconhecido pelo regulamento do Plano. O mencionado saldo é obtido com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.3 **Fundo de Gestão de Risco:** constituído para fazer frente a oscilações dos ativos de investimento e do passivo atuarial do Plano e o seu valor é atualizado de acordo com a variação da cota do Perfil PREVI.

3.5.2 Ressaltamos que em função do resultado técnico no encerramento do exercício decorrente do desempenho dos ativos de investimento acima da meta atuarial, foi possível recompor o Fundo de Gestão de Risco com a apropriação de R\$ 123 milhões, de modo que no encerramento do exercício o referido fundo totaliza R\$ 134 milhões.

### 3.6. PLANO DE CUSTEIO

3.6.1 O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessário ao financiamento dos benefícios do plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do plano.

3.6.2 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes e da patrocinadora relacionadas na Tabela Q.

Participantes	Patrocinadora
<b>Parte I</b>	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
<b>Parte II</b>	
- Subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação.	- Subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- Subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	- Subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- Subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte “c”: não há

Tabela Q

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

### 3.7. CONCLUSÃO

3.7.1 A rentabilidade apresentada no ano de 2016, foi bem superior à meta atuarial do Plano, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, correspondente a 11,91%, impactando positivamente o saldo de conta dos participantes ativos e o resultado técnico do Plano.

3.7.2 Assim, foi possível recuperar tanto o valor dos saldos de conta dos participantes quanto retomar a constituição do Fundo de Gestão de Risco, motivo pelo qual concluímos que a situação financeiro-atuarial do plano permite a manutenção do atual Plano de Custeio para preservar o equilíbrio do plano de modo que os participantes em atividade do Plano de Benefícios PREVI Futuro possam

receber um benefício programado compatível com sua acumulação de recursos.

## 4. CARTEIRA DE PECÚLIOS - CAPEC

### 4.1. BASE DE DADOS

4.1.1 A base de dados para avaliação atuarial da CAPEC é de agosto de 2016, composta por 127.041 participantes distribuídos nas seguintes modalidades:

- **Pecúlio por Morte:** 120.468 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;



- **Pecúlio Especial:** 37.586 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;
- **Pecúlio Manutenção:** 6.573 participantes inscritos nos Planos Júnior (1), Sênior (1) e Executivo (6.466);
- **Pecúlio por Invalidez:** 27.064 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

## 4.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

4.2.1 A CAPEC está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura “a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas”.

4.2.2 A CAPEC está cadastrada na PREVIC como plano de benefícios de pagamento único e paga os seguintes pecúlios:

### Aos dependentes ou beneficiários designados

Pecúlio por Morte

Pecúlio Especial

Pecúlio Manutenção

Tabela R

### Aos participantes

Pecúlio por Invalidez

Pecúlio Especial

4.2.3 Cada tipo de pecúlio é oferecido aos participantes da CAPEC segundo faixas de valores, constituindo cada faixa uma das seguintes modalidades de pecúlio: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

## 4.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

4.3.1 A CAPEC tem seus valores de receitas calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples com avaliações atuariais anuais, seguindo o princípio de cálculo atuarial usual para a constituição técnica do seguro de vida temporário por um ano com renovações automáticas anuais.

4.3.2 Na tabela S são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2015 e as aprovadas para o exercício de 2016:

Premissas Biométricas	Exercício 2015	Exercício 2016
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Premissas Econômicas	Exercício 2015	Exercício 2016
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela S

4.3.3 Observamos que nos últimos doze meses os eventos biométricos de mortalidade estão aderentes aos eventos esperados pelas Tábuas de Mortalidade de Válidos AT 2000 Suavizada em 10%, tendo em vista que houve 1.578 óbitos de setembro de 2015 até agosto de 2016, que representa 90% do número de óbitos esperados pela tábua de mortalidade no mesmo período, de 1.756.

4.3.4 Quanto à sinistralidade dos eventos de entrada em invalidez, observa-se que a adoção da Tábua Light Fraca a partir de janeiro de 2015 mostrou-se mais aderente aos sinistros de invalidez ocorridos na CAPEC no ano anterior.

Contudo, foram observados 19 eventos ocorridos de setembro de 2015 a agosto de 2016, enquanto que se esperavam 48 entradas em invalidez considerando a tábua. A efetivação das concessões de invalidez pelo INSS provavelmente restou prejudicada em função da longa greve dos peritos em 2016, motivo pelo qual mantivemos a premissa.

## 4.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

4.4.1 Os valores dos pecúlios foram reajustados em 7,95%, superior à variação do INPC no período de janeiro (data última alteração de valores) a setembro de 2016 (data da nova avaliação



atuarial), em conformidade com o disposto no regulamento da CAPEC. A tabela T apresenta os valores dos pecúlios de 2016 e os novos valores dos pecúlios para o exercício de 2017:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Valores em 2016 - R\$	35.200	70.400	105.600	140.800	176.000
Valores em 2017 - R\$	38.000	76.000	114.000	152.000	190.000

Tabela T – Valores em Reais

4.4.2 Na tabela U estão consignados os novos valores das contribuições dos Pecúlios por Morte, Especial/Manutenção e por Invalidez que consideram o risco biométrico de cada faixa etária, acrescidos da taxa de carregamento de 2,5% e da taxa de 10% para o Fundo RCO, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
<b>Pecúlio por Morte</b>	<b>38.000</b>	<b>76.000</b>	<b>114.000</b>	<b>152.000</b>	<b>190.000</b>
Até 34 anos	5,67	11,35	17,02	22,69	28,37
De 35 a 40 anos	7,13	14,26	21,39	28,51	35,65
De 41 a 45 anos	9,81	19,65	29,46	39,28	49,09
De 46 a 50 anos	11,77	23,54	35,31	47,09	58,86
De 51 a 55 anos	19,11	38,21	57,32	76,43	95,52
De 56 a 60 anos	35,55	74,68	112,01	149,36	186,71
De 61 a 65 anos	44,13	90,58	168,49	213,89	239,34
Maior que 65 anos	59,21	124,73	229,28	283,85	319,63
<b>Pecúlio Especial/Manutenção</b>	<b>38.000</b>	<b>76.000</b>	<b>114.000</b>	<b>152.000</b>	<b>190.000</b>
Até 34 anos	5,67	11,35	17,02	22,69	28,37
De 35 a 40 anos	7,13	14,26	21,39	28,51	35,65
De 41 a 45 anos	9,81	19,65	29,46	39,28	49,09
De 46 a 50 anos	11,77	23,54	35,31	47,09	58,86
De 51 a 55 anos	19,11	38,21	57,32	76,43	95,52
De 56 a 60 anos	35,55	74,68	112,01	149,36	175,10
De 61 a 65 anos	44,13	90,58	168,49	187,21	202,43
Maior que 65 anos	59,21	124,73	229,28	255,52	275,23
<b>Pecúlio por Invalidez</b>	<b>38.000</b>	<b>76.000</b>	<b>114.000</b>	<b>152.000</b>	<b>190.000</b>
Até 34 anos	1,61	3,22	4,83	6,44	8,05
De 35 a 40 anos	3,20	6,41	9,60	12,80	15,99
De 41 a 45 anos	7,08	14,16	21,24	28,31	35,37
De 46 a 50 anos	10,54	21,08	31,62	42,16	52,69
De 51 a 55 anos	13,34	26,66	39,99	53,31	66,64
De 56 a 60 anos	20,31	40,60	60,90	81,19	101,49
De 61 a 65 anos	24,16	48,32	72,46	96,61	120,75
Maior que 65 anos	31,58	63,16	94,73	126,30	157,86

Tabela U – Valores em Reais



4.4.3 O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31.12.2016, que afetaram o Fundo CAPEC:

Contribuições Brutas	289.786.414,29
(-) Destinação para RCO 10%	-28.251.708,00
(-) Destinação para Despesas Administrativas 2,5%	-7.226.777,65
Contribuições Líquidas (A)	254.307.928,64
Benefícios Pagos (B)	-260.202.645,99
<b>(-)Utilização do Fundo CAPEC para custeio das contribuições (A) - (B)= ( C )</b>	<b>-5.894.717,35</b>
Resultado Financeiro Bruto	36.568.626,15
(-)Atualização Monetária dos pecúlios a pagar	-6.972.320,41
(-)Atualização da RCO	-24.963.640,26
(-/+ ) Outros resultados / reversões	165.535,43
<b>Resultado Financeiro Líquido (D)</b>	<b>4.798.200,91</b>
<b>Resultado Final Fundo CAPEC ( C ) + (D)</b>	<b>-1.096.516,44</b>

Tabela V – Valores em Reais

4.4.4 Conforme previsto, o montante de contribuições foi menor que o de benefícios pagos, tendo em vista que parte do custeio deve ser suprido pelo Fundo Capec.

4.4.5 Registramos ainda o valor de R\$ 48.344.380,66, em 31.12.2016, relativo à provisão para pagamento de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação.

#### 4.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

4.5.1 O Fundo CAPEC destina-se ao equilíbrio das contribuições dos participantes, considerando o processo de transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da CAPEC, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. Conforme esperado, em 2016 foram utilizados R\$ 5,9 milhões do fundo para cobrir parcialmente o custeio do plano. Contudo, ganhos financeiros auferidos no exercício minimizaram o impacto, conforme demonstrado na tabela V do item 4.4.3, de modo que o saldo do Fundo CAPEC em 31.12.2016 é de R\$ 30.603.574,17.

4.5.2 O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), constituído em abril de 2010, é um fundo previdencial destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. Até a extinção do Fundo CAPEC, o saldo do Fundo RCO é crescente e em 31.12.2016 contabiliza R\$ 199.440.550,73.

4.5.3 Consequentemente, o saldo do ativo líquido da CAPEC aumentou de R\$ 177.925.293,08 (31.12.2015) para R\$ 230.044.124,90 (31.12.2016) principalmente em função do incremento do saldo do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO).

#### 4.6. PLANO DE CUSTEIO

4.6.1 O custeio da CAPEC é de responsabilidade dos participantes do plano, não havendo contribuição patronal.

4.6.2 Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado, conforme tabela U do item 4.4.2.

4.6.3 Nesse contexto, além das contribuições vertidas pelos participantes, a estratégia para reestruturação da CAPEC prevê a utilização do Fundo CAPEC até sua extinção, quando então, o Fundo RCO passará a cobrir as diferenças decorrentes dos subsídios ainda existentes, até que as contribuições arrecadadas sejam suficientes para custear integralmente os pagamentos dos pecúlios.

#### 4.7. CONCLUSÃO

4.7.1 A redução gradual do Fundo CAPEC, decorrente da cobertura das contribuições para as faixas etárias mais avançadas, demonstra a importância da continuidade da estratégia mencionada no item 4.5.1, de tal forma que, ao fim do Fundo CAPEC, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo para os participantes.

4.7.2 Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela CAPEC, considerando a utilização de recursos do Fundo CAPEC, quando do encerramento do exercício de 2016, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017.

**Vanessa Ferreira Ennes**  
Atuária – MIBA 1194

# Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
**PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil**  
Rio de Janeiro - RJ

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios Administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até

a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

#### Roberto Paulo Kenedi

Contador  
CRC 1RJ 081.401/O-5

# Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI**, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e III do artigo 49 do Estatuto da Entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31.10.2011, Anexo "C", item 17 e Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24.09.2009, art. 4º, examinou as Demonstrações Contábeis e o Relatório Anual da PREVI, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31.12.2016.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer da Atuária Interna e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da PREVI, relativos ao exercício de 2016.

Por oportuno, os Conselheiros Fiscais Eleitos enfatizam que o aspecto registrado em Manifestação de 17.03.2016, quando da emissão do Relatório Anual de Atividades de 2015, qual seja, Reclamatórias Trabalhistas Originadas no Banco do Brasil, deve continuar a merecer a máxima prioridade por parte do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da PREVI.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de março de 2017.

**Williams Francisco da Silva**  
Presidente

**Adriano Meira Ricci**  
Secretário

**Rosalina do Socorro Ferreira Amorim**  
Conselheira

**Rudinei dos Santos**  
Conselheiro

# Manifestação do Conselho Deliberativo Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016

Em reunião de 24 de março de 2017 o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos Atuários Internos, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício 2016 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 2017.

**Walter Malieni Junior**  
Presidente

**Antonio José de Carvalho**  
**Carlos Alberto Araújo Netto**  
**Carlos Alberto Guimarães de Sousa**  
**Eduardo Cesar Pasa**  
**Wagner de Sousa Nascimento**

# Demonstração do Valor Adicionado

R\$ mil

Valor Econômico Gerado	2016	2015	2014
<b>1. Adições</b>	<b>4.410.131</b>	<b>4.599.360</b>	<b>3.773.436</b>
Contribuições	4.404.788	4.043.477	3.865.030
Receitas Administrativas (*)	286.152	271.591	259.258
Contingências	-280.809	284.292	-350.852
<b>2. Variação das Provisões Técnicas</b>	<b>-10.939.898</b>	<b>-14.917.204</b>	<b>-9.032.819</b>
Provisões Matemáticas	-10.939.898	-14.917.204	-9.032.819
<b>3. Resultado Líquido Operacional (1+2)</b>	<b>-6.529.767</b>	<b>-10.317.844</b>	<b>-5.259.383</b>
<b>4. Benefícios</b>	<b>10.678.741</b>	<b>9.607.301</b>	<b>8.629.474</b>
Benefícios de prestação continuada e única e institutos (líquidos de IR)	9.508.112	8.412.418	7.753.073
Imposto de Renda Retido na Fonte dos Benefícios	1.106.652	935.596	791.438
Outros	63.977	259.287	84.963
<b>5. Insumos de Terceiros</b>	<b>68.686</b>	<b>94.342</b>	<b>93.765</b>
Materiais, energia e outros (DESPESAS GERAIS líquidas de impostos, taxas e contribuições)	23.817	37.638	32.431
Serviços de Terceiros e comissões	40.787	50.874	54.128
Treinamentos	2.141	2.987	4.049
Viagens e Estadias	1.915	2.645	2.900
Outros	26	198	257
<b>6. Valor adicionado Bruto (3-4-5)</b>	<b>-17.277.194</b>	<b>-20.019.487</b>	<b>-13.982.623</b>
<b>7. Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>9.683</b>	<b>7.838</b>	<b>6.537</b>
<b>8. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6-7)</b>	<b>-17.286.877</b>	<b>-20.027.325</b>	<b>-13.989.158</b>
<b>9. Valor adicionado recebido/cedido em transferência</b>	<b>22.985.679</b>	<b>-4.529.537</b>	<b>4.615.208</b>
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.836.163	0	4.544.542
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-4.589.990	0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	149.516	60.453	70.666
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	0	0	0
<b>10. Valor adicionado total a distribuir (8+9)</b>	<b>5.698.802</b>	<b>-24.556.862</b>	<b>-9.373.949</b>
<b>11. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>5.698.800</b>	<b>-24.556.862</b>	<b>-9.373.951</b>
Pessoal e encargos	191.812	186.800	172.271
Pessoal Cedido da Patrocinadora	174.627	168.575	147.800
Conselheiros, Dirigentes, Pessoal Próprio e Demais Despesas com Pessoal	17.185	18.225	24.471
Remuneração direta	15.356	15.761	13.180
Benefícios	1.717	2.349	11.184
F.G.T.S.	111	115	107
Impostos, taxas e contribuições	29.519	19.861	26.659
Federais (**)	28.989	19.462	26.291
Estaduais	86	6	5
Municipais	444	393	363
Remuneração de Capitais Próprios	5.477.469	-24.763.523	-9.572.881
Juros (atualização de contratos/acordos)	2.964.437	3.920.479	2.656.849
Fundos	318.448	-7.447	-8.939
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	2.194.584	-28.676.555	-12.220.791

(\*) Taxa de Carregamento, de Administração e Demais Receitas Administrativas. (\*\*) Considera R\$ 20.863 de PIS/Cofins (R\$ 11.363, em 2015).